

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 20 DE AGOSTO DE 2026

NÚMERO 23.161 • 34 PÁGINAS • R\$ 5,00



Flamengo e Palmeiras vão às quartas

Adversários na final da Libertadores em 2021 e em 2025, Flamengo e Palmeiras continuam firmes no propósito de uma terceira decisão em 28 de novembro. Ontem, os dois times avançam com vitória nas oitavas de final. No Rio, Samuel Lino decretou a vitória por 2 x 1 contra o Cruzeiro. Em Assunção, Gustavo Gómez classificou o time alviverde por 1 x 0 contra o Cerro Porteño. Hoje, o Corinthians recebe o Rosario Central.



PÁGINAS 19 E 20

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Pedalar com segurança — No Dia do Ciclista, celebrado ontem, brasilienses se reuniram na Esplanada para relembrar a morte de Pedro Davison, em 2006, em atropelamento provocado por um motorista bêbado. Eles cobraram também melhores condições para quem anda de bicicleta em Brasília. PÁGINA 18. VISÃO DO CORREIO, 10

UnB redistribui as vagas da graduação

Universidade de Brasília anunciou novas regras e prazos para acesso para todos os seus cursos, a partir do início de 2027. As mudanças contemplam PAS, Acesso Enem e Vestibular. Segundo a instituição, a reorganização garante diferentes chances ao longo do ano.

PÁGINA 16

Vigilante do Senado morre em operação da polícia



Pai de dois filhos, Willian César Pinto Jr., 48 anos, foi baleado em abordagem de policiais civis, no Gama. Ele era terceirizado na Residência da Presidência do Senado.

PÁGINA 16

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



A era JK — A grandeza de Juscelino Kubitschek e sua trágica morte, há 50 anos, foram temas do *CB.Poder* com o historiador Jorge Henrique Cartaxo. PÁGINA 15

Vice: articulação e mais influência

Na maioria das vezes, o companheiro de chapa de um candidato a governador é um político com menor densidade eleitoral, mas com poder de articulação. A escolha, geralmente, garante alianças entre partidos. Especialistas analisam o quadro do DF.



• Voto feminino vira prioridade para os presidenciais

Luiz Carlos Azedo

Brasil chega à eleição com experiência no controle à desinformação nas redes

Denise Rothenburg

Distribuição de recursos nas campanhas pode provocar baixa renovação do Parlamento.

PÁGINAS 3, 4 E 13

STF amplia aplicação de medidas protetivas da Lei Maria da Penha

Em decisão unânime do Plenário, o Supremo Tribunal Federal aumentou o alcance das chamadas medidas protetivas de urgência, previstas na Lei Maria da Penha. Com a decisão de ontem, esse dispositivo pode ser aplicado mesmo que o suspeito de agressão não tenha relações domésticas, familiares ou íntimas com as vítimas. Mulheres alvo de assédio, perseguição e sequestro serão contempladas pela legislação. A Corte analisou um pedido de proteção, negado pela Justiça de Minas Gerais, no qual a vítima da violência não mantinha vínculo de afeto, situação prevista na antiga lei.

PÁGINA 5

PF isenta jornalista

De acordo com a Polícia Federa, não há indícios de crimes cometidos pelo repórter Luis Pablo, do Maranhão. Ele foi alvo de operação ordenada pelo ministro Alexandre de Moraes, que incluiu quebra de sigilo da fonte.

PÁGINA 2

Demissões suspensas

Por determinação da Justiça do Trabalho de Brasília, a Casas Bahia terá que parar o desligamento coletivo de 1,9 mil trabalhadores, anunciado na semana passada. Empresa entrou em recuperação judicial.

PÁGINA 8

André Correa/STJ



Novo comando — O ministro Luís Felipe Salomão assumiu, ontem, a Presidência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para o biênio 2026-2028. O vice da Corte neste período será Mauro Campbell Marques. A solenidade reuniu os presidentes do STF, Edson Fachin, do Senado, Davi Alcolumbre, e da Câmara, Hugo Motta. O poder Executivo foi representado pelo vice-presidente, Geraldo Alckmin. PÁGINA 3

TST monitora o assédio no trabalho

Pesquisa realizada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) faz um diagnóstico e mostra números de processo judiciais nas relações entre patrões, chefes e empregados no Brasil. O estudo subsidia discussões e ações sobre o tema.

Data Venia

Plataforma digital colhe assinaturas para projeto de lei que reserva 50% das cadeiras no Legislativo a mulheres, sendo 25% às negras.

Polícia Rodoviária Federal/PR



Tragédia — O mais grave acidente nas estradas do Paraná, na madrugada de ontem, deixou 23 mortos e cinco feridos, quando um caminhão invadiu a pista contrária na BR-373 e se chocou contra um ônibus da Secretaria de Saúde de Imbituva (PR). PÁGINA 5

Hamas na luta eleitoral palestina

O movimento islâmico que enfrenta Israel em Gaza articula coalizão para desafiar o presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, na disputa legislativa de novembro. Entre os consultados, setores do partido governista.

PÁGINA 9





PODER

“Imensas dificuldades” para impeachment

Ministro Gilmar Mendes minimiza bandeira levantada por candidatos de direita ao Senado para derrubar magistrados do STF

» ALÍCIA BERNARDES

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou, ontem, que a defesa do impeachment de integrantes da Corte, feita por candidatos ao Senado, deve ser vista, neste momento, como uma bandeira eleitoral. Para o decano, embora o tema tenha apelo entre parte do eleitorado, a transformação da promessa de campanha em uma iniciativa concreta encontraria dificuldades no ambiente político e institucional.

Gilmar Mendes avaliou que existe uma distância significativa entre defender o afastamento de ministros, durante a campanha, e conseguir efetivamente colocar a medida em prática. Segundo ele, o funcionamento das instituições e a dinâmica do Senado podem levar o assunto para um caminho diferente daquele apresentado pelos candidatos.

“Eu acho que, primeiro, é um equívoco, mas é um equívoco compreensível, porque certamente algumas pesquisas indicam que isso tem um apelo eleitoral. Entre o pensamento e a ação, o pensamento e o gesto, vai uma distância enorme”, disse, após evento em Brasília. “Certamente, se alguém com essa bandeira se tornar senador, ele terá imensas dificuldades de implementá-la. Por quê? Porque o todo institucional caminhará talvez num outro sentido.”

O impeachment de ministros do STF passou a integrar o discurso de diferentes candidaturas de direita que disputarão vagas no Senado. A atuação da Corte e decisões tomadas por magistrados também têm sido exploradas nas redes sociais como temas de campanha, ao lado de propostas relacionadas à anistia de condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 e a mudanças no funcionamento do Judiciário. Entre os candidatos que incorporaram críticas ao Supremo ao discurso eleitoral estão nomes como Gustavo Gayer e Oseias Varrão, em Goiás; Bia Kicis, no Distrito Federal; José Medeiros, em Mato Grosso; e Capitão Contar, no Mato Grosso do Sul.



Eu acho que, primeiro, é um equívoco, mas é um equívoco compreensível, porque certamente algumas pesquisas indicam que isso tem um apelo eleitoral. Entre o pensamento e a ação, o pensamento e o gesto, vai uma distância enorme”

Gilmar Mendes,
decano do STF

Presidenciável, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que também defende mudanças no Judiciário, propõe medidas como restrições às decisões monocráticas, quarentena para ministros antes de assumirem novos cargos e o fim do foro privilegiado para parlamentares.

O impeachment de ministros do STF tem sido uma das principais bandeiras da campanha do ex-governador Romeu Zema à Presidência da República. “Se Deus quiser, nós vamos ter renovação no Senado e impeachment desses ministros. E, se depender de mim, prisão”, enfatizou o candidato, ontem, em sabatina do SBT News.

Interferência

Sobre as eleições de 2026 e uma possível interferência dos Estados Unidos, Gilmar afirmou não estar preocupado e destacou a solidez da democracia brasileira. Para ele, cabe à Justiça Eleitoral preservar a confiança no sistema eletrônico de votação e responder a eventuais questionamentos sobre sua segurança.

Gustavo Moreno/STF



Apoio a discussão sobre diploma

» ALÍCIA BERNARDES
» EDUARDA ESPOSITO

Decano do STF, o ministro Gilmar Mendes comentou, ontem, sobre a possibilidade de o STF voltar a discutir a exigência de diploma para o exercício do jornalismo. A questão foi levantada pelos ministros Flávio Dino e Alexandre de Moraes durante julgamento na Primeira Turma.

Para o ministro, uma eventual revisão poderia ser considerada caso houvesse entendimento de que a atual regra compromete a qualidade da informação. “Nós produzimos uma decisão importante a respeito da dispensa do diploma de jornalista. Isso não significava, na verdade, dispensar formação.

As pessoas poderiam ter formações em diversas áreas. Mas podemos discutir, sim, se de fato se entender que há aí algum comprometimento da própria qualidade de informação”, ressaltou.

O magistrado afastou, porém, a possibilidade de relacionar uma mudança desse tipo aos acontecimentos recentes envolvendo um jornalista no Maranhão. “Não me parece que vamos ter um juízo definitivo a partir desses fatos e dessas circunstâncias, que são graves, ocorridas no estado do Maranhão.”

O STF dispensou a obrigatoriedade do diploma em 2009, em processo sob a relatoria do próprio Gilmar Mendes. O tema volta aos holofotes após a controversa operação policial autorizada pelo STF

contra o ex-secretário do governo maranhense Raimundo Cutrim, apontado como fonte do jornalista Luis Pablo, investigado sob suspeita de perseguição ao ministro Flávio Dino. O comunicador teve o computador apreendido, e conversas dele com a fonte foram acessadas pela Polícia Federal (leia mais na reportagem abaixo).

Indícios de crime

Gilmar também defendeu que medidas de investigação podem atingir prerrogativas profissionais quando houver indícios consistentes de crimes, sem que isso re-presente, necessariamente, uma ameaça à liberdade de imprensa. “É um fato de todo complexo,

que envolve uma série de crimes e de más práticas, daí a necessidade do combate. Todas as prerrogativas que se dão em relação às mais diversas profissões, por exemplo, à do advogado. A toda hora noticiam busca e apreensão em escritórios de advocacia, e isso acaba por restringir a liberdade profissional e o sigilo profissional. Isso pode ocorrer quando há elementos fortes indicando práticas de crimes”, comparou.

Durante a sessão no plenário da Suprema Corte, na terça-feira, Moraes e Dino defenderam que o STF reveja a decisão sobre o diploma de jornalismo. Moraes ainda argumentou que liberdade de imprensa “não é licença para praticar crimes”.

PF não vê indício de crime de jornalista

Victor Piemonte/STF



O ministro Alexandre de Moraes autorizou ações contra jornalista e fonte

» RENATO SOUZA

Relatório da Polícia Federal enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF) aponta que não existem indícios para comprovar crime por parte do jornalista Luis Pablo, alvo de uma decisão que quebrou o sigilo da fonte do profissional no Maranhão. As diligências contra o comunicador foram abertas após pedido do ministro Flávio Dino e são conduzidas pelo ministro Alexandre de Moraes. O documento da corporação foi anexado ao processo que apura eventual perseguição a Dino durante viagem ao estado.

De acordo com o relatório da PF, foi identificado o recebimento de R\$ 100 mil por Luis Pablo, mas a investigação não foi capaz de apontar que o profissional recebeu os recursos em troca da publicação das reportagens. Por meio da quebra de sigilo do jornalista, a polícia chegou a Raimundo Cutrim, ex-secretário de

governo maranhense, que teria repassado ao comunicador detalhes sobre uso de carros oficiais por parte de Dino e de familiares do magistrado no estado.

A PF afirma que seria necessário ampliar a apuração para descobrir o que motivou a transferência de recursos. O sigilo de Luis Pablo foi quebrado por ordem de Moraes, sugerindo que ele teria recebido dinheiro para publicar mensagens contra Dino.

“Resta através do analisado a necessidade de maiores análises das mídias disponíveis, assim como tempo hábil para aprofundamento na mesma. Somado a esta necessidade, seria de suma importância a possibilidade de obtenção de extração de mídias presentes nos celulares ou outras formas de armazenamentos dos indivíduos mencionados nessa Informação Policial, visto que restaram lacunas a respeito da real intenção e motivo do depósito da quantia de 100.000,00 reais”, destaca

trecho do documento, revelado pela CNN Brasil e confirmado pelo **Correio** junto a fontes ligadas à investigação.

Além disso, PF é categórica ao afirmar que não identificou crime de perseguição contra Dino e que o jornalista recebeu informações e documentos por WhatsApp e por meio de encontros presenciais com a fonte. “Não se trata de acusar o jornalista do cometimento de tal crime, já que o mesmo, em tese, está acobertado pelo direito à liberdade de imprensa, amplamente reconhecido em nossos tribunais”, ressalta o texto.

O presidente do STF, ministro Edson Fachin, indicou que levará o caso para julgamento no plenário, mas não definiu uma data.

Entidades

Após a ação da PF contra Cutrim, na semana passada, entidades de imprensa mostraram preocupação com a medida. A

Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) classificou como “grave ameaça ao exercício do jornalismo”.

Em nota conjunta, a Associação Nacional de Jornais (ANJ), a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e a Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner) destacaram que as “ações judiciais que quebram o sigilo da fonte não têm amparo constitucional e abrem precedentes que ameaçam a liberdade de imprensa, amparada pela Constituição de 1988”.

“Casos de questionamentos a reportagens devem ser tratados dentro da lei, que prevê direito de resposta e indenizações. A violação do sigilo do profissional e de suas fontes leva a intimidações contra a imprensa que não condizem com o Estado Democrático de Direito e o livre exercício do jornalismo”, completou a nota assinada pelas três entidades.

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.dfr@dabr.com.br

Movimentos divergentes

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, tem dito que o governo mobiliza a base no Congresso para votar a medida provisória que acaba com a taxa das blusinhas. Disse, ainda, que a ideia é votar a MP durante a semana de esforço concentrado presencial, a partir de 31 de agosto. Contudo, líderes ouvidos pela coluna afirmam que ainda não foi resolvido o impasse para indicação do presidente e do relator da proposta na comissão especial. No Parlamento, tem sido difícil conversar sobre qualquer assunto porque a maioria está focada na campanha pela reeleição, seja para a Câmara, seja para o Senado.

Cheio de recados

O discurso do presidente da OAB, Beto Simonetti, na posse do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Luís Felipe Salomão, e do vice, Mauro Campbell, foi incisivo ao defender a sustentação oral dos advogados como instrumento para garantir eficiência e legitimidade. Atualmente, é grande a reclamação dos defensores em relação à dispensa dessa ferramenta inerente à Justiça.

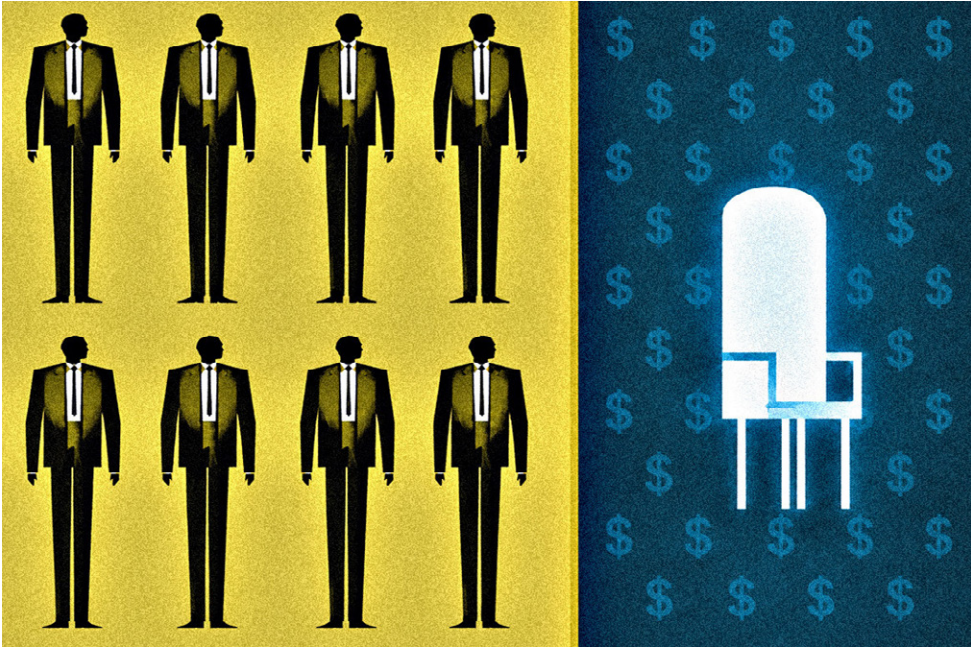
Jargão de Gaspar

Candidato a vice-presidente na chapa presidencial de Flávio Bolsonaro, o deputado Alfredo Gaspar (PL-AL) discursa pelo país afora dizendo que Lula tem o seu próprio Marcola. Será uma estratégia para desgastar ainda mais a imagem do presidente durante a campanha eleitoral em cima do caso do roubo dos aposentados. E, de quebra, uma tentativa de associar o apelido Marcola ao governo, uma vez que é comum ao ex-chefe de gabinete de Lula, Marco Aurélio Santana Ribeiro, e ao chefe do PCC, Marcos Camacho.

A difícil renovação do Congresso

Com a decisão dos partidos de reservar recursos para quem é candidato a reeleição, como é o caso do PL, muita gente na política começa a apostar que a renovação do Parlamento será baixíssima nesta temporada eleitoral. Soma-se a essa preferência de financiamento para quem já tem um mandato, a amplitude das emendas parlamentares — hoje no patamar de R\$ 60 bilhões. As emendas praticamente levaram os prefeitos a “fidelizar” e replicar as campanhas dos parlamentares que beneficiaram as administrações locais com emendas.

Desafiante/ Esse modelo será difícil de quebrar ou de levar à renovação. Quem está chegando agora começa em desvantagem e será difícil empatar o jogo a fim de tentar vencer quem já está no mandato.



Gaspar que se prepare

Aliás, a equipe de advogados da campanha de Lula está atenta às manobras para tentar associar o governo ao crime organizado e ao chefe do PCC. A ideia é buscar reparação na Justiça a qualquer movimento nesse sentido.

CURTIDAS

Prestigiados/ Do Clero aos representantes dos Três Poderes, todos presentes à posse de Luís Felipe Salomão e Mauro Campbell — respectivamente, presidente e vice do STJ. E, desta vez, com uma novidade: dispensou-se a interminável fila de cumprimentos.

Alguém lembrou/ No rápido discurso de abertura da solenidade, o ministro Herman Benjamin citou o “mega El Niño” como um desafio não só para a Justiça como a todos os Poderes.

AFP



Defesa/ A frase do sempre bem-humorado ministro da Defesa, José Múcio Monteiro (foto), sobre abrir os portões do Brasil em caso de invasão, foi lembrada nas rodas de conversa da posse no STJ. “E não é que ele acabou conseguindo recursos?”, comentou um parlamentar.



Não será uma eleição, será um duelo. Dez passos para cada lado"

Do senador Eduardo Gomes (PL-TO), ao referir-se à polarização entre o presidente Lula e Flávio Bolsonaro



Rotas distintas até o voto delas

Programas de Lula e Flávio apostam em trabalho, renda, cuidado e segurança, mas têm abordagens opostas para atrair apoio feminino

» DANANDRA ROCHA

A disputa pelo voto feminino ganhou espaço central na corrida presidencial. Mulheres representam 52,8% do eleitorado brasileiro, mas continuam sub-representadas entre os candidatos: são 34,8% das candidaturas neste ano. Nesse cenário, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), nomes mais bem colocados, têm propostas diferentes para um eleitorado que reúne mais da metade dos votos do país.

Os programas de governo registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostram duas estratégias: Lula aposta na ampliação de políticas públicas, na proteção contra a violência, na redução da jornada de trabalho, na igualdade salarial e na divisão social do cuidado; Flávio concentra a agenda no empreendedorismo, na autonomia financeira, no acesso a crédito, na capacitação, em creches e em mecanismos tecnológicos de proteção.

Em 2022, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), as mulheres dedicaram, em média, 21,3 horas por semana a afazeres domésticos e cuidados de pessoas — entre os homens foram 11,7 horas. Quando se soma o trabalho remunerado ao não remunerado, a carga total também é maior entre elas: 54,4 horas semanais para as mulheres, 52,1 horas para os homens.

Os dados ajudam a explicar por que o tema da jornada ganhou espaço nos programas eleitorais. A proposta de Lula é reduzir a jornada para 40 horas semanais, sem redução salarial, e avançar no fim da escala 6 x 1. O programa também estabelece o compromisso de ampliar a equivalência remuneratória entre mulheres e homens e fortalecer a aplicação da Lei da Igualdade Salarial — em 2024, eles receberam, em média, 27,2% mais que elas considerando o rendimento de todos os trabalhos, segundo o IBGE.

Já Flávio aborda a questão pelo viés da autonomia econômica. Propõe ampliar o acesso delas ao mercado de trabalho, facilitar a abertura de pequenos negócios e integrar qualificação, vagas de emprego e intermediação de mão de obra.

Vittor Sales/Campanha de Flávio Bolsonaro



Plano do candidato do PL sugere a autonomia econômica feminina

O programa de Flávio dedica um capítulo às mulheres. Entre as propostas está a Escola Brasil por Elas, que pretende oferecer cursos gratuitos em áreas como inteligência artificial, programação, marketing digital, finanças e idiomas, com conexão com vagas de emprego e trilhas para

o empreendedorismo.

Na segurança, a diferença de abordagem entre eles também é evidente. Lula coloca o combate ao feminicídio e à violência doméstica entre os principais eixos de sua política para as mulheres. O programa de governo mantém o Pacto Brasil Contra

Ricardo Stuckert /Campanha de Luiz Inácio Lula da Silva



Petista foca na igualdade salarial entre gêneros e na jornada menor

o Feminicídio e prevê a conclusão de 30 Casas da Mulher Brasileira e 15 Centros de Referência da Mulher Brasileira em construção, além da expansão de equipamentos de proteção e monitoramento de agressores.

Flávio propõe a Denúncia Facilitada para integrar o Ligue 180,

delegacias on-line, botão de emergência e centrais de monitoramento em uma plataforma. O programa ainda sugere um sistema nacional de avaliação de risco e o uso de tornozeleiras eletrônicas para agressores submetidos a medidas protetivas de maior risco.

O dia dos presidenciais

Zema publica paródia insinuando conluio entre Dino, Moraes e Lula

O candidato à Presidência pelo Novo, Romeu Zema, publicou, ontem, nas redes sociais um vídeo feito por inteligência artificial ironizando a atuação de ministros do Supremo Tribunal Federal no caso que investiga um jornalista maranhense por suposta perseguição ao ministro Flávio Dino e sua família. O vídeo acusa Lula, Dino e o ministro Alexandre de Moraes de atuarem juntos.

Para Caiado, debate sobre escala 6 x 1 é “populista” e “eleitoreiro”

O candidato do PSD à Presidência, Ronaldo Caiado, classificou como “populista” e “eleitoreiro” o debate sobre o fim da escala de trabalho 6 x 1. Ao participar do 11º Fórum CNT de Debates — Edição Presidenciais, ele afirmou que a proposta tem como objetivo angariar votos. Questionado sobre o fim da escala 6 x 1, Caiado disse que a discussão “não é a do candidato a presidente”.

Renan critica multa por declarações contra povos indígenas

O candidato à Presidência do Missão, Renan Santos, criticou a ação movida pelo Ministério Público Federal contra ele por declarações sobre os povos indígenas. Considerou a medida “bizarra”. O MPF pede R\$ 500 mil em indenização por danos morais devido a publicações contra 14 etnias que ocupavam o terminal da Cargill, em Santarém (PA), e protestavam contra desestatização de hidrovias amazônicas.

*** Estagiários sob a supervisão de Fabilo Grecchi**

25º FÓRUM EMPRESARIAL

LIDE

HÁ 25 ANOS, O MAIOR EVENTO
EMPRESARIAL DO PAÍS

PATROCÍNIO



APOIO



COLABORAÇÃO



FORNECEDORES OFICIAIS



INICIATIVA

INFORMAÇÕES



20 E 21 DE AGOSTO DE 2026

HOTEL FAIRMONT COPACABANA RIO DE JANEIRO

PALESTRANTES CONFIRMADOS



PAULO GONET
PROCURADOR-GERAL
DA REPÚBLICA
DO MINISTÉRIO
PÚBLICO FEDERAL



RODRIGO PACHECO
SENADOR (PSB-MG)
PRESIDENTE DO
SENADO FEDERAL
(2021-2025)



LUÍS ROBERTO BARROSO
PRESIDENTE DO
SUPREMO TRIBUNAL
FEDERAL (2023-2025)



RICARDO COUTO
GOVERNADOR INTERINO
DO RIO DE JANEIRO



EDUARDO CAVALIERE
PREFEITO
DO RIO DE JANEIRO



IZABELLA TEIXEIRA
CO-PRESIDENTE
DO INTERNATIONAL
RESOURCE PANEL - ONU
MINISTRA DO MEIO
AMBIENTE (2010-2016)
CO-CHAIRWOMAN
DO LIDE



LUIZ CÉSIO CAETANO
PRESIDENTE
DA FIRJAN -
FEDERAÇÃO DAS
INDÚSTRIAS DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO



ROBERTO TADROS
PRECIDENTE DA CNC -
CONFEDERAÇÃO
NACIONAL DO
COMÉRCIO



SAMI ARAP
VICE-PRESIDENTE
DA VALE



DANIELLA MARQUES
ECONOMISTA
PRESIDENTE DA CAIXA
ECONÔMICA FEDERAL
(2022-2023)



FLÁVIO RODRIGUES
VICE-PRESIDENTE
DA SHELL



SILVIA PENNA
DIRETORA-GERAL
DA UBER



ANSELMO LEAL
PRESIDENTE
DA ÁGUAS DO RIO



ANDRÉ DE ANGELO
DIRETOR GERAL
DA ACCIONA BRASIL
HEAD DO LIDE
INFRAESTRUTURA



ANDREI ROMAN
CEO DA ATLAS INTEL



GUSTAVO MONTEZANO
CEO E FUNDADOR
DA VVY CAPITAL
PRESIDENTE DO BNDES
(2019-2022)



JOÃO DÓRIA
FUNDADOR E
CO-CHAIRMAN DO LIDE
GOVERNADOR DE
SÃO PAULO (2019-2022)
PREFEITO
DE SÃO PAULO
(2017-2018)



LUIZ FERNANDO FURLAN
CHAIRMAN DO LIDE
MINISTRO DO
DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA
E COMÉRCIO EXTERIOR
(2003-2007)



HENRIQUE MEIRELLES
CO-CHAIRMAN DO LIDE
MINISTRO DA FAZENDA
(2016-2018)
PRESIDENTE DO BANCO
CENTRAL (2003-2011)
SECRETÁRIO DE ESTADO
DA FAZENDA DE
SÃO PAULO (2019-2022)



TATIANA COELHO
CIENTISTA, BIÓLOGA,
PROFESSORA E
PESQUISADORA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO -
UFRJ



PABLO MENESES
VICE-PRESIDENTE
EXECUTIVO DA
REDE D'OR



JEAN PAUL PRATES
CHAIRMAN
DO CERNE
PRESIDENTE
DA PETROBRAS
(2023-2024)
SENADOR DA REPÚBLICA
(2019-2023)
HEAD DO LIDE ENERGIA



ROBERTO ARDENGHY
CEO DO IBP -
INSTITUTO BRASILEIRO
DE PETRÓLEO



CAIO MEGALE
ECONOMISTA-CHEFE
DA XP INVESTIMENTOS
HEAD DO LIDE
ECONOMIA



FÁBIO COELHO
PRESIDENTE DO
GOOGLE BRASIL



SERGIO ZIMMERMAN
PRESIDENTE DO
CONSELHO DO GRUPO
PETZ COBASI
HEAD DO LIDE
EMPREENDEDOR



MAGNO MACIEL
CEO DO GRUPO X-VIA



ALBERTO GRISELLI
CEO DA TIM



DAVID ZYLBERSZTAJN
PROFESSOR DA PUC
RIO DE JANEIRO
PRESIDENTE DA ANP -
AGÊNCIA NACIONAL DO
PETRÓLEO (1998-2001)
MEMBRO DO CONSELHO
DO LIDE RJ



ANDRÉIA REPSOLD
PRESIDENTE
DO LIDE RIO DE JANEIRO



LUIZ CALAINHO
PRODUTOR MUSICAL
DO BLUE NOTE



DIMAS COVAS
MÉDICO
E PESQUISADOR
CHIEF SCIENTIST
DE RD&I DA SINOVAC
HEAD DO LIDE
PESQUISA CIENTÍFICA
DIRETOR DO BUTANTAN
(2017-2022)



Bolsas		Pontuação B3				Dólar		Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quarta-feira		IBovespa nos últimos dias				Na quarta-feira		Últimos	Comercial, venda na quarta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,9%	São Paulo	166.934	167.830	14/8	17/8	R\$ 5,176	(- 0,86%)	12/agosto 5,179 13/agosto 5,193 14/agosto 5,219 17/agosto 5,201 18/agosto 5,221	R\$ 1.621	R\$ 6,045	13,90%	13,85%
0,22%	Nova York											Marco/2026 0,88 Abril/2026 0,67 Maio/2026 0,58 Junho/2026 0,16 Julho/2026 0,07

CONJUNTURA

Suspensas as demissões da Casas Bahia

O descumprimento da ordem de preservação dos empregos poderá resultar em multa diária de R\$ 100 mil, diz TRT-DF

» PEDRO JOSÉ

A Justiça do Trabalho de Brasília determinou a suspensão provisória das demissões coletivas realizadas pelo Grupo Casas Bahia entre 13 e 14 de agosto, durante a segunda fase do Plano de Transformação da companhia. A decisão liminar foi proferida na última terça-feira pela juíza substituta Katarina Roberta Mousinho de Matos, da 11ª Vara do Trabalho de Brasília, após pedido de tutela de urgência apresentado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC).

A medida foi tomada após a Casas Bahia fechar 298 lojas físicas — cerca de 30% da rede — e desligar aproximadamente 1.900 trabalhadores em todo o país sem negociação prévia com entidades sindicais. A liminar diz, no entanto, que o número de demitidos pode ser maior. “Há divergência quanto ao número final — as primeiras informações indicam aproximadamente 1.900 empregados, ao passo que fontes posteriores mencionam número maior —, circunstância que impede, por ora, a delimitação subjetiva exata, mas não descaracteriza a dimensão coletiva da operação”, diz o documento.

Os cortes ocorreram dois dias antes de a companhia protocolar o pedido de recuperação judicial, em 16 de agosto. Embora tenha reconhecido a gravidade da situação financeira da empresa, que registrou prejuízo contábil de R\$ 10,1 bilhões no segundo trimestre de 2026, a magistrada considerou que a crise econômica não elimina os direitos trabalhistas. A decisão foi fundamentada no entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) previsto no Tema 638, que estabelece a necessidade de intervenção sindical prévia em casos de dispensas coletivas.

Com a liminar, a Casas Bahia terá cinco dias para restabelecer os vínculos jurídicos e econômicos dos trabalhadores atingidos e reincluí-los na folha de pagamento. A empresa também deverá reativar, em até 48 horas, os planos de saúde e demais benefícios assistenciais que haviam sido cancelados.

A liminar também determinou que a Casas Bahia preserve registros relacionados ao planejamento

Casas Bahia/Divulgação



Com uma dívida de R\$ 17,3 bilhões, empresa pediu recuperação judicial no domingo e, agora, tem que chamar de volta empregados demitidos

da segunda fase do Plano de Transformação. A empresa deverá interromper rotinas automáticas de exclusão ou expiração de e-mails, backups e documentos internos produzidos desde 1º de janeiro de 2026.

O descumprimento da ordem de preservação poderá resultar em multa diária de R\$ 100 mil. A companhia também está proibida de realizar novas demissões coletivas sem participação prévia dos sindicatos, sob pena de multa de R\$ 10 mil por trabalhador desligado de forma irregular.

“A companhia tomou conhecimento da decisão judicial e está avaliando seus termos e os próximos passos cabíveis. Reforça ainda que respeita as determinações da Justiça e prestará os esclarecimentos necessários no âmbito do processo”, disse a empresa em nota oficial.

Para o advogado especialista em Direito Trabalhista e sócio do Badaró Almeida Advogados Associados, Maurício Sampaio, o entendimento da Justiça pode ter impacto para outras empresas que estejam em recuperação judicial e

precisem reduzir custos para preservar suas operações.

“O precedente sinaliza que a necessidade de redução de custos não afasta, por si só, as exigências relacionadas às dispensas coletivas. Para as empresas, aumenta a importância de planejamento jurídico prévio e de negociação sindical antes de implementar cortes expressivos de pessoal”, afirma.

Tomaz Nina, advogado trabalhista e sócio da Advocacia Maciel, acrescenta que a principal preocupação está nos possíveis impactos da decisão sobre a própria recuperação judicial da loja. A intervenção sindical prévia, diz, não significa que a empresa precise obter autorização dos sindicatos ou concluir uma negociação coletiva para realizar as dispensas, mas representa uma exigência de natureza procedimental. “A mudança mais preocupante com a decisão proferida, infelizmente, é que põe em risco a própria Recuperação Judicial”.

O advogado destaca, ainda, que a decisão da juíza tratou a intervenção sindical como um requisito formal para a realização das dispensas

coletivas. “É importante estabelecer premissa relevante para analisar a decisão proferida pela Juíza Katarina Mousinho, que deferiu parcialmente a tutela provisória, qual seja, a intervenção sindical prévia, não exige autorização do ente federado, muito menos a conclusão exitosa de negociação coletiva para legitimar as dispensas, mas se trata de requisito procedimental/formal, sem sanção ante a sua inobservância”, explicou.

Em relação aos trabalhadores atingidos pelas demissões, Nina avalia que o cenário ainda pode passar por mudanças. Uma possibilidade, segundo ele, é que os funcionários desligados permaneçam afastados, mas continuem recebendo salários e benefícios.

“Pode ser que os empregados desligados permaneçam em casa até o desfecho do processo ou ainda pode ocorrer de empregados que seriam desligados nos próximos dias comparecerem ao trabalho e se depararem com estabelecimentos fechados sem sofrer, até o presente momento, redução salarial ou suspensão de benefícios”, diz.

Na avaliação do advogado, a decisão também interfere diretamente na segunda fase do plano de transformação anunciado pela Casas Bahia. “O plano de transformação vinculado à Fase 2 da empresa está completamente sepultado pela decisão proferida”, afirma Nina.

Recuperação judicial

Em resposta a um questionamento da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Grupo Casas Bahia informou, ontem, que mantém negociações para buscar alternativas para sua situação financeira, mas que, até o momento, não há definição sobre eventual operação de obtenção de recursos.

A empresa ajuizou, no último domingo, pedido de recuperação judicial e está avaliando alternativas de renegociação de prazos de pagamento de dívidas. O pedido tramita na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, sob análise da juíza Taina Maria de Oliveira.

Nova Diretoria

» RAFAELA GONÇALVES

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) deu posse ontem ao novo Conselho de Administração, que conduzirá a entidade no período de 2026 a 2029. A solenidade também marcou a posse dos integrantes do Conselho Fiscal. O evento reuniu autoridades do governo federal, representantes do setor produtivo e lideranças da construção civil de diferentes regiões do país.

A nova gestão será liderada pelo presidente da CBIC, Eduardo Aroeira Almeida. Ao assumir o cargo, ele destacou o peso econômico e social da construção civil e defendeu a capacidade do setor de gerar empregos e movimentar a economia. “Nenhuma política pública supera em velocidade, escala e capilaridade o alcance de uma obra que começa”, declarou.

Segundo Aroeira, o setor encerrou o primeiro semestre com a criação de cerca de 169 mil vagas formais. Ele também citou a existência de quase 6 milhões de famílias ainda em situação de déficit habitacional e os investimentos de R\$ 280 bilhões em infraestrutura realizados em 2025.

“Quando apontamos um déficit habitacional que caiu ao menor patamar da história, mas ainda alcança quase 6 milhões de famílias, estamos falando de milhões de razões para essa indústria existir”, afirmou. Para a nova gestão, Aroeira apresentou uma agenda baseada em cinco frentes: incluir, cuidar, qualificar, multiplicar e desenvolver.

Política pública

Presente na cerimônia, o presidente da Caixa Econômica Federal, Carlos Vieira, destacou que a evolução das políticas públicas e dos instrumentos de financiamento ampliou a participação do crédito imobiliário. Ele citou a expansão do crédito imobiliário de cerca de 3% para 9% do Produto Interno Bruto (PIB) após a criação do Minha Casa, Minha Vida e, atualmente, saltou para aproximadamente 14%. “As evoluções nos instrumentos, nas oportunidades, nas políticas públicas e na legislação já foram citadas aqui pelos presidentes anterior e atual da CBIC”, afirmou.

Para Vieira, a permanência de cerca de 6 milhões de famílias que ainda precisam de moradia representa uma oportunidade para o setor, apesar da redução do déficit habitacional nos últimos anos. “A Caixa está se preparando para buscar outras alternativas também de funding”, ressaltou. Segundo ele, a instituição trabalha na criação de instrumentos que ampliem o acesso à moradia e em alternativas para a ocupação de áreas urbanas subutilizadas.

Como exemplo, citou o Setor Comercial Sul, em Brasília, e afirmou que áreas hoje pouco ocupadas podem receber novas alternativas de habitação. Vieira também mencionou o Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, onde, segundo ele, estão em construção cerca de 14 mil unidades habitacionais.

Lula quer turbinar programa para motoristas

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou, ontem, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu para os ministros passarem em revista o status dos programas econômicos anunciados recentemente, inclusive o Move Brasil, destinado a motoristas de aplicativo e taxistas para compra de carros novos e sustentáveis com preços até R\$ 150 mil. Lula se reuniu com os ministros, no fim da tarde de ontem, para trata do tema.

Questionado por jornalistas, ao final da reunião, se haveria mudanças para garantir uma adesão maior ao Move, o ministro disse que a equipe econômica avalia alterações para ampliar a participação de bancos privados. “Existem alterações que podem ser feitas, não só do ponto de vista legal do programa, mas alterações que podem ser feitas com os bancos, na

integração com as plataformas para receber informação sobre a renda das pessoas”, disse Durigan.

“O que a gente tem visto é uma presença, uma participação maior dos bancos públicos — do Banco do Brasil e da Caixa — e menos apetite por parte dos bancos privados. Nós estamos sempre em contato para entender por que, mesmo com a garantia do governo, não tem tido a adesão que a gente inicialmente esperava”, disse o ministro a jornalistas. O Fundo Garantidor de Investimentos (FGI-Peac) cobre grande parte do risco de crédito para os bancos, o que deveria facilitar a adesão das instituições ao programa.

Lançado em julho, o programa oferece financiamento com taxas de até 12,6% ao ano para homens e 11,5% ao ano para mulheres, com prazo de até 72 meses e carência de

seis meses. Ainda assim, a adesão ao Move Brasil é considerada baixa pelo governo. Até agora, foram usados 11,3% dos R\$ 30 bilhões disponibilizados pelo governo.

O ministro ponderou que o volume de vendas pelo programa, ainda que menor do que o esperado, é considerável. “Então, ainda que a gente não tenha um grande resultado como se esperava, nós estamos conseguindo avançar e acho que é razoavelmente satisfatório com a gente podendo ainda seguir em conversas e melhorar as condições”, completou.

Durigan também falou, na reunião, sobre outras linhas de crédito voltadas a caminhão e ônibus e motocicletas. “A gente fez um balanço de como estão os programas. Acho que todos estão bem, com a gente tendo essa deficiência ainda no programa de carros.”

Washington Costa/MF



Segundo Durigan, Lula quer maior adesão dos bancos privados ao Move



ORIENTE MÉDIO

Hamas costura frente eleitoral

Movimento islâmico articula bloco para disputar a eleição legislativa da Autoridade Palestina, em novembro, e desafiar o presidente Mahmud Abbas. A coalizão pode contar com setores descontentes do próprio partido governista

» SILVIO QUEIROZ

Em meio ao impasse nas negociações sobre o pós-guerra na Faixa de Gaza e da ofensiva crescente de colonos judeus sobre a Cisjordânia ocupada, com a convivência denunciada do Exército israelense, uma ampla frente de oposição se articula para disputar as eleições legislativas da Autoridade Nacional Palestina (ANP), em 28 de novembro. O Hamas, alvo frontal de Israel em Gaza, reuniu no início da semana representantes de outras cinco forças político-militares palestinas para discutir a apresentação de uma lista conjunta de candidatos, com o propósito de desafiar o presidente da ANP, Mahmoud Abbas. O bloco inclui grupos islâmicos e laicos e até um setor do Fatah, o partido nacionalista de Abbas.

“O Hamas decidiu ir às urnas com uma frente nacional a mais ampla possível”, disse ao **Correio** o analista Alon Ben-Meir, iraquiano de origem judaica, professor de relações internacionais da Universidade de Nova York. Especialista em assuntos do Oriente Médio, Ben-Meir considera a iniciativa do movimento islâmico “de dimensão estratégica, não apenas eleitoral”. O Hamas “contesta a reivindicação do Fatah como representação exclusiva (dos palestinos) e expõe a convocação de eleições apenas legislativas (e não presidenciais) como uma tentativa de Abbas para renovar a própria legitimidade”.

Bruno Beakline, cientista político e professor de relações internacionais na Onifin, de Porto Alegre, lembra que listas eleitorais conjuntas entre os setores críticos ao presidente da ANP “não são novidade”, e se fizeram presentes nas eleições previstas para 2021 — e canceladas, de última hora, depois que o Hamas “entrou em guerra para proteger a população de Jerusalém ocupada da limpeza étnica no bairro de Sheik Jarrah”, na Esplanada das Mesquitas. “A tendência é que a unidade entre os setores políticos que têm moral alto, pela longa

Ilia Yefimovich/AFP



resistência ao genocídio, é muito factível, apesar da relação sempre tumultuada entre forças laicas seculares e forças islâmicas.”

O estudioso de Nova York avalia que a vitória de uma coligação anti-Abbas é “tangível”, mas considera improvável que o Hamas repita a vitória de 2006 — na última eleição legislativa da ANP —, quando conquistou sólida maioria e a autoridade para formar o governo palestino. Neste ano, ao que indicam os movimentos iniciais, “o setor do Fatah ligado a Abbas decidiu disputar sozinho”, embora admita alianças, desde que excluam o Hamas e a Jihad. O apoio ao partido nas pesquisas está em 21%, enquanto o Hamas “caiu de 41%, em 2006, para 28%, com 40% dos entrevistados respondendo que nenhuma das duas forças merece” liderar a ANP. “Com 200 cadeiras em jogo e a exigência de apenas 1% de votos para

ter representação, o mais provável é uma fragmentação”.

Rearranjo de forças

O fator capaz de fazer a balança pender para o lado dos opositores de Abbas é a aproximação de um setor do Fatah, a Reforma Democrática, liderada por Mohammed Dahlan. Natural do campo de refugiados de Khan Yunis, em Gaza, e atualmente exilado em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, Dahlan foi nos anos 1990 o braço-direito, no território, da ANP, então presidida pelo líder histórico, Yasser Arafat. Na época, reprimiu com energia o Hamas, mas acabou virtualmente expulso do Fatah em 2011, já sob comando de Abbas.

“A oposição a Abbas hoje supera antigas desavenças”, pondera Ben-Meir. “Dahlan encontrou terreno comum com o Hamas na hostilidade compartilhada (ao presidente

da ANP). E o 8º Congresso do Fatah aprofundou as diferenças organizativas e a competição por vagas na lista de candidatos”, completa. “Uma coalizão também favorece a reivindicação de uma eleição presidencial simultânea.” O analista acredita que a escalada de ataques dos colonos na Cisjordânia ocupada radicaliza o eleitorado contra a ANP, mais do que transfere votos diretamente para o Hamas”. E aponta como beneficiários, também, “os rivais de Abbas no próprio campo nacionalista”.

O professor brasileiro vê na atitude de resistência o capital político-eleitoral dos partidos e movimentos palestinos que denunciam a passividade da ANP sob Abbas. “A presença de colonos invasores é um acinte ao direito internacional”, afirma. “Não é possível que uma situação de colaboração seja normalizada. Dessa forma, os setores políticos que combatem o colaboracionismo vão ganhar espaço.”

SOS para Trump

O palestino Louai Abu Ridi, que tem cidadania norte-americana, resolveu pedir socorro aos Estados Unidos para pôr fim a mais de uma semana de cerco imposto por colonos judeus à casa da qual é proprietário, no vilarejo de Qusra, no território (ocupado por Israel) da Cisjordânia. Abu Ridi retornou de Ohio (EUA), onde mora, quando soube que os colonos haviam sitiado a casa, impedindo a saída dos moradores e a entrada de mantimentos. Chegou acompanhado de jornalistas, no início da semana, e decidiu hastear na fachada a bandeira dos EUA. “É a minha mensagem para todos os norte-americanos, para que vejam o que está acontecendo aqui, na Cisjordânia, a maneira como os colonos nos cercam e tentam tomar a minha casa”, relatou à agência de notícias France-Press. Sob pressão de Washington, o Exército israelense anunciou na semana passada que ordenou a saída dos colonos e desmontou seu acampamento — mas eles voltaram. Abu Ridi filmou os sitiantes circulando em quadriciclos diante da casa, e apontou a cumplicidade dos soldados. “Não fazem nada, chegam até a apertar a mão deles. É como se fossem amigos”, protestou.

Israel anuncia investigação

A protagonista póstuma que inspirou o premiado filme franco-tunísiano *A voz de Hind Rajab*, uma menina palestina de 5 anos, tornou-se, passados mais de dois anos da morte, o pivô de uma investigação criminal aberta ontem pelo Exército israelense. O corpo de Hind foi encontrado em um carro crivado de balas na Cidade de Gaza, em janeiro de 2024, na fase mais aguda da reação militar de Israel contra os ataques do Hamas contra o sul do país, em 7 de outubro de 2023. Dias antes, ela tinha pedido socorro ao Crescente Vermelho Palestino, por telefone. Os demais ocupantes do veículo, todos da família, morreram.

Foi a primeira vez que as Forças de Defesa de Israel (FDI) admitiram que seus soldados abriram fogo contra o veículo. De imediato, diante da forte reação internacional ao episódio, os militares sustentaram que suas tropas não estavam no local. “Após uma análise das conclusões, decidiu-se iniciar uma investigação criminal”, diz o comunicado.

O texto diz que os soldados dispararam contra um veículo

Reprodução/Redes sociais



Hind Rajab, 5 anos, morta por tropas israelenses em Gaza

que avançava em sentido oposto ao alerta emitido aos moradores da área. Segundo o Exército, os serviços de resgate enviaram uma ambulância. “No entanto, segundo as denúncias, ao chegar ao local, a ambulância foi atingida por um projétil, resultando na morte dos dois paramédicos que estavam dentro.”

A voz de Hind Rajab reproduz trechos da conversação e foi indicado ao Oscar de Melhor Filme Internacional e conquistou o Leão de Prata no Festival de Veneza.

ESTADOS UNIDOS

Esquerda surpreende nas primárias da Flórida

» RODRIGO CRAVEIRO

A 76 dias das eleições de meio de mandato que podem redesenhar o controle das duas casas do Legislativo, os democratas celebram sucessivos triunfos nas primárias da Flórida — um dos principais estados-pêndulo nas eleições americanas e residência do presidente Donald Trump. Para Richard Mullaney, cientista político do Instituto de Políticas Públicas Haskell da Universidade de Jacksonville (Flórida), o fato mais surpreendente — “de longe” — foi a “vitória inesperada e impressionante de Angie Nixon na disputa pela indicação democrata no Senado”.

Integrante dos Socialistas Democráticos da América (DSA, pela sigla em inglês), a ala esquerdista do Partido Democrata, Angie superou o ex-militar Alexander Vindman, até então tido como o favorito, para disputar uma vaga no Senado, em 3 de novembro. Ante a derrota inesperada de seu candidato, Trump não poupou Vindman: chamou o veterano condecorado de “canalha traiador”. O titular da Casa Branca também previu a “segunda derrota” de

Joe Raedle/Getty Images/AFP



Angie Nixon (D) é a escolhida dos democratas para disputar o Senado

Nixon frente a seu adversário republicano em novembro.

“Angie Nixon enfrentará, naturalmente, a republicana Ashley Moody na eleição geral. Será uma batalha árdua para Nixon em novembro. A Flórida é um estado republicano e muito diferente de Nova York, Maine, Michigan ou Minnesota, por exemplo, onde candidatos progressistas e populistas obtiveram sucesso”, afirmou Mullaney ao **Correio**.

O estudioso lembrou que Angie Nixon é da ala progressista e mais populista do Partido Democrata. “Ela é parte de uma grande divisão na legenda. Esse fenômeno, a possível fragmentação do partido, mostra-se mais evidente em Nova York, Minnesota, Michigan, Wisconsin e outros estados de maioria democrata ou decisivos (os chamados ‘swing states’);”, destacou Mullaney. “O cenário é diferente na Flórida, onde a

eleição geral representará um grande desafio para Angie Nixon.”

Mullaney não acredita que as primárias da Flórida representem um termômetro para as eleições de meio de mandato. “Elas podem indicar onde está o ânimo dentro do Partido Democrata, ainda que não sejam, necessariamente, um bom indicador para o leito”, disse. No dia seguinte à vitória, Angie Nixon escreveu, em seu perfil na rede social X, que os cidadãos da Flórida votaram pela mudança. “Ganhar a primária foi apenas o começo. Temos 76 dias para conquistar a Flórida para os democratas, ganhar esta cadeira no Senado e ajudar a retomar o controle da casa. Não podemos desperdiçar um dia sequer.”

Além da vitória de Nixon, o deputado Jared Moskowitz não teve dificuldades para vencer o progressista da ala social-democrata Oliver Larkin em um distrito recém-reconfigurado que os republicanos esperam conquistar em novembro. Por sua vez, a também deputada Debbie Wasserman Schultz sobreviveu a uma primária muito acirrada em um distrito de forte maioria democrata.

Brendan Smialowski/AFP



O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou que se reunirá com o ditador norte-coreano, Kim Jong-un, antes do fim do ano, naquele que seria o primeiro encontro entre os dois desde que o republicano retornou ao poder. “Sim, vou me reunir com ele”, respondeu Trump ao ser questionado sobre o assunto enquanto mostrava aos repórteres as reformas em andamento na Casa Branca. Trump também disse que a Coreia do Norte possui 57 armas nucleares “muito potentes”, uma referência rara e incomumente específica por parte de um presidente americano ao arsenal nuclear norte-coreano. O *Wall Street Journal* informou que o encontro poderá ocorrer durante a viagem do presidente à China para a cúpula da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec), em novembro. Em 30 de janeiro de 2019, Trump e Kim cruzaram a linha de demarcação da fronteira entre as Coreias do Sul e do Norte, na Zona Desmilitarizada (DMZ).

VISÃO DO CORREIO

Mais controle no trânsito

O Conselho Nacional de Trânsito (Contran) estabeleceu novas regras para a fiscalização da Lei Seca em todo o país. O objetivo das novas medidas é dar mais segurança jurídica para a atuação dos fiscais e adequar o Código de Trânsito Brasileiro a determinadas situações na verificação da conduta dos motoristas. A primeira mudança é aplicação de uma triagem, a fim de identificar eventual presença de álcool residual no condutor. O segundo ponto de destaque é o uso de equipamento capaz de detectar o uso de substâncias psicoativas. Popularmente, esses dispositivos têm sido chamados de “drogômetros”. De acordo com os termos da resolução do Contran, a triagem na fiscalização tem por objetivo avaliar preliminarmente se existem vestígios de álcool no veículo fiscalizado. Para isso, está prevista a realização de um pré-teste ou teste passivo de alcoolemia. Esses procedimentos auxiliam, por exemplo, na verificação de situações em que o motorista ingeriu um bombom de licor, comeu um pão de forma ou fez uso de um enxaguante bucal. Nessa etapa, a eventual presença de álcool não configura uma infração, fazendo-se necessário acrescentar o tradicional teste do bafômetro.

Em relação às substâncias psicoativas, a finalidade é auxiliar o fiscal de trânsito a verificar se o motorista está sob efeito de drogas como anfetamina, cocaína, cannabis, ecstasy, heroína e outras drogas, bem como canabidioides sintéticos e morfina. O

teste é feito após recolhimento de saliva do condutor.

A busca por maior precisão no diagnóstico de motoristas ao volante é uma iniciativa bem-vinda, na medida em que o trânsito ainda tem um peso relevante na quantidade de mortes violentas no país. Segundo estatísticas oficiais, desde 2019 o país registra uma alta constante de mortes nas pistas. No ano anterior à pandemia, o Brasil contabilizou aproximadamente 32 mil óbitos. Em 2024, esse saldo estava em 37 mil vidas perdidas.

Alguns fatores explicam a letalidade crescente do trânsito nacional. Especialistas alertam, por exemplo, sobre a maior quantidade de motociclistas em circulação. Pressionados pela entrega de mercadorias e em permanente movimento pelas ruas, esses condutores muitas vezes se envolvem em situações de perigo com os carros.

As ações do Contran buscam controlar o fator humano, elemento central na gestão do trânsito. Estima-se que a maioria dos acidentes ocorrem por razões que dizem respeito ao comportamento do condutor. Falta de atenção, desobediência à sinalização, velocidade incompatível e ingestão de álcool são, estatisticamente, as causas mais identificadas nos sinistros de trânsito.

Como veículo pioneiro na campanha pela Paz no Trânsito em Brasília, este jornal entende que os mecanismos de controle se juntam a outra medida, também fundamental: a conscientização. A segurança no trânsito é um bem coletivo, cabendo a todos zelar por ela, antes mesmo da ação coercitiva do Estado.



CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Dia D de vacinação

Um dos fatores a explicar a queda na cobertura vacinal no Brasil é a percepção de parte da sociedade de que algumas doenças não oferecem mais perigo. Quem assim pensa certamente nunca se deparou com um caso de sarampo ou de poliomielite, por exemplo. E isso só é possível porque, lá atrás, gerações atendiam à convocação das autoridades de saúde e compareciam em peso para se vacinar contra essas e outras enfermidades. A conscientização e a presteza em procurar a proteção oferecida pelos imunizantes permitiram a blindagem que hoje temos contra uma série de moléstias.

As altas coberturas vacinais que outrora conquistamos possibilitaram a erradicação ou o controle de doenças preveníveis. Isso não significa, porém, que podemos baixar a guarda. Os agentes causadores delas continuam a circular por diversos países e podem retornar, se deixarmos as portas abertas.

Um exemplo é o sarampo. A cidade de São Paulo e municípios da região metropolitana enfrentam um surto da doença, provocado por casos importados. Para evitar que a enfermidade se alastre, o Ministério da Saúde está em campanha para vacinar todos os moradores desses locais, com idades entre 6 meses e 59 anos. Mesmo os que se imunizaram no passado devem receber a dose extra.

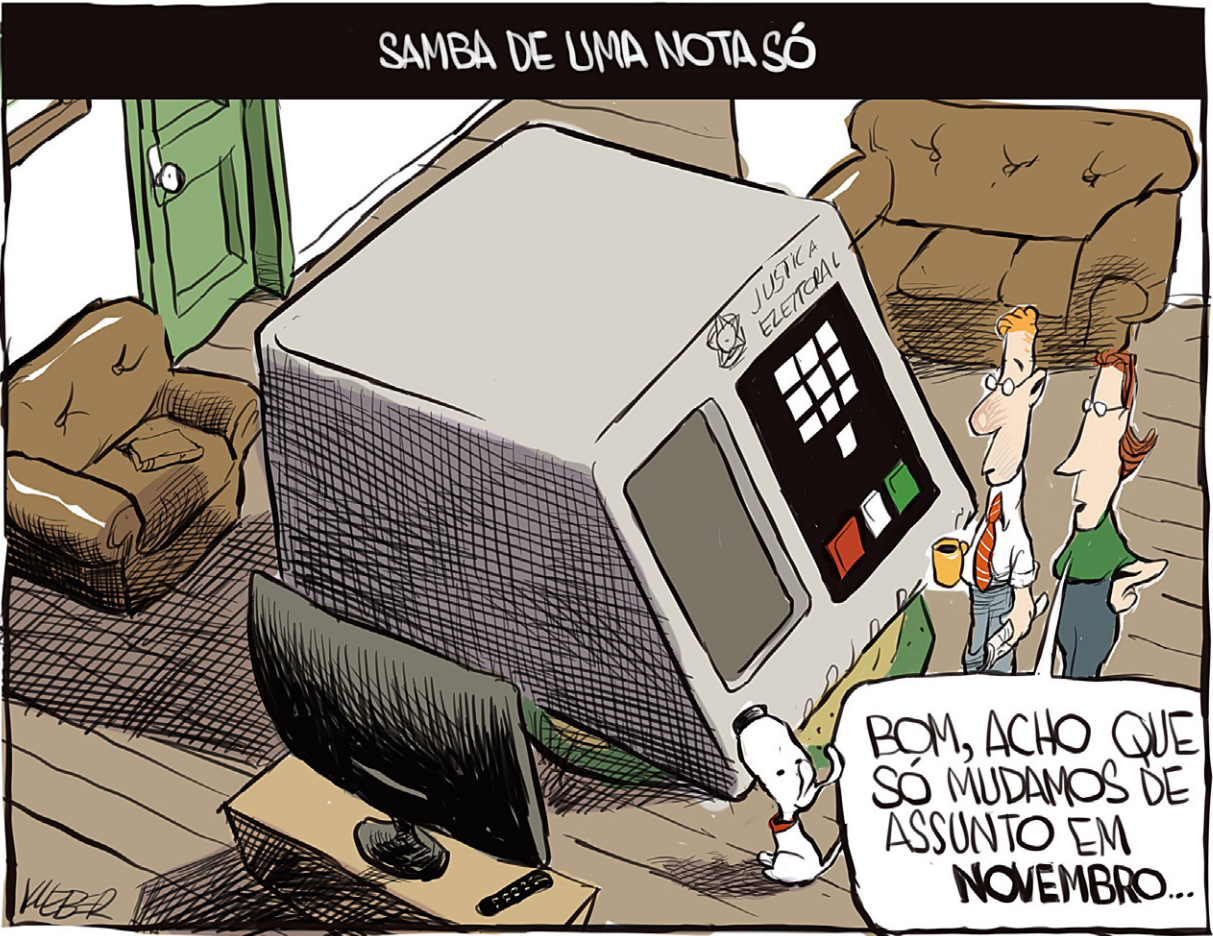
O sarampo é altamente contagioso, e a facilidade com que se propaga exige medidas céleres de contenção.

Uma pessoa infectada pode transmitir o vírus dias antes do aparecimento das manchas vermelhas pelo corpo, ou seja, tem potencial para espalhá-lo sem saber que está doente.

A negligência com a moléstia pode ser fatal. Entre as complicações, estão pneumonia — causa mais comum de mortes por sarampo entre crianças pequenas; infecção no ouvido, que pode levar à perda auditiva permanente; inflamação no cérebro e morte.

O imunizante contra sarampo é um dos disponíveis na Campanha Nacional de Multivacinação, que prossegue até 1º de setembro. No próximo sábado, ocorre o Dia D da mobilização em unidades de saúde de todo o Brasil. Pais ou responsáveis podem levar crianças e adolescentes menores de 15 anos que estão com doses em atraso, de qualquer um dos 20 tipos de imunizantes oferecidos, para atualizar a caderneta. A novidade da lista é a vacina pneumocócica 20-valente, incorporada em junho deste ano ao calendário nacional e indicada para crianças com menos de 5 anos. Ela protege contra pneumonias e meningites.

A imunização nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias é obrigação prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente. Aqui no Brasil, as doses são uma proteção acessível e gratuita. Não deixemos que meninos e meninas corram risco de sequelas graves e até de morte. Para além da obrigação imposta pela lei, vacinar é um ato de amor.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Fundo Constitucional

Mais uma vez, o Distrito Federal enfrenta iniciativas para reduzir recursos essenciais à população. O Fundo Constitucional não é privilégio, mas instrumento indispensável ao funcionamento da capital da República. Seus recursos sustentam áreas fundamentais como segurança pública, saúde e educação. Brasília abriga Presidência da República, Congresso, tribunais, ministérios, embaixadas e outros órgãos federais. Por isso, toda a estrutura mantida pelo Distrito Federal também beneficia diretamente a União. Preocupa qualquer tentativa de reduzir esses recursos, principalmente por meio de um “jabuti” inserido em projeto de assunto distinto. Mudanças dessa importância precisam ser discutidas de forma transparente, específica e com ampla participação da sociedade. Reduzir o Fundo poderá comprometer serviços prestados aos moradores e às próprias instituições da República. Equilíbrio fiscal é necessário, mas não pode significar o enfraquecimento da segurança, da saúde e da educação da capital. Defender o Fundo Constitucional é defender Brasília e o adequado funcionamento das Instituições Brasileiras.

» **João Coelho Vítola**
Asa Norte

Boas escolhas

Eleições chegando, festa da democracia. Promessas mirabolantes, juras de amor ao Brasil. Candidatos honestos e devotados à causa pública. Deus ilumine o bom senso dos eleitores. Que o resultado das urnas traga ventos de esperança e benefícios para o povo. O país está cansado de salvadores da pátria. De enviados divinos. Depois de eleitos, esquecem a população sofrida. Leis duras e implacáveis para corruptos, pedófilos e covardes assassinos de mulheres. Basta de impunidade para togados e demagogos engomados. A canalhice e o cinismo de poderosos abonados sustentam cidadãos de bem, chefes de família e pagadores de impostos. O Brasil dispõe de água e sol o ano inteiro. Próspero na produção de alimentos. Não se justifica que falte comida na mesa de milhares de brasileiros. Se não se roubasse tanto, o Brasil seria mais feliz.

» **Vicente Limongi Netto**
Asa Sul

Taxa das Blusinhas

Crie, do nada, um imposto que nunca existiu. Prejudique milhões de pessoas de baixa renda, diminuindo-lhes o poder de compra. Vulnerabilize mais ainda as já combalidas finanças dos Correios. Arrecade nem 10% do valor inicialmente previsto. Ao final, revogue a taxação às vésperas da eleição e utilize dinheiro público para fazer propaganda eleitoral divulgando isso. Somente sendo tolo para acreditar neste governo!

» **Ricardo Santoro**
Lago Sul

IA na saúde

A inteligência artificial já começa a ocupar espaços antes reservados exclusivamente à decisão humana na saúde.

Editora: Carmen Souza // carmensouza.df@dabr.com.br
opiniao.df@dabr.com.br || **3214-1157**

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Crise: quem diria que a Casas Bahia iria estar nessa situação?

Vital Ramos de Vasconcelos Júnior — Jardim Botânico

O Brasil se despede de duas gigantes da arte: Laura Cardoso e Glória Menezes, que deixam uma contribuição imensa para a cultura e para a história da dramaturgia nacional.

José Ribamar Pinheiro Filho — Asa Norte

Etarismo tecnológico: a Meta não vicia apenas adolescentes. Vicia recém-nascidos, crianças, adultos e idosos.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

Seus algoritmos podem identificar riscos, priorizar atendimentos e auxiliar na distribuição de recursos escassos. Mas eficiência não é sinônimo de justiça: um algoritmo aprende com dados que podem carregar desigualdades históricas. Se os dados refletem exclusões sociais, a máquina pode transformar discriminações antigas em decisões aparentemente neutras. Quem terá acesso primeiro a um leito, medicamento ou tratamento não pode ser definido apenas pela lógica matemática. A saúde pública envolve valores, direitos, vulnerabilidades e escolhas éticas que não cabem integralmente em uma fórmula. Por isso, algoritmos que venham a ser utilizados pelo SUS precisam ser transparentes, auditáveis e permanentemente submetidos ao controle humano. É indispensável saber quais critérios orientam essas decisões e quem responde quando o sistema erra. A IA pode ampliar a capacidade do SUS, mas jamais deve terceirizar para máquinas a responsabilidade ética pelo cuidado.

» **Oswaldo Jesus Motta**
Rio de Janeiro

Papel da família

As acusações contra a Meta são graves e precisam ser investigadas com rigor. Mas há uma verdade incômoda que não pode ser ignorada: o algoritmo não substitui o papel dos pais e da família como um todo! Não basta culpar a tecnologia. É preciso olhar para dentro de casa. Saber o que o filho consome, com quem fala, quanto tempo passa on-line é entender que, na adolescência, liberdade sem orientação é um risco. A Meta tem responsabilidade, mas os pais também têm e não podem terceirizá-la para o Estado, para a escola ou para o acaso.

» **Paccelli M. Zahler**
Sudoeste

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*	
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM	
			R\$ 1.187,88	
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES	
			(promocional)	
Assine				
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp				
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.				
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.				
Anuncie				
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp				
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp				
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp				

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2586 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

Produzindo alimentos saudáveis e esfriando o planeta



» PEDRO ZANETTI
Mestre em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e especialista em bioeconomia do Instituto Clima e Sociedade (ICS)

» CARLOS MAGNO MEDEIROS MORAIS
Mestre em agroecologia e desenvolvimento rural sustentável pela Universidad Internacional de Andalucía e Fulbrighter na Cornell University

O El Niño pode aumentar as temperaturas mundiais entre agosto e outubro de 2026 e levar quase 49 milhões de pessoas para a fome extrema até 2027, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU). Embora seja um evento temporário e cíclico, que altera ventos, chuvas e temperaturas, ele se soma aos efeitos das mudanças climáticas. Nesse cenário, uma atividade merece destaque: a agricultura familiar. Ao mesmo tempo em que é cada vez mais ameaçada pela alteração do clima, é ela que garante boa parte da comida que chega à mesa dos brasileiros todo dia. Quando essa produção é afetada, há impactos sobre oferta, preços e acesso aos alimentos.

A agricultura familiar já é parte da solução porque constrói sistemas alimentares mais resilientes, sustentáveis e diversos, o que diminui riscos provocados por secas, geadas ou chuvas intensas; conserva recursos naturais (água, solo e biodiversidade); tem capacidade de reduzir emissões; e garante a segurança alimentar da população nas regiões distantes de grandes centros de

distribuição, pois, diferentemente da agricultura industrial, cada bioma tem suas especificidades e produz alimentos que levam poucas horas para serem transformados em comida na mesa, desde o açaí na Amazônia ao queijo de manteiga no sertão paraibano. O diferencial são a diversidade e os circuitos curtos de comercialização, com uma pegada de carbono muito mais baixa.

No Brasil, a agricultura familiar é um setor estratégico. Segundo dados do último Censo do IBGE, apesar de ocupar apenas um quarto das terras, ela é a ocupação de quase 70% da mão de obra no meio rural. Entretanto, o principal instrumento para seu financiamento, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), ainda precisa reduzir a burocratização do acesso ao crédito às famílias, o que tem gerado desigualdades históricas. Para se ter uma ideia, em três décadas, segundo levantamento de microdados do Banco Central (Bacen), 47% dos recursos do Pronaf foram destinados à pecuária e à soja no Brasil — só na Amazônia, cerca de 85% das operações foram destinadas à pecuária, mostrando uma concentração ainda maior —, enquanto cadeias da sociobiodiversidade, como açaí, umbu, castanha e cacau nativo, continuam com acesso restrito ao crédito, apesar de seu potencial de gerar renda e resiliência às mudanças climáticas, conservar biomas e diversificar a produção.

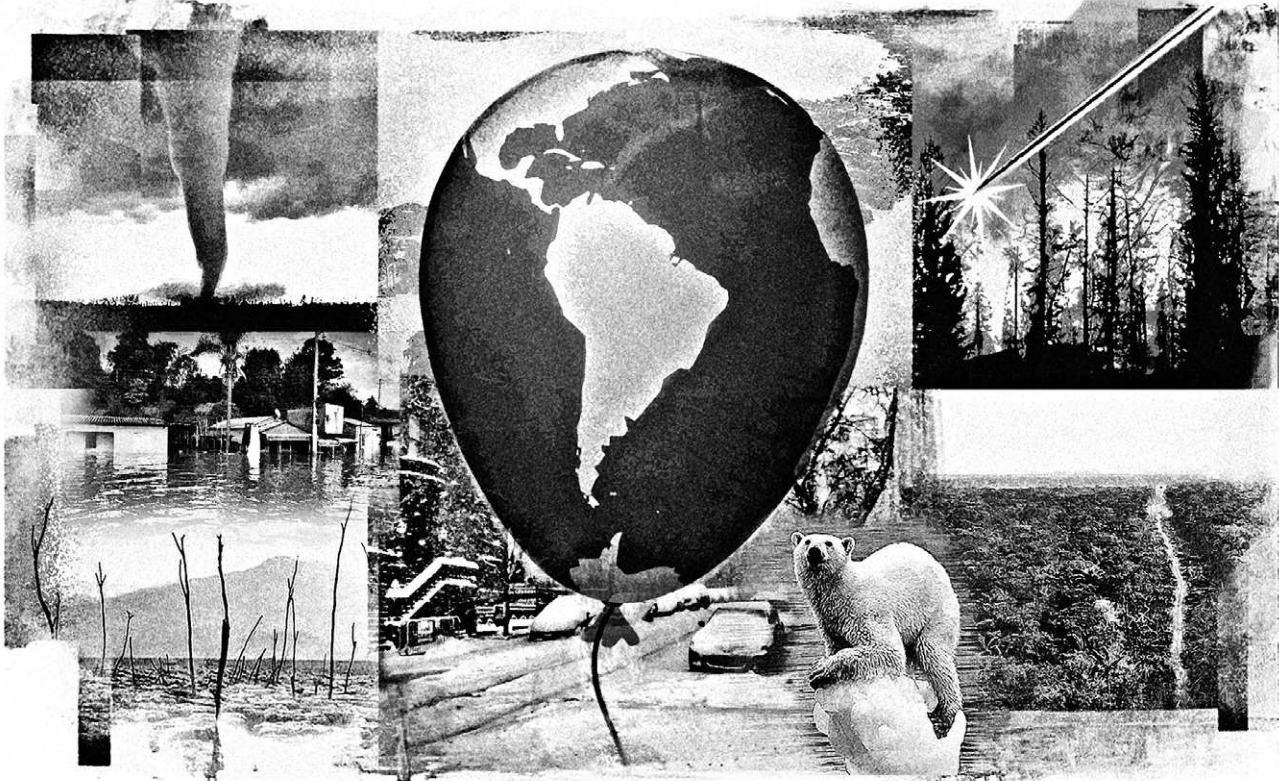
É urgente, portanto, a aplicação da reforma agrária prevista na Constituição Federal, que permite desapropriar imóveis rurais que não cumprem sua função social, o que destrava terras improdutivas para a produção de alimentos. É preciso ainda ampliar a validade do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), hoje limitada a dois anos, e a rede de organizações emissoras, fundamental para o acesso de povos tradicionais, extrativistas e agricultores familiares às políticas de

financiamento — uma das principais sugestões da campanha +Sociobio no Pronaf, liderada pelo Observatório das Economias da Sociobiodiversidade (Osociobio) e coordenada tecnicamente pela Conexsus. Hoje, cerca de 40% das famílias agricultoras ainda não têm CAF ativo, conforme nota técnica do Osociobio, fato que as impede de acessar o Pronaf e outras políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O cenário dos eventos extremos está exigindo cada vez mais adaptação e resiliência dos agricultores familiares, que são essenciais para o país e têm grande potencial de contribuir com a segurança alimentar e a saúde dos brasileiros, se acessarem o crédito agrícola. No Semiárido, por exemplo, a agricultura familiar já vem promovendo resiliência climática há décadas. As famílias criaram estratégias para conviver com o ambiente de escassez de água, secas recorrentes e alta variabilidade das chuvas, por meio de captação de água da chuva, bancos comunitários de sementes e sistemas agroecológicos.

Fortalecer a agricultura familiar significa, assim, aumentar a capacidade de adaptação dos territórios rurais, proteger a produção de alimentos, conservar ecossistemas e promover práticas agrícolas que contribuem para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e para garantir o abastecimento da população. Por isso, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) consideram a agricultura familiar um ator central no enfrentamento da crise climática. Cabe aos governantes terem a clareza de que as mudanças climáticas afetam em cheio a segurança alimentar e a transição ecológica de seus países, e o Brasil não está fora dessa equação.

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



Rota bioceânica e vocação estratégica de Brasília



» SÉRGIO E. MOREIRA LIMA
Embaixador na Austrália (2019-2021)

Brasília é o maior projeto estratégico do país no século 20. Sua construção não foi apenas a transferência da capital para o interior. Representou a decisão de Estado de transformar a geografia econômica e política do Brasil, integrar seu território, estimular a interiorização do desenvolvimento e projetar uma visão de futuro nacional. No século 21, a natureza da integração está mudando. A competitividade das nações depende cada vez mais da capacidade de produzir conhecimento, dominar tecnologias, processar dados e participar de novas redes digitais.

É nesse contexto que a Rota Bioceânica de Capricórnio pode adquirir significado estratégico semelhante, em uma escala sul-americana. Mais do que um corredor destinado a aproximar o Atlântico e o Pacífico, ela pode representar plataforma de integração, econômica, tecnológica e digital, conectando territórios, mercados, cadeias produtivas e centros de conhecimento.

A criação da IIRSA, na Cúpula de Presidentes, em 2000, conferiu a Brasília papel central na formulação da infraestrutura da América do Sul, região que ainda carece de estratégia digital unificada. O Corredor Logístico representa oportunidade de refletir sobre essa lacuna a partir dos compromissos do Consenso de Brasília (2023). Como superar a assimetria regulatória regional e aproximar a Lei de Proteção de Dados de 2018 à legislação de outros países vizinhos? Como conciliar

diferentes níveis de maturidade jurídica, convergir interesses e reduzir vulnerabilidades? A região exporta dados brutos e talentos científicos, e importa soluções de inteligência artificial (IA) e serviços de nuvem de alto valor agregado, que aprofundam a dependência econômica e tecnológica.

O ecossistema digital global está sendo moldado. Suas implicações estratégicas e geopolíticas demandam escrutínio e juízo crítico. Esse exercício pressupõe amplo debate interno, articulação regional e multilateral. Na economia moderna, a soberania deixa de ser apenas domínio sobre o território para tornar-se capacidade de orientar conhecimento e inovação, contribuindo para a construção da ordem. Cabos de fibra ótica, centros de processamento de dados e IA determinam a competitividade das nações.

O Plano Mestre da Rota identifica a conectividade digital como um dos pilares de integração regional. O objetivo não é só reduzir tempo e custos de transporte, mas criar condições para a inovação e produção integrada. Brasília pode mitigar gargalos digitais da rota em várias frentes com vistas à interconexão de sistemas aduaneiros, planejamento da expansão da conectividade, articulação de parceiros internacionais para superar emergências na fronteira e garantir segurança cibernética.

A conclusão da Rota, em 2027, mostra o interesse regional no êxito da iniciativa e a vitória do pragmatismo sobre a sintonia ideológica entre governos. Brasília consolidou-se como centro da administração pública. O desafio agora é ampliar essa vocação e tornar-se polo de inteligência estratégica e governança digital. Essa nova missão pressupõe visão de sustentabilidade compatível com a singularidade da capital federal.

Patrimônio Cultural da Humanidade, Brasília ocupa, também, posição geográfica crítica no Cerrado, bioma de relevância para a biodiversidade e

a segurança hídrica nacional. A proteção de seus recursos naturais, nascentes e ecossistemas deve integrar qualquer estratégia de desenvolvimento, inclusive as associadas à expansão da infraestrutura digital. A Rota pode transformar Brasília no cérebro logístico e de inteligência de dados, mas igualmente num vetor de sustentabilidade global a partir de um dos maiores corredores comerciais do planeta ligados ao Indo-Pacífico por meio de estrada física, infovia e cabos submarinos até Austrália e Ásia.

A integração promovida pela Rota Bioceânica implica sistemas aduaneiros interoperáveis, certificação eletrônica de documentos, rastreabilidade logística, proteção de dados e aplicação de IA à gestão do comércio internacional. Essas funções dependem menos de infraestrutura física do que de capacidades digitais avançadas. Brasília deve converter-se na plataforma regional de serviços digitais voltados à integração sul-americana e à segurança cibernética. A economia digital reduz assimetrias históricas. Ao contrário da industrial clássica, dependente da geografia e de recursos naturais, a economia do conhecimento valoriza capital humano, inovação e conectividade. Regiões tradicionalmente periféricas integram-se a cadeias globais de valor por meio de serviços digitais.

Essa mudança apresenta dimensão geopolítica. No mundo da competição estratégica entre grandes potências, a soberania depende do controle do território, mas também da capacidade de produzir conhecimento e proteger infraestruturas digitais críticas. A integração física promovida pela Rota e a integração digital liderada por Brasília constituem faces complementares da mesma estratégia nacional de desenvolvimento, que aproxima o Mercosul de seu principal mercado no Indo-Pacífico com vistas à nova economia do século 21.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

O indivíduo é o Estado de si próprio

“O socialismo não defende o povo; ele defende o Estado contra o povo. Ele destrói a menor minoria que existe na Terra: o indivíduo.” A frase, atribuída à filósofa Ayn Rand, (1905-1982), soa para muitos como retórica de guerra fria ou um exagero panfletário de outra época. Mas basta atravessar o mapa-múndi e percorrer o calendário do último século para perceber que ela não é uma metáfora sem sentido prático, é relatório cru do que viu e viveu na carne, em seu tempo. De fato, onde quer que o socialismo tenha sido implantado como projeto de Estado, e não apenas discutido como ideia em livros e seminários, o resultado foi repetido de forma quase monótona, comum a regularidade quase mecânica, a confirmar tudo de maneira fria: o indivíduo deixou de ser fim em si mesmo e passou a ser meio para um objetivo coletivo definido por outros e indefinido para o indivíduo. E, como todo meio, dentro dessa fórmula maligna, pôde ser sacrificado sempre que o objetivo assim o exigir.

Nenhum experimento ilustra melhor a tese de Rand do que a própria União Soviética, onde viveu parte de sua vida. O bolchevismo prometeu libertar o operário e o camponês da exploração. Em vez disso, entregou um aparato estatal monstruoso, que decidia o que cada família podia comer, plantar, dizer e pensar. A coletivização forçada da agricultura ucraniana, entre 1932 e 1933, provocou o Holodomor, fome artificial que matou milhões de pessoas justamente porque camponeses individuais resistiram a entregar suas terras e sua produção ao Estado. O sistema de campos de trabalho forçado, o Gulag, tornou-se o símbolo mais duradouro dessa lógica, em que dissidentes, escritores, camponeses relutantes e até militantes do próprio partido que ousaram, em algum momento, divergir e acabaram triturados por um Estado que se apresentava como guardião coletivo do povo, mas que, na prática, perseguiu qualquer indivíduo que se recusasse a se dissolver na massa ou no formigueiro.

Também na China maoísta, que seguiu a mesma fórmula, o indivíduo restou como estatística e só isso. O Grande Salto Adiante, lançado por Mao Tsé-Tung, em 1958, é talvez o exemplo mais brutal de como o coletivismo trata a pessoa como número descartável. Ao perseguir metas industriais irreais fixadas centralmente, o regime provocou uma fome que, segundo estimativas históricas, matou entre 30 e 45 milhões de chineses. Famílias inteiras foram desestruturadas, celeiros pessoais requisitados, ferramentas de cozinha fundidas para cumprir cotas de aço. Uma década depois, a Revolução Cultural transformou vizinhos em delatores e filhos em acusadores dos próprios pais, tudo em nome da pureza ideológica do coletivo contra o chamado indivíduo “burguês”, “desviante” ou simplesmente diferente.

Noutro tempo e lugar a receita se repetiu.

Sob o Khmer Vermelho, entre 1975 e 1979, o projeto de apagamento do indivíduo atingiu talvez seu ápice histórico e sádico. Cidades foram esvaziadas à força, famílias separadas, o próprio conceito de propriedade privada e de vida pessoal foi declarado inimigo da revolução. Usar óculos, falar outro idioma ou simplesmente ter estudado eram, aos olhos do regime, provas de individualismo perigoso. Estima-se que cerca de um quarto da população cambojana tenha morrido em quatro anos, não por acidente, mas como consequência direta de um projeto que via a pessoa concreta e individual como obstáculo ao homem novo coletivo.

Em Cuba, o racionamento estatal de alimentos, a proibição histórica de pequenos negócios privados e o controle sobre a saída do país transformaram a autonomia pessoal em privilégio concedido pelo partido, não em direito do cidadão. Na Alemanha Oriental, a Stasi chegou a manter um em cada 60 cidadãos como informante, criando uma rede gigantesca de vigilância que fez da vida privada, que era talvez o último refúgio do indivíduo, num espaço monitorado dia e noite pelo Estado onipresente.

Na Coreia do Norte, o sistema songbun classifica formalmente cada pessoa, por herança familiar, em categorias de lealdade ao regime, determinando emprego, moradia e acesso a alimentos: o indivíduo não nasce livre, nasce classificado pelo Estado e seu futuro cabe apenas nessa categoria.

Mais perto de nós, a Venezuela oferece um exemplo contemporâneo desse mesmo padrão. O controle de câmbio, o confisco e a estatização de empresas privadas, o controle de preços e a perseguição a opositores políticos desidrataram a economia e a sociedade civil venezuelanas. Milhões de venezuelanos deixaram o país, criando a maior crise migratória da história recente da América Latina e talvez do mundo moderno. Foram todos não apenas em busca de riqueza, mas em busca do direito básico de decidir sobre a própria vida, algo que o Estado bolivariano, em nome do “povo” e do “socialismo do século 21”, foi progressivamente esvaziando.

O que une a Ucrânia de Stálin, a China de Mao, o Camboja de Pol Pot, a Alemanha Oriental, Cuba e a Venezuela não é a geografia, nem a cultura, nem sequer a intenção declarada de seus líderes, muitos dos quais, sinceramente ou não, diziam agir em nome do povo. O que os une é a estrutura. Ou seja, quando o Estado assume o poder de planejar centralmente a vida econômica e social, ele necessariamente precisa de autoridade para anular escolhas individuais que contrariam o plano.

A frase que foi pronunciada:

“Um sistema comunista pode ser reconhecido pelo fato de poupar os criminosos e criminalizar o opositor político.”

Alexander Soltschenizyn

História de Brasília

Foi aí que a reunião transformou-se numa solenidade, usando da palavra o advogado da defesa Newton Antunes, e, a seguir, o promotor Sebastião Barbosa. Foi uma solenidade de grande civismo. (Publicada em 25.05.1962)

O desafio do tempo e da longevidade

Estudo avalia como supercentenários alcançam a velhice saudável. Segundo os pesquisadores, a chave do mistério está na expansão seletiva de certas células T, mesmo com a idade extremamente avançada

» ISABELLA ALMEIDA

O sistema imunológico humano possui células especializadas chamadas linfócitos T citotóxicos CD4 (CD4 CTLs) capazes de destruir estruturas tumorais em alguns tipos de câncer. Quando uma pessoa adocece, elas se multiplicam em um processo chamado expansão clonal para ajudar a combater a infecção. Agora, em um novo estudo publicado, ontem, na revista *Cell Reports*, pesquisadores liderados pela Universidade de Osaka, no Japão, mostram que essas agentes imunológicas também podem desempenhar um papel no envelhecimento saudável entre pessoas supercentenárias.

“O envelhecimento imunológico não é simplesmente um processo de declínio”, afirma o primeiro autor, Kosuke Hashimoto, professor associado da Universidade de Osaka. “A expansão seletiva de certas células T sugere que, mesmo em idade extremamente avançada, o sistema imunológico pode continuar a se adaptar aos desafios relacionados à idade.”

De acordo com a publicação, os linfócitos T citotóxicos CD4 são uma assinatura celular dos supercentenários, pessoas que vivem até os 110 anos ou mais. Durante o estudo, os pesquisadores descobriram que essas células se expandem e se adaptam nessa população idosa. “Os linfócitos T citotóxicos CD4 são uma população de células T atípicas e relativamente raras”, disse o primeiro autor. “Portanto, seu aumento acentuado em supercentenários pode fornecer pistas importantes sobre como o sistema imunológico é mantido em idades extremamente avançadas.”

Para o trabalho, os cientistas analisaram amostras de sangue de 28 adultos, divididos em três faixas etárias: 70 a 99, 100 a 109 e 110 anos ou mais. A proporção de linfócitos T citotóxicos CD4 aumentou com a idade, com percentuais médios de 4%, 9,6% e 17,6%, respectivamente.

Embora os resultados sugiram que a expansão de CTL CD4 comece por volta dos 100 anos, esse fenômeno não foi exclusivo de centenários e supercentenários. Entre os voluntários, um com menos de um século de vida apresentou a maior proporção dessas estruturas. Em seguida, a equipe analisou os receptores de células T dos participantes e descobriu que os linfócitos T citotóxicos CD4 se clonam quando o sistema imunológico está sob ataque.

No estudo, o clone mais proeminente apresentou, em média, 33,3% dos linfócitos

T citotóxicos CD4, indicando que os idosos podem estar respondendo a ameaças imunológicas persistentes. Em uma amostra de sangue de um centenário, um único clone representou 53,8% dos CTL CD4.

Respostas imunes

Em seguida, os pesquisadores compararam as sequências de receptores do clone de CTL CD4 mais prevalente de cada participante com as de um banco de dados público. Quase 30 correspondências pertenciam a pessoas com câncer, especificamente tumor de pulmão, mama e fígado. Como nenhum dos centenários ou supercentenários estudados havia sido diagnosticado com esses tipos de doença, os cientistas levantaram a hipótese de que a expansão de CTL CD4 poderia refletir respostas imunes precoces.

“Alguns linfócitos T citotóxicos CD4 podem reconhecer alvos relacionados ao câncer, embora seus alvos exatos permaneçam desconhecidos”, diz Hashimoto. O estudo, que se concentrou nas células T circulantes no sangue, não prova

que ter uma abundância de CTLs CD4 previna o câncer ou faça com que uma pessoa viva mais tempo. A equipe afirma que o próximo passo é pesquisar como essas células se comportam nos tecidos humanos.

Segundo Rinaldo Pereira, professor de genética médica e imunologia da Universidade Católica de Brasília (UCB), o primeiro passo para tornar essa descoberta uma estratégia para o envelhecimento saudável é identificar com precisão quais antígenos desencadeiam essas respostas. “Sem conhecer o alvo, não é possível projetar intervenções seguras. E, no trabalho, os clones de CD4 citotóxicos eram únicos para cada voluntário, ou seja, contavam uma história individual.”

“Há, também, um risco real: o acúmulo excessivo de CD4 citotóxicos está associado a doenças autoimunes e inflamação crônica em outros contextos. O caminho mais imediato e realista é usar essas descobertas para desenvolver biomarcadores capazes de monitorar o risco de câncer e prever trajetórias de envelhecimento. Antes de intervir, é preciso aprender a medir”, completou.

“A medida que envelhecemos, células anormais, incluindo células senescentes e cancerosas, tornam-se mais comuns. Nossos resultados sugerem que a adaptação imunológica a essas mudanças pode contribuir para uma longevidade excepcional”, destacou Hashimoto.

Imagem de magnific



Células T explicam o segredo da imunidade em idade avançada. Para chegarem a essa conclusão, os cientistas analisaram amostras de sangue de 28 adultos, em três faixas etárias: 70 a 99, 100 a 109 e 110 anos ou mais

Duas perguntas para

DANIELE AMARO, oncologista, cofundadora do canal Longidade e especialista em longevidade

O estudo mostra um aumento expressivo de linfócitos T citotóxicos CD4 em pessoas com mais de 100 anos. O que essa descoberta revela sobre a relação entre sistema imunológico e longevidade?

Essa descoberta é muito interessante porque nos ajuda a abandonar uma visão simplista de que o sistema imunológico necessariamente vai apenas “enfraquecendo” à medida em que envelhecemos. O que parece acontecer nos indivíduos que alcançam idades extremas é algo mais complexo: existe perda de algumas funções, evidentemente, mas também existe adaptação. Nesse estudo, a proporção de linfócitos T citotóxicos CD4 aumentou progressivamente entre os grupos avaliados: a mediana foi de cerca de 4% entre 70 e 99 anos; 9,6% entre 100 e 109 anos e 17,6% nos indivíduos com 110 anos ou mais. Essas são células relativamente raras, capazes de adquirir uma função citotóxica, ou seja, de reconhecer e destruir células consideradas anormais. O fato de estarem tão expandidas nos supercentenários sugere que a longevidade excepcional talvez esteja associada não simplesmente a um sistema imunológico “jovem”, mas a um sistema imunológico que envelheceu de maneira particularmente eficiente



Arquivo cedido

uma consequência de um sistema imunológico que já envelheceu de maneira diferente?

Essa é provavelmente a pergunta mais importante que o estudo deixa aberta. Nesse momento, as duas possibilidades são plausíveis. Essas células podem participar ativamente da longevidade, ajudando a eliminar células infectadas, senescentes ou potencialmente malignas ao longo da vida. Mas também podem ser uma espécie de “marca” de pessoas cujo sistema imunológico, por razões genéticas e ambientais, conseguiu se adaptar melhor ao envelhecimento. O desenho deste estudo não permite separar causa de consequência. Ele é observacional e avaliou apenas 28 indivíduos distribuídos em três grupos etários. Além disso, os pesquisadores estudaram células presentes no sangue, e ainda não sabemos se essas mesmas células estão exercendo uma atividade protetora nos tecidos, que é onde efetivamente surgem muitos tumores e outras alterações relacionadas à idade. Portanto, eu diria que encontramos uma assinatura imunológica associada à longevidade excepcional, mas ainda não um mecanismo comprovadamente responsável por ela. Essa distinção é muito importante.

VONTADE DE DORMIR

Onde nasce o sono

Pesquisadores da Universidade de Basel, na Suíça, identificaram populações neuronais no cérebro de camundongos que são ativadas durante períodos prolongados de vigília e cruciais para o sono. As descobertas, publicadas, ontem, na revista *Nature*, ajudam a compreender melhor como o cérebro gera a necessidade de dormir.

Apesar do sono ser indispensável para vida, os cientistas têm se esforçado para entender como o cérebro controla o tempo em vigília e o transforma na necessidade de dormir. A equipe liderada pelo professor Alex Schier, da Universidade de Basel, em colaboração com outras instituições, identificou neurônios específicos que são cruciais para essa relação equilibrada.

“Identificamos populações neuronais que monitoram a vigília prolongada e promovem ativamente o sono. Essa é uma peça importante que faltava para entendermos por que sentimos sono”, detalhou Schier.

Para identificar as regiões cerebrais

envolvidas, os pesquisadores compararam os padrões de ativação cerebral em camundongos durante ciclos normais de sono-vigília, privação de sono e descanso de recuperação.

A análise revelou áreas específicas que refletiam o tempo gasto em vigília. Dentro de uma dessas regiões, eles identificaram, ainda, duas populações neuronais distintas que influenciam a necessidade de sono: neurônios GABAérgicos e serotoninérgicos no tronco encefálico.

A ativação de ambas as populações neuronais aumentou quanto mais tempo os animais permaneceram acordados e diminuiu novamente após o início do sono. Em seguida, os pesquisadores questionaram se esses neurônios apenas refletiam o estado de vigília ou se geravam ativamente uma resposta compensatória ao sono.

Quando ambas as populações foram ativadas artificialmente, os camundongos dormiram por mais tempo e mais profundamente, apresentando uma forma de sono reparador



imagem de drobotdean no Magnific

Cientistas se esforçam para entender como o cérebro controla o tempo em vigília e o transforma em sono

que normalmente ocorre após períodos prolongados de vigília. Em contrapartida, a inibição dessas células reduziu drasticamente a vontade de dormir e permitiu que os animais se mantivessem um estado de alerta.

“Esses neurônios não apenas sinalizam que um animal esteve acordado. Nossos experimentos mostram que eles são cruciais para promover o sono e que podem ser componentes-chave do circuito neural que gera o impulso para dormir”, detalhou Schier.

Experimentos adicionais mostraram que a inibição a longo prazo das duas populações neuronais reduziu substancialmente a necessidade de sono, com os ratos dormindo, aproximadamente, 70% menos do que o habitual. Inesperadamente, a maioria desses animais não apresentou alguns dos graves comprometimentos comportamentais que tipicamente acompanham a privação de descanso.

Definição

De acordo com Andrea Bacelar, neurologista, neurofisiologista, especialista em medicina do sono e membro titular da Academia Brasileira do Sono ABS, há a necessidade de mais estudos na área. “Não apenas em camundongos, mas também em pessoas com hipersonia, para que a gente defina vias. Já temos algumas, como as GABAérgicas, antiorexinérgicas, e anti-histamínicas. Existem fármacos, como os inibidores seletivos da recaptação de serotonina; existem vários remédios que agem para melhorar o tempo e a qualidade do sono e melhorar o alerta durante o dia.”

“Também existem agonistas de hipocretina para pessoas com hipersonia, pessoas com narcolepsia. Então, a ciência tem evoluído muito nesse sentido. Agora, hoje, dizer que teremos formas ou fármacos que nos farão dormir um tempo menor do que o nosso tempo biológico e que essa falta de sono não compromete a nossa saúde física e mental, isso aí nós ainda não temos”, completou a especialista.



O papel estratégico dos candidatos a vice

Muito além de uma substituição legal em eventual ausência, a escolha do segundo nome na chapa majoritária define alianças políticas, chega a setores que o titular não alcança e pode garantir a governabilidade do futuro mandato

» CARLOS SILVA

Candidatos e candidatas ao Executivo concentram a maior parte da atenção durante as campanhas eleitorais, mas a escolha do nome que virá como vice costuma ser uma das decisões mais estratégicas na formação das chapas majoritárias. Além de representar um eventual sucessor em caso de afastamento do titular, a segunda figura pode ampliar alianças partidárias, atrair segmentos específicos do eleitorado e fortalecer a governabilidade de um futuro mandato. Com as articulações para as eleições de 2026 finalizadas, partidos e lideranças políticas intensificam a divulgação das chapas, para propagar os nomes por trás das candidaturas como vices ao eleitorado. Especialistas ouvidos pelo **Correio** avaliam que a escolha pode influenciar tanto o desempenho nas urnas quanto a capacidade de articulação de um eventual governo.

Para o doutor em ciência política pela Universidade de Brasília (UnB) Leonardo Rodrigues de Moraes, o candidato a vice exerce um papel estratégico na composição das chapas, mas sua influência sobre o resultado das urnas é limitada. “A influência do vice na chapa não é decisiva. Ele exerce apenas um efeito marginal sobre os votos totais do candidato principal”, afirma. Segundo o especialista, a escolha costuma buscar a complementação do perfil do titular. “O vice acaba agregando aquilo que falta no titular: legitimidade, confiança de um setor específico ou ampliação de palanque. Nesse sentido, é mais um reforço estratégico pontual do que um fator decisivo isolado”, avalia.

Ao tratar dos critérios utilizados pelos partidos, Moraes destaca que fatores eleitorais e geográficos têm maior peso do que aspectos como diversidade ou diferenças ideológicas. O cientista político acrescenta que também é comum buscar equilíbrio regional e geracional entre os integrantes da chapa. “A maioria dos vices, apesar de ser de sigla diferente, evita romper o alinhamento ideológico da chapa, para não gerar atrito de governo”, observa.

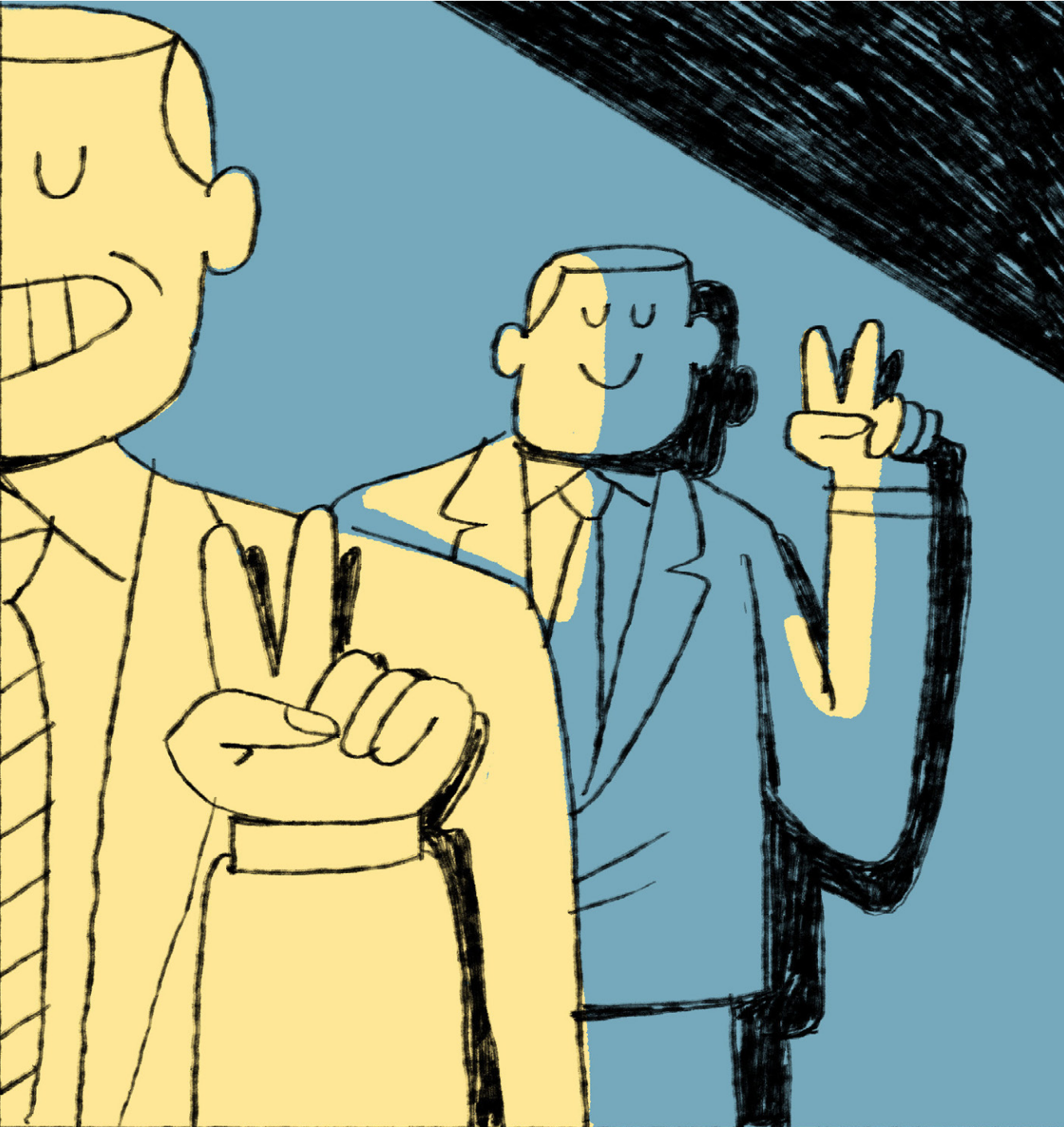
Na avaliação do especialista, a polarização política também ampliou a importância estratégica do vice. “Quanto mais os dois polos da disputa se radicalizam, mais o vice vira o único espaço disponível para sinalizar moderação”, pontua, citando como exemplo a escolha de Geraldo Alckmin para compor a chapa presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, que saiu vitoriosa em 2022 e busca o repetir o êxito na campanha à reeleição.

Imagem pública

Fazer o vice ser conhecido e aceito pelo eleitorado também é fator decisivo em época de campanha. Alexandre Kieling, professor do Programa de Pós-Graduação em Inovação em Comunicação e Economia Criativa da Universidade Católica de Brasília (UCB), destaca que o perfil ideal do vice reúne reconhecimento público, identidade política consolidada e capacidade de mobilização. “É essencial que ele tenha contato com o eleitorado que o titular da chapa não tem”, ressalta.

Além disso, o especialista aponta que experiência política, liderança, carisma, atuação nas redes sociais e bases regionais são características que agregam valor à candidatura. “Ele tem que ter um valor simbólico importante. O poder político diz respeito ao discurso político e ao que esse discurso representa”, observa, defendendo que as campanhas apresentem de forma clara ao eleitor qual será o papel do segundo da chapa em um eventual governo. “O vice tem que ser apresentado como aquele que vai compor o projeto político, mas também como a figura que vai substituir o titular”, avalia.

Para Kieling, essa transparência contribui para fortalecer a confiança do eleitor. “A credibilidade ainda é uma arma importante na construção simbólica. Se você quer atingir o



VOTOS VÁLIDOS AO GDF	
2022	2018
1.655.043	1.510.468

eleitor com consistência do discurso político, é preciso apresentar a perspectiva de credibilidade do candidato”, frisa.

Relevância institucional

De acordo com o cientista político e professor de direito constitucional do Centro Universitário Estácio Lucas Zandoni, a história política brasileira demonstra que a escolha do vice em uma chapa majoritária merece atenção especial, pois o ocupante do cargo pode assumir a chefia do Executivo em diferentes circunstâncias. “Se nós pegarmos o governo federal, podemos verificar que isso aconteceu com Itamar Franco (era vice de Fernando Collor de Mello) e com Michel Temer (era vice de Dilma Rousseff). Então, nós precisamos entender que a escolha de um vice para compor uma chapa majoritária é muito importante”, destaca.

Apesar da relevância institucional da função, Zandoni ressalta, no entanto, que “poucos estabelecem um vice para um projeto mais longo”. O professor observa que esse distanciamento pode dificultar a atuação do segundo caso ele precise assumir o comando do governo. “Se o vice, durante o mandato do titular, teve pouca atuação política, quando ele chega ao cargo, já não consegue governar com facilidade, porque vai ter que construir um apoio político, já que não participou ativamente do governo”, pontua.

Na avaliação do professor, a escolha do nome também leva em consideração a capacidade de ampliar a base eleitoral da chapa. “Nós temos o vice sendo escolhido para ampliar o apoio, formar alianças partidárias e angariar apoio onde o titular é fraco”, ressalta. Segundo ele, o posto pode ser ocupado por lideranças regionais ou por nomes com perfil técnico e experiência em gestão pública, capazes de agregar credibilidade e complementar o perfil do candidato principal.

Pretensões

Com as alianças das chapas majoritárias que concorrem ao Governo do Distrito Federal definidas, o **Correio** buscou as principais propostas de candidatos e candidatas a vice das seis chapas melhor avaliadas na segunda rodada da pesquisa **Correio/Opinião** Inteligência Política, divulgada em 5 de agosto. Nome escolhido por Celina Leão (PP), o ex-secretário da Casa Civil Gustavo Rocha (Republicanos) afirmou que, entre as funções que pretende desempenhar durante a disputa, estão a apresentação das propostas da chapa e o diálogo com diferentes setores da sociedade. “Meu papel será contribuir para apresentar nossas propostas à população, ajudar na construção do plano de governo e dialogar com diferentes setores da sociedade”, afirmou.

Vice na chapa de José Roberto Arruda (PSD), o ex-deputado Luiz Pitiman,

do mesmo partido, declarou que pretende usar sua experiência na administração pública, no Legislativo e na iniciativa privada para contribuir com a campanha e com um eventual governo. “Levando minha experiência, meu conhecimento de Brasília e minha relação com o setor produtivo e com as cidades. Conheci muito bem o DF, suas potencialidades, suas carências, e principalmente a parte da população que mais precisa de governo”, destacou.

Candidata a vice-governadora na chapa de Ricardo Cappelli (PSB), Sofia Carvalho pertence à mesma legenda, e pretende levar para a disputa a defesa de uma maior participação das mulheres nos espaços de poder. “Quero poder disputar esse espaço e estar junto para construir e transformar o poder, abrindo caminhos que precisamos de fato para a mulherada. Construir um país onde ser mulher não seja uma ameaça constante”, sustentou a produtora rural.

Experiência nas áreas de segurança, judiciário e combate à corrupção serão os pontos de contribuição do juiz Everardo Ribeiro, vice-governador na chapa de Paula Belmonte, ambos do PSDB. “Paula me convocou para integrar uma estrutura que ela pretende criar no governo, que é o Gabinete de Combate à Corrupção”, adiantou ao **Correio**. O candidato afirmou, ainda, que pretende trabalhar para fortalecer mecanismos de integridade e articulação institucional.

O que pensam os partidos

MDB

- Para o presidente do MDB-DF, Wellington Luiz, a escolha do candidato a vice deve levar em conta, sobretudo, a capacidade de contribuir para a gestão pública e o compromisso com a população. Ele também defende que o vice pode complementar o perfil do titular. Como exemplo, ele cita a escolha de Gustavo Rocha para compor a chapa do partido. “Nós escolhemos um vice que é o Gustavo Rocha. Depois de ganhar a eleição, tem que fazer gestão. Precisamos de alguém técnico e com capacidade de articulação”, ressalta.

PT

- O presidente do PT-DF, Guilherme Sigmaringa, destaca que a escolha do candidato a vice deve ir além da sucessão eventual do titular e considerar a participação efetiva na administração. Segundo ele, o partido busca um nome que contribua diretamente para a condução de um futuro governo. “A posição de vice é levada a sério não apenas imaginando uma possível vacância do titular. Para além do processo eleitoral, queremos alguém que governe conosco”, afirma.

Republicanos

- O presidente do Republicanos-DF, Joaquim Mauro, destaca que o partido prioriza nomes que compartilhem dos mesmos princípios e estejam preparados para contribuir com a administração pública. “O vice-governador deve ser um parceiro estratégico do chefe do Executivo local, e sua atuação não deve se limitar à substituição eventual do titular, mas envolver participação ativa na formulação de políticas públicas, na articulação institucional e no acompanhamento das prioridades da gestão”, destaca.

*Os demais partidos foram procurados pelo Correio, porém não se manifestaram

Anunciada como segundo nome na chapa encabeçada por Leandro Grass (PT), Dora Gomes (PV) pretende contribuir para a campanha a partir da complementaridade entre as trajetórias dos dois candidatos. “Pretendo estar muito presente nas cidades, nos bairros, nas casas, ouvindo a população e dialogando especialmente com mulheres, mulheres negras, empreendedores, setor privado, movimentos sociais, juventude, comunidade cristã”, pontuou.

Vice na chapa de Samara Mineiro (UP), Thaís Oliveira afirmou que pretende concentrar sua atuação na defesa das mulheres e na construção de políticas de proteção e combate à violência. “O atual governo Ibaneis/Celina nada fez contra a epidemia de feminicídio que enfrentamos no Distrito Federal. Minha contribuição na candidatura será construir um governo que defenda as mulheres com toda uma rede de proteção, apoio e combate aos agressores”, critica a postulante, também do UP.

Em entrevista ao **CB.Poder**, o delegado Rafael Sampaio, candidato a vice de Kiko Caputo (Novo), declarou que entendeu o convite como “uma mensagem muito clara” para a população. “Em primeiro lugar, houve uma clara preocupação com a segurança pública, sendo eu um integrante da PCDF. Vejo que a segurança pública do DF não está bem. Isso quem diz é a própria população”, afirmou.



Crônica da Cidade

LETÍCIA MOUHAMAD (INTERINA) | E-mail: leticiamouhamad.cb@gmail.com

Coisas de cidade pequena

Nesta semana, Planaltina fez 167 anos. A filha primogênita do DF é meu lar há quase três décadas. E, por isso, é também o lugar onde mais acumulei memórias de infância e de adolescência. Com personalidade de cidade pequena, a RA reúne todos os estereótipos de interior. Ali, você pode facilmente se deparar com pessoas sobre cavalos dividindo a pista de caminhada com os pedestres na Avenida Independência. E está tudo bem (eu acho).

Demorei anos para reconhecer a riqueza histórica e cultural de Planaltina.

Vislumbrava mudar-me para mais perto do Plano Piloto assim que houvesse alguma oportunidade. O motivo estava na distância dos estudos e do trabalho, que, aliada à falta de transporte público de qualidade, me desanimava diariamente. E ainda desanima. Perceba que o problema não está em Planaltina.

Mas, de fato, mantive por anos distância de tudo que a classifica como cidade de interior. As celebrações religiosas, por exemplo, só fui conhecer depois que entrei no **Correio** e durante as coberturas

desses eventos. Apesar de não ter religião e abominar quem a utiliza para promover discursos de ódio — mas esse papo fica para depois —, pude ter contato com a beleza da fé genuína, da Festa do Divino à Doutrina do Amanhecer.

Eu, sempre tão cética com tudo isso, me emocionei com a encenação da Paixão de Cristo deste último ano, que, aliás, cobri pela terceira vez pelo jornal. No Vale do Amanhecer, enchi os olhos com o legado de amor e humildade deixado por Tia Neiva. A igreja e a praça São Sebastião te transportam para outros tempos e encantam até quem não é chegado em história. É lindo, reconheço. Mas Planaltina não se resume a isso.

Morar em uma “cidade pequena” proporciona um cotidiano que funciona em ritmo diferente. É possível, quase sempre, resolver coisas do dia a dia a pé. Não existe congestionamento no trânsito — o estresse, pondero, está em uma certa desorganização desse espaço. Mas isso também fica para depois. Vários pontos da região são arborizados e te permitem descansar em alguma sombra durante caminhadas mais longas. Sim, amigos, diferentemente de outras RAs, existem árvores ali. Existe calma.

O que mais gosto, porém, é a criação de laços desenvolvida, devagar e sempre, naquele lugar. Na vizinhança, na padaria, na feira, com a costureira. Há um senso

de comunidade. Tempos atrás, por exemplo, levei algumas roupas para dona Graça consertar. Enquanto ajustava as peças, ela me contou longamente sobre uma amizade construída ali, naquele espaço.

O laço foi atado aos poucos, costurado pela confiança que a cliente depositava em Graça. Durou anos. Quando faleceu, despediu-se desse mundo vestida com roupa feita pela amiga. “E hoje sou eu quem costuro as roupas do neto dela, acredita? Ele só confia em mim”, contou, emocionada. Quando nos despedimos, pediu que eu mandasse abraços à minha mãe. “Gosto muito dela”, comentou. Em Planaltina, também existe ternura.



Candidata ouviu reivindicações de feirantes e comemorou o primeiro lugar nas pesquisas. Ela comentou, ainda, sobre as propostas para salvar o BRB

Celina visita Feira dos Importados

» MILA FERREIRA

A governadora do Distrito Federal e candidata à reeleição, Celina Leão (PP), visitou, ontem, a Feira dos Importados, no SIA. Ela foi recebida pelo presidente da feira, Damião Leite, que entregou um documento com reivindicações dos feirantes.

“A Feira dos Importados é o segundo local mais visitado do Distrito Federal. E ela tem várias reivindicações”, disse Celina. De acordo com Celina, os principais pedidos são para uma maior fiscalização da DF Legal sobre os ambulantes que ocupam a área externa da feira. “Houve demanda também por melhoria dessa parte de trânsito, escoamento de águas pluviais. Então, são pedidos razoáveis de quem empreende, gera emprego e renda também aqui no Distrito Federal”, completou.

A candidata celebrou a boa colocação nas pesquisas. “Eu recebo com muito carinho, mas sou uma pessoa muito pé no chão. Os adversários escolheram atacar a nossa honra, mas não está funcionando. Eles inventam fórmulas mágicas para resolver problemas que precisam de soluções reais”, ressaltou. “Acho que a população tem visto e percebido a diferença. Nós trazemos a verdade, nós não mentimos. O

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Governadora recebeu um documento com reivindicações

meu plano de governo foi escrito por nós, que sabemos as necessidades do Distrito Federal e estamos trabalhando todos os dias”, completou.

Perguntada sobre a situação do Banco de Brasília (BRB), Celina declarou que está trabalhando para resolvê-la. “As negociações estão em curso e eu tenho certeza de que o BRB é um banco que tem sido firme, um banco que está sólido, que está forte. A gente vai resistir a todos esses ataques dos adversários, que não têm proposta. Aquilo que eles levam é irreel, não é algo palpável”, afirmou.

Sobre a mudança da estrutura

do governo para o Centro Administrativo, conhecido como Centrad, a governadora disse que vai acontecer em breve. “Os móveis da Secretaria de Obras já estão chegando. São os primeiros servidores que vão. Tem um pouco de resistência, mas os desbravadores serão os servidores dessa pasta. A gente vai dar todo um suporte para eles, estamos em processo de mudança já.

A governadora e candidata participou, ainda, da posse dos novos presidente e vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do 8º Encontro de Candidatos do Democratas.

Arruda destaca a importância da tecnologia

O candidato do PSD ao Palácio do Buriti, José Roberto Arruda, se reuniu, ontem, com os representantes da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro) e do Sindicato das Empresas de Informática do Distrito Federal (Sindicei-DF) para ouvir reivindicações do setor. Ele destacou a importância do uso da tecnologia para otimizar os serviços públicos.

“Hoje, os serviços de saúde não se comunicam. Se o paciente vai em uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e é encaminhado a um hospital, chegando lá, não será possível acessar o prontuário porque não há integração dos sistemas”, disse Arruda, que defendeu investimentos em tecnologia em várias áreas essenciais. “Precisamos disso na educação e na segurança pública também. Precisamos, ainda, que o governo seja incentivador de startups, de micro e pequenas empresas, além de cliente de empresas

Mila Ferreira/CB/DA Press



Arruda se reuniu com empresários do setor de tecnologia

que trazem tecnologia para melhorar serviços públicos”, acrescentou.

Sobre o pedido de impugnação da sua candidatura feito pelo candidato a deputado distrital Claudio Ferreira Domingues (Democrata), Arruda alegou que é parte do jogo político. “Faz parte do jogo. Eu digo para eles ‘aceita que dói menos’”, afirmou.

Durante a agenda, Arruda informou que mudaria toda a estrutura do governo para o Centro

Administrativo, conhecido como Centrad. “Hoje, cada secretaria de governo tem um prédio alugado. O governo paga R\$ 1,5 bilhão de aluguel por ano. Esse dinheiro podia estar sendo investido na saúde, na educação, na segurança. Enquanto isso, o Centrad abandonado.”

O candidato participou de carreato pelo Pistão Sul e do lançamento da candidatura de Izalci (PL) à Câmara Federal.

Grass propõe melhorias no transporte

O candidato ao Governo do Distrito Federal Leandro Grass (PT) defendeu a ampliação das linhas e dos horários do transporte público, além de investimentos no metrô e na implantação de novos sistemas sobre trilhos no Distrito Federal. Durante panfletagem na estação 114 Sul, ontem, o candidato afirmou que a atual rede não atende adequadamente moradores que precisam se deslocar entre diferentes regiões.

“A gente antigamente tinha o Zebrinha, era esse exemplo de transporte de vizinhança”, afirmou. Segundo Grass, o modelo seria levado para diferentes regiões do DF, como Ceilândia, Gama, Santa Maria, São Sebastião e Lago Norte.

Sobre os próximos passos da campanha, Grass afirmou que pretende intensificar o contato direto com os eleitores e a apresentação das propostas. “Agora é rua. Rua, contato com o povo, apresentação de propostas, conexão direta com a população”, declarou.

O candidato afirmou que a estratégia é apresentar aos eleitores as propostas e as diferenças em relação aos demais concorrentes. “Eles precisam conhecer o que nós estamos propondo, precisam me conhecer, quem não me conhece, e precisam entender, para fazer a sua boa escolha, qual é a nossa diferença”, disse.

Ed Alves CB/DA Press



Grass disse que vai ampliar linhas e horários do transporte

» CAPPELLI

“FALTA PLANEJAMENTO”

Ricardo Cappelli, candidato do PSB ao Governo do Distrito Federal, distribuiu panfletos na Rodoviária do Plano Piloto, ontem, e falou sobre propostas para melhorar a mobilidade no Distrito Federal e no Entorno. Segundo Cappelli, o principal problema da mobilidade atualmente é o tempo gasto pelos passageiros no deslocamento. O candidato afirmou que, hoje, o planejamento do transporte não considera o interesse do cidadão, uma vez que os ônibus que saem das regiões administrativas passam por diversas áreas antes de chegar ao destino final.

» PAULA BELMONTE

“ESTÍMULO AO EMPREENDEDORISMO”

A candidata ao Governo do Distrito Federal Paula Belmonte (PSDB) percorreu, na tarde de ontem, o centro de Taguatinga em uma agenda de campanha voltada à atividade econômica. Durante a caminhada, ela conversou com comerciantes, trabalhadores e moradores e apresentou propostas para estimular o empreendedorismo e a geração de empregos nas regiões administrativas. Uma das principais bandeiras apresentadas por Paula foi a ampliação da atuação do Banco de Brasília (BRB) no financiamento de pequenos empresários.

» SAMARA

“PREJUÍZO DE R\$ 12 BILHÕES”

A candidata ao Governo do Distrito Federal pela Unidade Popular (UP), professora Samara Mineiro, falou ontem com bancários, no Setor Bancário Norte, que estão em campanha salarial e fazem hoje uma paralisação nacional. Samara criticou a tentativa de compra do Master pelo Banco de Brasília (BRB), que gerou prejuízo bilionário à instituição financeira do DF. Para ela, esses recursos poderiam ser destinados a áreas como saúde, educação e habitação.

» KIKO CAPUTO

“RUA NÃO É LUGAR PARA MORAR”

O candidato do Novo ao Governo do Distrito Federal, Kiko Caputo, afirmou ontem, durante sabatina no *Balanço Geral*, da TV Record Brasília, que pretende resolver em menos de um ano o problema da população em situação de rua no DF. Caputo afirmou que o problema é resultado de falhas em diferentes áreas do governo, como habitação, saúde, segurança, assistência social e desenvolvimento econômico. Para ele, a solução passa por uma política de acolhimento, mas também por medidas de segurança.

» ROBSON

“SALÁRIO INTEGRADO AO ORÇAMENTO”

Robson Raymundo, candidato do PSTU ao GDF visitou, ontem, o Restaurante Universitário da Universidade de Brasília (UnB) e defendeu que o salário do governador seja integrado ao Orçamento anual do DF. Ele também afirmou que a educação pública precisa receber mais investimentos. “Você tem que prender os representantes do povo às condições em que o povo vive. Não dá para um governador ter um salário astronômico”, argumentou. O candidato disse que essa medida acontece internamente no partido. “Qualquer candidato do nosso partido, se for eleito, inclusive eu, vai continuar com o mesmo salário que ganhava antes.”

Agenda de hoje (20/8)

Celina Leão (PP)

07h40| Café da manhã com servidores e apoiadores no Parque de Exposições Granja do Torto
10h20| Gravação para a TV Band
14h| Visita ao comércio do Núcleo Bandeirante
19h30| Lançamento do livro “Reset, Saúde Mental e Resiliência”
20h30| Encontro com o deputado Iolando

José Roberto Arruda (PSD)

12h| Entrevista *RaniNews*
16h| Carreata em Santa Maria (Shopping dos Ipês)
20h| Encontro Ronaldo Fonseca (QNG, Área Especial 06, Taguatinga Norte)

Leandro Grass (PT)

07h13| Panfletagem no metrô Guará (Estação Metrô Guará)

08h13| Café da manhã na Feira do Guará (Feira do Guará)
09h13| Visita às obras do Hospital Ortopédico (Hospital Clínico Ortopédico - QE 23, Guará II)
13h30| Sabatina Record®
17h13| Bandeiraço, Panfletagem e caminhada pelo Setor Comercial Sul (Encontro: escadaria em frente à entrada principal do Pátio Brasil Shopping na W3 Sul - caminhada até a Estação Galeria do Metrô)
20h13| Lançamento campanha Chico Vigilante (Sindicato dos Bancários, 314/315 Sul, bloco A, Asa Sul)

Ricardo Cappelli (PSB)

7h30| Panfletagem em frente ao IFB (Asa Norte)
11h| Gravação de vídeos para redes sociais e TV
12h45| Sabatina na TV CNN
19h| Visita à Feira Noturna de Samambaia Sul (Rorizão)

Paula Belmonte (PSDB/Cidadania)

10h| Reunião de alinhamento com equipe
12h30 em diante|Gravação em estúdio
15h| Visita a 6ª Bienal Internacional do Livro de Brasília
Museu Nacional da República Eixo Monumental
18h| Arraiá do Legislativo
Praça do Servidor, na Câmara Legislativa

Samara Mineiro (UP)

9h| Entrevista acompanhada do candidato ao Senado professor Guilherme Amorim
12h| Participação Nacional da paralisação dos bancários no Setor Bancário Sul ao lado do Banco do Brasil acompanhado do Candidato ao Senado Professor Guilherme Amorim
14h| Conversa com trabalhadores e usuários da estação Ceilândia Centro acompanhado do Candidato ao Senado

Professor Guilherme Amorim
19h| Reunião com moradores de Ceilândia

Kiko Caputo (NOVO)

9h30| Encontro com apoiadores no Itapoã, com caminhada
12h| Despachos internos
14h| Panfletagem no metrô de Taguatinga
17h| Panfletagem na feira de Vicente Pires
Robson Raimundo (PSTU)
6h30| CEM 04 de Ceilândia
8h| UnB de Ceilândia

Até o fechamento desta edição, as assessorias dos candidatos Expedito Mendonça, Elisson e Rico Pinheiro Ferreira não informaram as agendas eleitorais.

Eixo Capital

ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Carona com Michelle Bolsonaro



O eleitorado vai começar a se confundir. O apoio de Izalci Lucas (PL) e de Alberto Fraga (PL) a José Roberto Arruda (PSD) tem colocado o ex-governador no palanque de Michelle Bolsonaro (PL). Foi assim, ontem, no lançamento da candidatura do senador Izalci à Câmara dos Deputados. Por mais que ela diga que está com a reeleição de Celina Leão (PP), Arruda tira uma casquinha. Michelle diz que não vota nele, mas Arruda responde: “Eu voto em você”.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Divulgação

Campanha começa pela infância

O ex-governador Agnelo Queiroz (PT) lançou, ontem, no Teatro dos Bancários, sua candidatura oficial a deputado federal, cargo que exerceu em três mandatos. Uma das bandeiras que apresentou na festa foi a de propor na Câmara dos Deputados a Bancada da Criança, para que haja recursos carimbados para a infância, com metas, por exemplo, de construção de creches em todo o país.

Agilidade

No Tribunal Regional Eleitoral (TRE-DF), a expectativa entre servidores é de que as ações de impugnação de candidaturas sejam julgadas até 15 de setembro, para que haja tempo para as partes apresentarem recursos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) antes do primeiro turno das eleições de outubro.



Reprodução

Pedra no caminho

O candidato Elisson Ferreira (Agir) teve que tirar a primeira pedra do caminho, como ele mesmo disse. No início da campanha ao Governo do Distrito Federal, Elisson precisou parar para se submeter à retirada de um cálculo renal. Mas teve alta ontem e se prepara para bater pema em busca de votos.

Cabo eleitoral

O presidente Lula gravou uma mensagem pedindo votos para Leandro Grass (PT): “Tenho muito orgulho de tudo o que estamos fazendo aqui no Distrito Federal. Estamos prontos para mais. Por isso, quero pedir o seu voto para o companheiro Leandro Grass para governador do Distrito Federal”.



Reprodução



Reprodução

Entre advogados

O advogado Raul Saboia e a esposa, Cláudia Saboia, promoveram, na residência do casal, um happy hour de lançamento da candidatura do amigo Kiko Caputo, candidato ao Palácio do Buriti pelo Novo. A comunidade jurídica passou por lá.

Mobilização

Candidato à reeleição, o deputado federal Julio Cesar (Republicanos-DF) começou a nova campanha em um evento com grande mobilização. A cerimônia reuniu apoiadores, lideranças e importantes nomes do cenário político nacional e do Distrito Federal. Entre os presentes, estavam Michelle Bolsonaro, o candidato a vice-governador Gustavo Rocha e Bia Kicis.



Reprodução

Detalhe

Alguém poderia dizer ao Pastor Silas Malafaia que o nome correto é Bia Kicis. Não é Bia Kircis.

“Povo abençoado de Brasília, acorda! São duas vagas para o Senado, se a direita for dividida, vai eleger alguém da esquerda. Não se engane. Por isso, é que Bolsonaro está apoiando para o Senado em Brasília Michelle Bolsonaro e Bia Kicis. Não adianta alguém chegar agora dizendo que é da direita, que é bolsonarista, que apoia Bolsonaro, se não obedece a orientação dele”

Pastor Silas Malafaia

“O que você sabe de Brasília, Silas Malafaia? O que você sabe dos bastidores do que está acontecendo em Brasília para me pressionar? Eu sou aliado de Jair Bolsonaro, mas eu não sigo ordens de Jair Bolsonaro. Não tenho nenhum interesse na família de Jair Bolsonaro, ao contrário de você. Meu interesse é pelo Brasil”

Sebastião Coelho (Novo), desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) e candidato ao Senado



Reprodução/Redes Sociais



Marcelo Ferreira/CB/D.A.Press

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | JORGE HENRIQUE CARTAXO | HISTORIADOR

Pesquisador e jornalista destaca a grandeza de Juscelino Kubitschek para o país e para o DF em artigos publicados no **Correio**. Morto há 50 anos, em circunstâncias obscuras, o velório do ex-presidente foi tomado por brasilienses



Aponte a câmera e confira a entrevista completa

Quando Brasília perdeu JK

» DAVI CRUZ

O historiador e jornalista Jorge Henrique Cartaxo participou da edição de ontem, do CB. Poder — parceria entre o **Correio Braziliense** e a TV Brasília. O convidado comentou às jornalistas Adriana Bernardes e Mariana Niederbauer sobre os artigos publicados no **Correio** e que ressaltam o legado do ex-presidente Juscelino Kubitschek, que morreu há 50 anos, após um acidente de carro, enquanto viajava de São Paulo para o Rio de Janeiro. A primeira parte foi publicada na edição de ontem, com o título Brasília, como poderia viver sem a tua companhia.

O que inspirou o título do artigo sobre a morte de JK?

Foi um verso da música *Peixe vivo*, que o Juscelino gostava tanto e todo mundo sabia disso. Quis retratar Brasília sem JK e ele sem a cidade, coisas que aconteceram em momentos distintos. A capital perde ele quando termina seu governo e vem toda uma mudança política. Juscelino perde a cidade por se afastar de tudo aquilo que ela significava, não somente do ponto de vista da estética, mas da nova civilização que veio com o desenvolvimento.

O legado de Juscelino é visto atualmente? Ainda o identificamos na Brasília de hoje?

Acho que isso se perdeu. A

sensação que tenho, até como morador, é o distanciamento do significado, da importância e da beleza arquitetônica, por parte de muitos. As novas gerações não olham e nem falam mais da cidade como se falava até pouco tempo. No entanto, a memória é fundamental, pois, sem ela, não temos civilização e uma estrutura social. Creio que essa perda se deu por razões políticas. A decisão de esquecer Juscelino foi uma política, tomada nesta cidade também. Em algum momento as elites locais resolveram tirar ele da memória e lembrança.

Qual o maior desafio para resgatar essas histórias? O que te surpreendeu nesse processo?

Não tive dificuldades acadêmicas,



A decisão de esquecer Juscelino foi uma política, tomada nesta cidade também. Em algum momento as elites locais resolveram tirar ele da memória e lembrança"

porque tudo o que está escrito eu li em algum lugar. Não há nada que não tenha sido documentado por um

historiador ou comissões da verdade. Apenas reuni de uma maneira que desse um significado para esse fato. O que me chamou atenção foi o roteiro dessa morte anunciada. Foram três fatos marcantes: a visita do Roberto Marinho ao Juscelino para informar a mobilização militar para eliminá-lo. Depois o boato de que ele teria morrido 15 dias antes da morte real. Por fim, por que JK teria ido de carro de São Paulo para o Rio de Janeiro. Temos muitas informações, mas ainda há uma zona cinzenta.

Como foi o relembrar o cortejo em homenagem a JK em Brasília?

Essa foi uma cena muito importante. Eu diria que a primeira cena pública pela redemocratização é o enterro do Juscelino. Não havia naquele momento uma associação política, mas a cena era essa. Houve uma grande comoção nacional. Os números são imprecisos, mas haviam cerca de 300 mil pessoas (nas cerimônias do velório). A população se apropriou de todo o processo.

Qual a importância do Estado brasileiro reconhecer que JK foi assassinado?

É uma justiça com a história e com a família. Porque a reparação é impossível. Agora, como alerta, como advertência e como mais uma cena dos erros graves que foi essa experiência política de 1964 até 1984, o período da ditadura militar. Ainda

que tenha sido supostamente um agente do Estado, não se pode dizer que eles estavam a serviço do Estado, porque naquele momento tudo era muito dividido. O Geisel queria uma abertura política e, dentro do governo dele, tinha gente querendo derrubá-lo. Mas, que foi um atentado contra uma figura pública importante é pacífico. O que nós podemos dizer é que um cenário político criou esse crime, produziu e tem todos os indícios, mas parou aí.

É possível que as pessoas que vivem em Brasília entendam a importância da cidade?

Há um caminho para isso que é a cultura e a história. Nada se faz ou se consolida sem essas duas coisas, para o bem e para o mal. Paris é um exemplo interessante de uma cidade que se cultiva e se preserva com todas as suas virtudes e defeitos. Qualquer francês adora aquela cidade. Você não pode derrubar uma pedra ali que vira uma guerra. Em nosso caso, não vejo as instituições das cidades fazerem isso, as universidades, as instituições de cultura, a inteligência local. Não os vejo preocupados com essa lembrança.

O que o leitor pode esperar da próxima reportagem sobre JK?

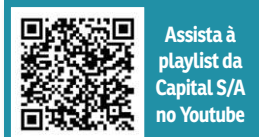
Vamos chegar até a cena do enterro dele. Contar caso é que foi todo o trajeto da Catedral até o cemitério. O que foi dito e o que aconteceu, é isso.

Capital S/A

SAMANTA SALLUM
santasallum.df@cnet.com.br



“Não desistir das coisas da vida te torna sempre jovem”
Glória Menezes



Abrasel/Divulgação



Bares e restaurantes ainda desconhecem reforma tributária

A maior parte dos empresários do setor de alimentação fora do lar ainda não sabe exatamente como as mudanças da reforma tributária vão afetar seus negócios. Pesquisa nacional da Abrasel, a que a *Capital S/A* teve acesso com exclusividade, mostra que o desconhecimento sobre regras, cronograma e decisões necessárias para a adaptação é hoje a principal preocupação dos empreendedores. A maioria afirma não estar preparada para as mudanças, e quase 90% dos optantes pelo Simples Nacional dizem precisar de mais informações para tomar decisões nos próximos meses.

Falha do Estado

Na avaliação da Abrasel, o poder público tem falhado em esclarecer não só empresários, mas a sociedade em geral, sobre as implicações e o calendário da reforma.

Cenário preocupante

O levantamento aponta que 61% dos empresários não se sentem preparados, sendo 43,9% “pouco preparados” e 17% “nada preparados”. Outros 16,3% afirmam que não conseguem sequer avaliar o nível de preparação de seus negócios. Apenas 23% se consideram “preparados” ou “muito preparados” para enfrentar a transição.

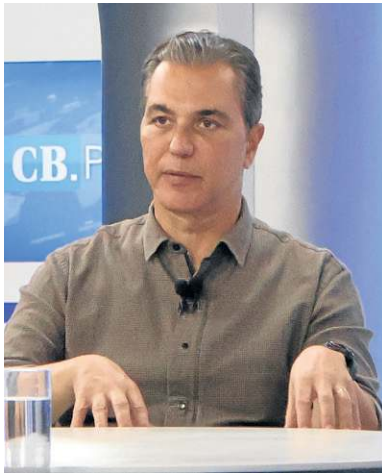
Incertezas

A situação é ainda mais preocupante entre as empresas optantes pelo Simples Nacional, que representam 71,3% dos entrevistados. Apenas 10,6% afirmam estar se preparando ativamente para a antecipação da escolha do regime tributário, prevista para setembro de 2026.

Dúvida sobre adesão a modelo híbrido

A escolha entre permanecer no Simples Nacional tradicional ou aderir ao modelo híbrido é outra preocupação importante, citada por 34,5% dos entrevistados. O funcionamento do recolhimento automático dos tributos nas vendas, conhecido como split payment, preocupa 34% dos respondentes. Mudanças em obrigações acessórias, emissão de notas fiscais e riscos de autuação aparecem entre as dúvidas de 26,6% dos empresários.

Bruna Gaston CB/DA Press



Custo de adaptação

Para o presidente da Abrasel, Paulo Solmucci, a pesquisa mostra que o debate sobre os impactos da reforma ainda está sendo ofuscado por uma questão mais urgente: a necessidade de informação. “Antes mesmo de discutir se a reforma será positiva ou negativa para cada empresa, é preciso garantir que o empresário compreenda as regras do jogo. A tomada de decisão exigirá planejamento tributário, revisão de processos e entendimento dos novos mecanismos. Sem informação de qualidade, o risco de erros aumenta e o custo da adaptação pode ser maior.”

Clientes do Parkshopping terão direito a salas vip em aeroportos

A Multiplan ampliou os benefícios de seu programa de relacionamento e passa a oferecer aos clientes acesso às salas VIP da LoungeKey, programa digital de experiências de viagem operado pela Collinson International. A iniciativa faz da companhia a primeira empresa do setor de shopping centers no Brasil a incorporar esse benefício a um programa próprio de fidelidade, sem qualquer associação com cartões de crédito. Assim, reforça a estratégia de oferecer conveniência e experiências exclusivas também fora dos seus empreendimentos. A iniciativa permite que clientes Gold e Platinum do ParkShopping no Distrito Federal resgatem acessos diretamente pelo aplicativo Multi.

Divulgação



Estilo de vida

“O Multi evoluiu para se tornar muito mais do que um programa de relacionamento dos nossos shoppings. Queremos acompanhar o cliente em diferentes momentos do seu dia a dia, oferecendo benefícios que façam sentido para seu estilo de vida. Essa parceria leva a experiência da Multiplan também para os aeroportos”, comenta Marcelo Martins, vice-presidente de Operações da Multiplan.

Público de Brasília movimenta mercado teatral do país

O circuito teatral no DF está aquecido, e a capital federal vem atraindo montagens nacionais. As peças chegam com o apoio de empresas públicas e privadas. Uma das próximas atrações é Alessandra Negrini, que apresenta seu primeiro solo em Brasília: *A Árvore*. A montagem integra a quarta edição do Circuito de Teatro Brasileiro, realizado por meio da Lei Rouanet, e fica em cartaz de 27 a 30 de agosto no Teatro Unip.



Entre o lírico e o cômico

Com texto de Silvia Gomez e direção de Ester Laccava, a peça traz o relato de uma mulher que atravessa um processo de transformação interior, tomada por novas sensações e percepções, em uma narrativa que transita entre o lírico e o cômico.

SEGURANÇA

Série de ocorrências recentes envolvendo pessoas em situação de rua como vítimas ou suspeitas de agressões no DF preocupa. Especialistas comentam questões sociais e consequências criminais

Sensação de insegurança nas ruas

» ANA CAROLINA ALVES

O Distrito Federal registra, em agosto, uma sequência de ocorrências envolvendo pessoas em situação de rua como suspeitas ou vítimas de agressões. Na tarde de terça-feira, um homem de 36 anos foi preso pela Polícia Militar (PMDF) após agredir um motociclista com um pedaço de madeira, na 706 Norte. A vítima aguardava no semáforo quando o agressor começou a xingar-la, pegou um pedaço de madeira e a atingiu no braço e na cabeça. O motociclista sofreu uma lesão leve no braço. O homem foi preso e encaminhado à 5ª Delegacia de Polícia (Área Central).

Uma organização criminosa voltada para a prática de roubos, furtos, receptação e tráfico de drogas que utilizava pessoas em situação de rua para movimentar e ocultar entorpecentes no Cruzeiro e no Sudoeste foi alvo, ontem, de mandados de prisão e de busca e apreensão pela 3ª DP (Cruzeiro). O grupo aproveitava a vulnerabilidade social dessas pessoas como engrenagem para viabilizar a cadeia de abastecimento na região.

Esses não foram os primeiros casos registrados no mês. Em 4 de agosto, uma mulher foi ferida com um pedaço de vidro em uma parada de ônibus no Setor Comercial Sul. O agressor, segundo a polícia, tinha 11 passagens anteriores. Três dias depois, na madrugada de 7 de agosto, o zelador Wanderlei Souza

Lima, 53 anos, foi agredido no Comércio Local Norte (CLN) 314 após um desentendimento com um homem em situação de rua.

Outro episódio ocorreu em 11 de agosto, quando Bruno Batista de Jesus, 30, entrou em um edifício na Superquadra Sul (SQS) 302 portando um facão e uma faca. Segundo a PMDF, ele feriu um morador e manteve uma idosa de 95 anos como refém. O homem foi baleado e morto por policiais militares durante a ocorrência. No dia seguinte, na mesma quadra, câmeras de segurança registraram Celso Delfino Pinheiro, 41, agredindo uma criança de 5 anos com um chute na cabeça.

A sequência de ocorrências também inclui casos em que pessoas em situação de rua aparecem como vítimas. No dia 13, uma mulher em situação de rua foi assassinada a facadas na QNM 3, em Ceilândia. Na mesma data, em Águas Claras, três pessoas em situação de rua se envolveram em um confronto com facas e pedras.

Responsabilização

Advogado criminalista, Marcus Gusmão explica que pessoas em situação de rua que cometem crimes violentos são responsabilizadas criminalmente da mesma forma que qualquer outro cidadão, podendo responder a processo e receber as penas previstas em lei. “A situação de vulnerabilidade pode interferir em razão da dificuldade de encontrá-los para a prisão

Agência Brasília



De acordo com a Sedes, entre janeiro e julho, foram realizados 63,2 mil atendimentos a 9,4 mil pessoas

ou mesmo para o esclarecimento dos fatos”, afirmou.

Sobre suspeitos com antecedentes que são soltos após novas ocorrências, o advogado destacou que cada caso precisa ser analisado individualmente e lembrou que a prisão preventiva é uma exceção no sistema brasileiro. “É preciso olhar cada caso e pensar que nem sempre a alternativa é prender. A nossa Constituição diz que a regra é a liberdade e a prisão, a exceção”, afirma. Para ele, é necessário investigar as causas da criminalidade para buscar formas de reduzir a reincidência.

Questão social

Especialista em direitos humanos e professor do IbmeC Brasília, Tédney Moreira defende que a resposta do poder público não se limite à repressão e à criminalização. Segundo ele, a situação de rua pode ter diferentes causas, como problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas, violência familiar, insegurança alimentar e habitacional, além de exclusão social decorrente de neurodivergências

ou deficiências. “Não é possível se pensar uma única solução, se as causas são múltiplas. Somente políticas transversais podem alcançar resultados mais eficientes”, diz.

O professor ressalta que pessoas em situação de rua que cometem crimes devem ser responsabilizadas individualmente, mas sem generalizações. “É tão absurdo dizer que todas as pessoas ricas são criminosas quando uma delas comete um crime quanto afirmar que todas as pessoas em situação de rua são perigosas quando uma delas é. Essa estigmatização só gera mais violência”, destaca.

A Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (Sedes-DF) afirma que a atual gestão vem adotando medidas para fortalecer a política de assistência social e ampliar o atendimento à população em situação de vulnerabilidade. Entre as ações, estão o reajuste dos valores repassados às entidades parceiras que mantêm serviços de acolhimento e a criação da Política de Acolhimento Humanizado e Atenção Integral à População em Situação de Rua, regulamentada neste ano, com previsão de integração entre assistência social, saúde,

moradia, trabalho e direitos humanos. A pasta informou a ampliação do Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias do Areal (Saiafa), de 150 para 186 vagas, e a instalação de um novo Centro POP na região central do Plano Piloto, com estrutura ampliada para atendimento, alimentação, higiene, convivência, esporte e lazer.

De acordo com a Sedes, entre janeiro e julho de 2026, foram realizados 63,2 mil atendimentos a cerca de 9,4 mil pessoas em situação de rua. O atendimento inclui os Centros POP, os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), 26 equipes do Serviço Especializado em Abordagem Social (Seas) e ações integradas realizadas em diferentes regiões administrativas. No período, a pasta participou de 243 ações integradas, que resultaram em 86 acolhimentos, além de registrar 11,1 mil atendimentos nos Centros POP. Atualmente, mais de 900 pessoas são acompanhadas em unidades de acolhimento, enquanto as duas unidades do Hotel Social oferecem, juntas, 400 vagas diárias.

ATAQUE DE CÃO Veterinária segue internada

» LUIZ FRANCISCO*

A médica-veterinária vítima de um ataque de cachorro da raça pastor-belga-malinois permanecia internada em estado grave no Hospital de Base, até o fechamento desta edição. Segundo boletim divulgado ontem pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde (IgesDF), ela está sob cuidados de uma equipe multiprofissional da Unidade de Terapia Intensiva (UTI).

Vitória Valle de Oliveira Pinha, 36 anos, passou por um procedimento cirúrgico ontem e apresentou um quadro de hemorragia, com operação conduzida pela equipe de Cirurgia de Trauma. O Iges-DF informou que a família da paciente acompanha o caso e segue sendo atualizada sobre a evolução médica.

A profissional é funcionária de uma empresa contratada pelo Senado para realizar o acompanhamento de saúde e o manejo dos cachorros da Polícia Legislativa da Casa. Segundo os socorristas, o animal mordeu a veterinária enquanto era alimentado.

Segundo o órgão, Vitória Valle recebeu atendimento imediato das equipes presentes no local e foi prontamente encaminhada ao Hospital de Base, com apoio do Corpo de Bombeiros (CBMDF) e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).

O ataque ocorreu na última terça-feira. Vitória foi mordida no pescoço enquanto alimentava o cachorro. O pastor-belga faz parte do Serviço de Cinotécnia, responsável por treinar animais que prestam serviços à Polícia Legislativa. Após o ataque, o Senado informou que retirou o animal das atividades.

Estagiário sob supervisão de Tharsila Prates*

GRADUAÇÃO

Mudança reorganiza a distribuição de vagas na UnB entre os semestres letivos e visa eliminar a ociosidade de vagas gerada quando um mesmo candidato era aprovado em mais de uma seleção para a mesma época do ano

Novas regras para acesso



» LETÍCIA MOUHAMAD

A Universidade de Brasília (UnB) aprovou uma nova forma de ingresso nos cursos de graduação para os próximos anos. A reformulação, aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), reorganiza a distribuição de vagas entre os semestres letivos: o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) passa a valer para 100% dos cursos já no início de 2027, enquanto o Vestibular tradicional e o Acesso Enem terão suas entradas concentradas exclusivamente no segundo semestre.

O impacto mais imediato da mudança será sentido pelos candidatos do Vestibular de 2026, cujo edital será divulgado hoje. As provas estão marcadas para 21 e 22 de novembro. Quem for aprovado só entrará na universidade no segundo semestre.

Em entrevista exclusiva ao **Correio**, o decano de Ensino de Graduação da UnB, Tiago Coelho, assegurou que o intervalo não deve afastar os estudantes. "Não haverá hiato de vagas, mas, sim, uma reorganização mais ampla das formas de ingresso. O estudante que deseja ingressar na UnB terá diferentes oportunidades ao longo do ano", explica.

Por outro lado, o Programa de Avaliação Seriada (PAS) terá um processo de transição gradual para respeitar os estudantes inscritos nos subprogramas em andamento. O PAS 2024–2026 e o PAS 2025–2027 continuarão ofertando vagas para o primeiro e o segundo semestres. A entrada concentrada apenas no início do ano valerá a partir do subprograma PAS 2026–2028, direcionado aos ingressantes de 2029 (veja mais detalhes no quadro Como era e Como vai ser).

Aprovações duplicadas

A reorganização do calendário atende a uma necessidade histórica da instituição: eliminar a ociosidade de vagas gerada

quando um mesmo candidato era aprovado em mais de uma seleção para a mesma época do ano, especialmente entre PAS e Vestibular, dois processos de alcance predominantemente locorregional realizados para ingresso no mesmo semestre.

"Entre 2023 e 2026, foram identificadas 1.173 coincidências de candidatos aprovados e convocados em primeira chamada nos dois processos, o equivalente a aproximadamente 17% das vagas consideradas no período, com média de cerca de 293 coincidências por ano", revela Coelho.

Para otimizar o preenchimento, a nova norma também estabelece o reaproveitamento direto de sobras de vagas entre modalidades do mesmo semestre. "O reaproveitamento das vagas entre processos realizados no mesmo semestre é automático, desde que tenham sido esgotadas as possibilidades de preenchimento pela modalidade original e sejam observados os critérios definidos no edital", explica o decano.

Por exemplo, se forem esgotadas as possibilidades de preenchimento das vagas para o Vestibular, estas serão repassadas a outro processo seletivo, como o Acesso Enem. O gestor pondera, porém, que não haverá transferência de vagas não preenchidas entre semestres distintos.

Orientação às escolas

A comunicação com os alunos de ensino médio do DF e de cursinhos preparatórios será intensificada para elucidar o novo cronograma. "Já estamos fazendo esse contato por meio do Programa Vem pra UnB, que aproxima a Universidade das escolas e dos estudantes e reúne informações sobre cursos e formas de ingresso. Temos também o Agente Ingresso, que capacita professores das redes de ensino para orientar seus estudantes", detalha Coelho.

Ed Alves/CB/D.A Press



O impacto mais imediato será sentido pelos candidatos do Vestibular de 2026: quem for aprovado só entrará na universidade no 2º semestre

Confira as alterações		
Modalidade de Ingresso	Como era antes	Como vai ser
SISU (Nota do Enem)	Ofertado apenas para cursos específicos selecionados pela universidade.	1º semestre: expandido para 100% dos cursos de graduação da UnB a partir de 2027.
PAS (Avaliação Seriada)	Vagas divididas entre o 1º e o 2º semestres em todas as edições.	1º semestre: entradas concentradas no início do ano a partir do subprograma PAS 2026–2028 (ingresso em 2029). (Ciclos 2024–2026 e 2025–2027 mantêm vagas nos dois semestres).
Vestibular tradicional	Prova no fim do ano com ingresso dos aprovados no 1º semestre do ano seguinte.	2º semestre: aprovados no Vestibular de novembro/2026 ingressam apenas na metade de 2027.
Acesso Enem (Seleção UnB)	Seleção própria usando a nota do exame nacional, com vagas nos dois semestres.	2º semestre: vagas totalmente concentradas na metade do ano, com o Vestibular.
Sobra de vagas	Dependia de editais secundários ou processos mais longos de remanejamento.	Vagas não ocupadas são repassadas diretamente entre seleções do mesmo semestre (ex.: do PAS para o SiSU ou do Vestibular para o Acesso Enem).

Sobre o receio de que a expansão do Sisu traga mais alunos de fora e pressione os programas de assistência da UnB, o decano destaca que o perfil do ingressante pela seleção nacional

permanece forte no âmbito local, mas que a instituição monitora a permanência do aluno.

"A experiência recente da UnB mostrou que a maior parte dos ingressantes pelo sistema continuou

sendo do Distrito Federal e da região próxima", aponta. "Em 2026, tivemos 153 ingressantes nas licenciaturas pelo Sisu, dos quais 113 eram elegíveis ao Pé-de-Meia Licenciaturas — cerca de 74%.

Portanto, nosso acompanhamento não está voltado apenas a quantas vagas são preenchidas, mas também a quem está ingressando e às condições para que esses estudantes permaneçam."

GAMA

Vigilante do Senado é morto pela polícia

» DARCIANNE DIOGO

Uma abordagem da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) terminou com a morte do vigilante Willian César Pinto Júnior, de 48 anos. Ele não era o alvo da operação. A vítima era terceirizada do Grupo Ágil e, havia mais de 20 anos, prestava serviços à Residência Oficial da Presidência do Senado, cumprindo escala 12x36 — na prática, trabalhava um dia e folgava o seguinte. Ontem, saiu de casa pouco depois das 5h40 em um Gol preto, na Quadra 8 do Setor Oeste do Gama. Deveria chegar ao trabalho às 7h.

Em entrevista ao **Correio**, familiares afirmaram que Willian notou uma movimentação incomum na rua e, com medo, resolveu seguir por outra rua. Na esquina, narram

os parentes, foi abordado por policiais civis em uma viatura descaracterizada. No relatório médico, consta um pequeno depoimento prestado pelo vigilante antes de morrer. Nas palavras dele, os agentes mandaram que ele descesse do veículo e, em seguida, atiraram. O tiro atingiu as costas. Uma testemunha contou que, ferido ao chão, os policiais chamaram Willian de "vagabundo" e o algemaram.

Ontem, policiais da Corregedoria conversaram com testemunhas e buscaram câmeras de segurança que ajudasse a esclarecer o caso.

Rodrigo César, 33, é sobrinho de Willian. Ele conta que recebeu uma ligação do Hospital Regional do Gama por volta das 9h. "Os médicos disseram que ele conseguia se comunicar, mas os sinais vitais

estavam fracos. Ele sofreu uma parada cardíaca. Na outra, não resistiu."

Às 9h46, a família seguiu para a 20ª Delegacia (Gama). No mesmo momento, agentes levaram o carro de Willian para o pátio da unidade. Segundo a família, um policial foi até eles para explicar a abordagem: "Ele veio se justificar, falando que deu ordem de parada, mas ele não obedeceu. Atirou, mas disse que tinha acertado o pneu e que a bala teria voltado para ele".

O caso é investigado pela Corregedoria da PCDF. Em nota, a corporação esclareceu que, após os fatos, os policiais envolvidos apresentaram-se à delegacia da área para o registro da ocorrência e adoção das providências legais. "A PCDF lamenta o desfecho da ocorrência e informa que o caso foi

encaminhado à Corregedoria-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal, responsável pela apuração das circunstâncias da intervenção."

Willian era casado e tinha dois filhos, frutos de um relacionamento anterior. A família pede por Justiça. "Era uma pessoa que não tinha nenhuma passagem por nada na polícia. Muito amigo, tranquilo e de confiança."

Pelo Instagram, o Grupo Ágil lamentou a perda do funcionário. "Neste momento de dor, expressamos nossos mais sinceros sentimentos aos familiares, amigos e colegas de trabalho." Além de prestar solidariedade, o Senado declarou que aguarda a apuração das circunstâncias do caso pelos órgãos competentes para o esclarecimento dos fatos.

Obituário/ Sepultamentos realizados em 19 de agosto de 2026

» Campo da Esperança

Antônio Marques Amoras Neto, 70 anos
Cacilda Neves Mourão, 67 anos
Carlos Eduardo de Sousa, 56 anos
Claudionel de Melo, 54 anos
Cristina Araújo Fontes, 83 anos
Edileide Castro Martins, 58 anos
Francisco Chagas de Araújo Moura, 84 anos
José Manuel dos Santos, 92 anos
Maria do Carmo Soares Melo, 89 anos
Pedro Pereira Batista, 69 anos
Ruth Dias da Silva, 76 anos

» Taguatinga

Amadeu Borges da Silva, 46 anos
Antônio Mendes da Silva, 80 anos

Aroldo de Jesus, 59 anos

Deusimar Rodrigues Menezes, 74 anos
Dulcineia Acioli de Sousa, 81 anos
Genivaldo Roque de Bastos, 65 anos
Iocleya Gonçalves Martins, 50 anos
Leopoldina Soares da Costa, 62 anos
Maria Célia de Sousa Vieira, 71 anos
Matteo Freitas Ramalho, menos de 1 ano
Sandra Maria de Jesus Soledade, 49 anos
Sílvio Soares Pires, 51 anos

» Gama

Orivan Avelino do Nascimento, 58 anos
Revalino Assis de Melo, 72 anos

» Planaltina

Jhones Fernandes de Novaes, 36 anos

» Brazlândia

Izaltina Rodrigues de Sousa, 84 anos

» Sobradinho

Biva de Andrade, 80 anos
Manuel Caldas Veras, 82 anos
Maria Luiza Abreu Estevam, 15 anos

» Jardim Metropolitano

Ana M.de Carvalho Soares, 81 anos (cremação)
Jean Michel Ambrosino, 82 anos (cremação)
Valterrui Francisco Ramos Pereira, 56 anos

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90017/2026 – UASG 323028
A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da Gerência de Licitações e Controle de Contratos e Convênios, processo nº 48500.037909/2025-75, torna pública a realização de licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR GRUPO E POR ITEM**, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO (ESCRITÓRIO/ EXPEDIENTE) E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO, PERSONALIZAÇÃO E FORNECIMENTO DE CRACHÁS DE ACESSO/ IDENTIFICAÇÃO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PRORROGÁVEL POR IGUAL PERÍODO, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS**. A abertura da sessão será às 10h00, do dia 04/09/2026, no Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br>. UASG: 323028. O Edital poderá ser retirado nos sítios <https://www.gov.br/compras/> e <https://www.gov.br/aneel/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes>.
ANGÉLICA LUIÇA PINTO NOGUEIRA PINHEIRO
Gerente de Licitações e Controle de Contratos e Convênios

MINISTÉRIO DA FAZENDA

CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 22.543.331/0001-00
NIRE 53.3.0001645-3

EXTRATO DA ATA Nº 251

Reunião Ordinária do Conselho de Administração
Realizada em 19 de Junho de 2026

I. **Data e horário:** Em dezenove de junho de dois mil e vinte e seis, às nove horas, realizou-se a reunião ordinária do Conselho de Administração da Caixa Seguridade Participações S.A. ("Caixa Seguridade" ou "Companhia"), por videoconferência. II. **Convocação:** Os membros foram devidamente convocados para a reunião, conforme prevê o Regulamento Interno do Conselho. III. **Mesa:** Conselheiros: HUMBERTO JOSÉ TEÓFILO MAGALHÃES, Presidente; FERNANDO ALCANTARA DE FIGUEIRODO BEDA, ILANA TROMBKA, INÊS DA SILVA MAGALHÃES, KAROLINE BUSATTO, LUIZ FRANCISCO MONTEIRO DE BARROS NETO e WALDEMAR BARGIERI. Secretária designada: Luciene Afonso de Oliveira Luena. (...), que contou com apoio do (...) Breno Furieri Pignatlon Camargo Azevedo, (...). Assessoramento Jurídico: Carla Richetti Blanco (...). (...)IV. **Ordem do Dia:** deliberar sobre: (I) Proposta de Programação do orçamento de 2027 da Caixa Seguridade para envio do Programa de Dispêndios Globais – PDG; (...)V. **Deliberação:** Lidos, tratados e discutidos os assuntos constantes da ordem do dia, o Conselho de Administração se manifestou conforme segue: (I) **Proposta de Programação do orçamento de 2027 da Caixa Seguridade para envio do Programa de Dispêndios Globais – PDG:** O Conselho de Administração da Caixa Seguridade Participações S.A., no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 28, inciso II, alínea "d" do Estatuto Social da Companhia, nos termos do Relatório Executivo SUTCO/DIRIF nº 159/2026, e considerando a deliberação favorável da Diretoria consignada na Ata nº 555, de 26/05/2026, **aprovou por unanimidade** a proposta de Programação do orçamento de 2027 da Companhia para envio do Programa de Dispêndios Globais – PDG. (...)VI. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente Ata pela Secretária que, lida e achada conforme, é assinada por esta e pelos membros do Conselho de Administração da Caixa Seguridade Participações S.A.: Fernando Alcântara de Figueiredo Beda, Ilana Trombka, Inês da Silva Magalhães, Karoline Busatto, Luiz Francisco Monteiro de Barros Neto, Waldemar Bargieri, Conselheiros, e Humberto José Teófilo Magalhães, Presidente, passando a constar do arquivo próprio. **ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O ORIGINAL LAVRADO EM LIVRO PRÓPRIO.** A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou registro sob o nº 3166099 em 14/08/2026.



Crianças em vulnerabilidade receberam bikes doadas por ONG

Mobilização reuniu ciclistas no Plano Piloto para cobrar vias seguras e cidades mais humanas. Programação, que marca 20 anos da morte de Pedro Davison, também contou com doação de bicicletas para crianças em Ceilândia Norte



Raphael Barros é coordenador-geral do Rodas da Paz

» LETÍCIA MOUHAMAD
» BEATRIZ MASCARENHAS

A mobilização em homenagem ao Dia Nacional do Ciclista tomou as ruas do Plano Piloto, ontem à noite, com uma bicicletada promovida em conjunto pela ONG Rodas da Paz e pelo coletivo Bicicletada DF. O ato marcou os 20 anos do atropelamento do biólogo Pedro Davison, morto em 2006, no Eixão Sul, por um motorista alcoolizado e em alta velocidade.

A concentração foi no Museu Nacional da República, de onde os ciclistas seguiram pela L2 Norte, fizeram uma parada na Ghost Bike de Raul Aragão, passaram pelas quadras 408 e 410 Norte e encerraram a caminhada na Universidade de Brasília (UnB), com a exibição de curtas do projeto Cine Pipoca no Rolê, na Praça Chico Mendes.

Pouco antes da mobilização, a ativista Luiza Davison, filha de Pedro, conversou com o **Correio**. Além do marco dos 20 anos da perda do pai, a data coincidiu com o aniversário de 28 anos da jovem, que tinha 8 anos no dia do atropelamento. “É uma data bastante emblemática na minha vida. Mas, como sempre falo, isso transformou o luto em luta. Para mim, faz muito sentido que o meu aniversário seja marcado por esse movimento que me é tão caro”, contou.

Luiza destacou a importância de levar a cobrança por segurança viária para o debate público, especialmente no contexto das políticas urbanas. “A discussão se torna ainda mais importante por estarmos em período eleitoral. Quem são os políticos que vão se engajar com essa pauta que exige cidades mais seguras e humanas?”, questionou a ativista.

Pedalada pela vida

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Ato marcou os 20 anos da morte do biólogo Pedro Davison, atropelado, em 2006, no Eixão Sul, por um motorista alcoolizado

Doações

As celebrações em homenagem ao Dia Nacional do Ciclista começaram cedo, com a doação de 14 bicicletas para a Casa

da Criança Batuíra, destinada ao acolhimento de crianças e adolescentes em vulnerabilidade. Por meio do projeto social Doe Bicicleta, a ONG Rodas da Paz recebeu bikes usadas, realizou todos os reparos

necessários e as entregou para instituições de acolhimento. O coordenador-geral do Rodas da Paz, Raphael Barros, contou que o projeto de entrega das bicicletas existe há 23 anos e

já entregou mais de 5 mil bikes para diferentes projetos do DF. “O lazer é pedagógico, pois permite que a pessoa tenha contato com outras experiências e enriqueça a vida”, explicou.

Uma das crianças da Casa da Criança Batuíra, na unidade de Ceilândia Norte, encantou-se com uma bicicleta preta. Aos 9 anos, a menina sabe andar de bicicleta sem rodinhas e contou que aprendeu com a ajuda de uma amiga. Segundo ela, o início do aprendizado foi difícil. Ela caía e se machucava enquanto tentava manter o equilíbrio. Até que, em uma das tentativas, uma colega a segurou enquanto pedalava.

“Ela me soltou, e eu nem reparei. Continuei sozinha, fui até o fim e voltei”, celebrou. Estudando no terceiro ano do ensino fundamental, a garota também contou que pratica ginástica e balé. A bicicleta, agora, se junta a outras atividades físicas que são parte da rotina da criança.

Aos 6 anos, uma menina de pouco mais de 1,30 m acompanhava de perto os modelos de bikes disponíveis com o olhar de que já havia escolhido sua preferida. “Assim que os tios deixarem, eu vou andar naquela”, disse, apontando para uma bicicleta rosa e roxa, sem rodinhas. No mesmo grupo de crianças, um garoto de 7 anos elegeu um modelo preto e vermelho como seu favorito. “Ela (a bike) é do Homem-Aranha, e vai ser minha”, festejou.

E as ciclovias?

O Distrito Federal conta atualmente com 745 quilômetros de malha cicloviária. Por meio do programa Vai de Bike, o GDF planeja adicionar cerca de 300 quilômetros à rede, com a meta de ultrapassar mil quilômetros nos próximos anos. Ainda neste ano, a previsão é entregar cerca de 90 quilômetros de trechos inéditos.

Programa Brasília Nasce Aqui

Uma jornada de cuidado planejada desde o início.

Acompanhamento particular contínuo, com equipe multidisciplinar e valores previamente definidos para a sua tranquilidade.



Plano Gestar

→ 6 exames de imagem para acompanhamento da gestação

→ 23 consultas ao longo da gestação



Plano Nascer

A experiência integral, do pré-natal ao parto

→ 6 exames de imagem para acompanhamento da gestação

→ 23 consultas ao longo da gestação

→ Realização do parto com toda a estrutura hospitalar da Maternidade Brasília

Converse com nossa equipe e encontre o formato ideal para você.

Assistente de agendamento:

 (61) 99184-6361

 maternidadebrasil.com.br



Programa destinado às gestações de risco habitual. Consulte condições, elegibilidade e serviços inclusos.

RT - Dra. Valéria Cristina Gonçalves CRM - DF 8099

ESPORTES

correiobraziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

Copa do Mundo Feminina

A Fifa anunciará, hoje, às 9h, o calendário da Copa do Mundo, com quantidade de jogos em cada uma das oito sedes, incluindo Brasília. A competição será disputada entre 24 de junho e 25 de julho do próximo ano. Palco da final, o Maracanã é o favorito para receber a abertura com a Seleção Brasileira. A Neo Química Arena e o Mané são outras opções. As outras sedes são Mineirão (Belo Horizonte), Castelão (Fortaleza), Beira-Rio (Porto Alegre), Arena Pernambuco (Recife), Fonte Nova (Salvador).

LIBERTADORES Impositivo no Maracanã, Flamengo elimina o Cruzeiro e rompe tabu das oitavas de final em campanhas de defesa do título. Arrascaeta e Samuel Lino marcaram e destravam a classificação às quartas de final do torneio continental

O campeão segue!

DANILO QUEIROZ

Atual campeão da Libertadores da América, o Flamengo conquistou, ontem, uma classificação imponente diante do Cruzeiro. Mas a vitória por 2 x 1, no Estádio do Maracanã, também rompeu uma incômoda sina acumulada pelo rubro-negro nos anos de defesa do título continental. Nas duas últimas temporadas pós-título, o time carioca teve as oitavas de final como ponto crítico, com eliminações logo na primeira etapa do mata-mata em 2020 e 2023. Agora, com o recente tetracampeonato como trunfo para justificar o protagonismo, o rubro-negro segue adiante com a força acumulada ao eliminar outro dos melhores elencos do Brasil.

Time brasileiro com mais títulos da Libertadores, o Flamengo conviveu com períodos de baixa nas campanhas para ser bicampeão consecutivo. Em 1982, caiu logo na primeira etapa pós-grupos, naquela época correspondente a um triangular semifinal. Quando rompeu o jejum de taças, em 2020, viveu eliminação em pleno Maracanã diante do Racing. Em 2023, a queda diante do Olimpia, no Paraguai, interrompeu a tentativa de dinastia. O confronto contra o Cruzeiro era de peso. Até por isso, a classificação com futebol imponente diante dos mineiros serve como impulsão para enfrentar o classificado de Independiente del Valle e Tolima nas quartas de final. Os colombianos estão em vantagem de 1 x 0.

Parte do sucesso rubro-negro passou pelo bom primeiro tempo no Maracanã e por um toque de um representante presente nas últimas três conquistas de Libertadores. Propositivo, o Flamengo corrigiu um erro cometido pelo Cruzeiro, no jogo de ida, no Mineirão, e pressionou desde o início. Sem saída de jogo, a Raposa permaneceu acuada no campo de defesa. O repertório fez os cariocas empilharam oportunidades. Samuel Lino e

Gilvan de Souza/Flamengo



Arrascaeta, Samuel Lino e Pedro tiveram atuação essencial na classificação rubro-negra: bom jogo em casa para garantir sequência

Pedro forçaram defesas de Otávio. Léo Ortiz e o próprio camisa nove erraram o alvo em novas tentativas. Coube a Arrascaeta resolver com uma jogada envolvente e um golaco. O maestro flamenguista tabelou com Pedro e finalizou chapa-do na grande área para castigar o ex-clube. Sem chances para Otávio. Os mineiros pouco fizeram para assustar Rossi.

O cenário de pressão trocou de lado no segundo tempo. Organização taticamente sem mexer, o Cruzeiro abafou o Flamengo. O grito de gol ficou preso na garganta

quando Jorginho tirou em cima da linha finalização de William. A Raposa reclamou o lance, mas manteve a concentração e empatou pouco depois, com Romero de fora da área. Rossi foi vencido ao pular atrasado. Baqueado, o rubro-negro tomou a bola para si e voltou ao eixo aos poucos. Bastou uma jogada para voltar à frente. Pedro deu passe primoroso, Samuel Lino manteve o nível no dribble e marcou: 2 x 1. O gol manteve o jogo sob controle dos donos da casa. Na necessidade de ariscar, os visitantes se lançaram ao ataque no tudo

ou nada. No entanto, pouco produziram ofensivamente — e descalibraram em momentos potencialmente perigosos — para mudar o panorama da eliminatória e impedir a classificação dos atuais campeões diante de 72.481 torcedores, o maior público da temporada no Maracanã.

Antes de a bola rolar no Rio de Janeiro, Flamengo e Cruzeiro atravessavam momentos de evolução na temporada, com crescimento no Campeonato Brasileiro e futebol vistoso para obter os resultados positivos. Coube à crueldade

do mata-mata causar uma ruptura para um deles e interromper precocemente a trajetória da Raposa na Libertadores da América. Mas, se antes tinha as oitavas de final como barreira natural nas defesas de títulos continentais faturados recentemente, o rubro-negro controu justamente na etapa o impulso necessário para ganhar ainda mais força na luta por uma nova conquista em âmbito da América do Sul. Ao fim dos 180 minutos do duelo mais pesado da eliminatória, o campeão seguirá adiante rumo às quartas de final.

Daniel Duarte/AFP



Gómez é o primeiro a marcar em nove edições seguidas do torneio

Cabeça no lugar põe Palmeiras na próxima fase

Não é de hoje que a bola parada é a especialidade da casa palmeirense. Basta olharmos para os escanteios. Contra o Fluminense, o primeiro gol sai do corner para a cabeça de Gustavo Gómez. Quatro dias depois, a mesma receita. Cruzamento de Jhon Arias e desvio de... Gómez! O capitão chamou a responsabilidade do jogo de volta das oitavas de final da Libertadores contra o Cerro Porteño e marcou o gol da vitória por 1 x 0 no Estádio Nueva Olla. A noite em que o mínimo valeu demais para classificar o tricampeão às quartas.

Ao todo, foram 23 gols de bola parada de 81. Eficiência ou dependência? O Palmeiras tem sido samba de uma nota só. Falta repertório, jogada trabalhada e triangulações. Sobram bolas longas e cruzamentos, sobretudo contra adversários mais fechados, com linha de cinco defensores, como o Cerro Porteño nos dois jogos das oitavas de final.

Até que jogar a partida decisiva contra o Cerro Porteño longe de São Paulo fez bem. O Palmeiras acumulava eliminações no Nubank Parque em jogos de Libertadores. Caiu nas oitavas de final da Libertadores de 2024 para o Botafogo e nas semis de 2022 e 2023 para Athletico-PR e Boca Juniors.

O Palmeiras não é eliminado fora de casa na Libertadores há 17 anos. A última vez foi em 2009, quando caiu diante do Nacional, no Uruguai. Nas quartas de final, o Palestra aguarda LDU ou Mirassol. Equatorianos e brasileiros medem forças nesta quinta-feira (20/8), às 19h, em Quito.

O elenco de R\$ 1,4 bilhão, como enfatizou o técnico Abel Ferreira recentemente, segue vivo em três frentes: é líder do Brasileiro, jogará as quartas de final da Copa do Brasil e sonha com o tetra continental.

Com meta de classificação, Di María revisita Itaquera

VICTOR PARRINI

Neo Química Arena, 1º de julho de 2014. Argentina x Suíça pelas oitavas de final da Copa do Mundo. O relógio marcava 118 minutos. Quase no limite, a dois da fronteira entre a bola rolando e a decisão por pênaltis. Até que um herói apareceu. Messi? Que nada! Quando os hermanos mais precisaram, Di María foi o Ángel da guarda e marcou o gol da vitória por 1 x 0. Doze anos depois, o astro retorna ao estádio para estreitar os laços. A missão, hoje, às 21h30, é segurar o Corinthians e levar o Rosario Central às quartas da Libertadores.

O jogador de 26 anos que decidiu a classificação argentina em 2014 não é mais o mesmo. Aos 38, Di María

volta a Itaquera depois de conquistar a Copa do Mundo de 2022, levantar duas Copas América e construir vitoriosa. Está menos veloz e não exibe o mesmo brilho físico, mas conserva a capacidade de decidir. Agora, carrega ainda um componente emocional: a possibilidade de devolver o Rosario Central às quartas.

Será a primeira vez que Di María enfrentará um clube brasileiro no país. Em 2006, ainda pelo Rosario, encarou o Palmeiras pela fase de grupos da Libertadores, mas no Gigante de Arroyito. Em Itaquera, a tarefa será mais complicada. Na semana passada, foi neutralizado por Fernando Diniz e pouco produziu, mesmo quando o Corinthians ficou com um jogador a menos.

Há ainda a possibilidade de um reencontro. Di María e Memphis Depay se enfrentaram sete vezes, todas quando o argentino defendia o Paris Saint-Germain e o holandês, o Lyon. A vantagem é de Di María: cinco vitórias.

Os dois também estiveram no mesmo palco pela Copa do Mundo de 2014. Na semifinal, a Argentina de Di María despachou a Holanda do jovem reserva Depay, de 20 anos. Oito anos depois, no Catar, os caminhos voltaram a se cruzar. Memphis e a Laranja foram pedágios nas quartas de final.

O holandês ainda pode cruzar novamente o caminho do argentino. Recém-renovado com o Corinthians até 2028, voltou aos treinos na terça

e está à disposição de Diniz, embora não tenha condições de atuar os 90 minutos. A expectativa é de que possa receber entre 30 e 45 minutos.

Ontem, torcedores protestaram em frente à sede do Ministério Público de São Paulo e pediram, literalmente, socorro e intervenção judicial diante do endividamento do Corinthians, estimado em quase R\$ 3 bilhões. Em 10 de agosto, o presidente Osmar Stabile foi ouvido pelos promotores Luiz Ambra Neto e André Pascoal para prestar esclarecimentos sobre a gestão. O inquérito tramita desde dezembro de 2025, mas a análise de documentos só avançou quando o Conselho Superior do MP rejeitou recurso do clube e autorizou a continuidade da investigação.

AFP



Retorno de Ángel Di María fez Rosario ultrapassar 100 mil sócios

NA ARENA MRV

O Atlético-MG avançou às quartas de final da Copa Sul-Americana, ao empatar por 2 x 2 com o Red Bull Bragantino, ontem, na Arena MRV, em Belo Horizonte. No placar agregado o time mineiro levou a vantagem por 3 x 2. O clube mineiro aguarda Santos ou Macará na próxima fase da competição continental.

EM QUITO

O Mirassol terá de superar a altitude, um retrospecto intimidador e a pressão provocada pelos últimos resultados para continuar escrevendo a inédita trajetória na Libertadores. O Leão enfrenta a LDU, hoje, às 19h, no estádio Casa Blanca. O empate por 1 x 1 no jogo de ida deixou o confronto completamente aberto. Quem vencer avança.

EM AMBATO

O técnico Cuca jamais admitiu que o Santos priorizaria competições. Hoje, às 19h, porém, a equipe visitará o Macará, nos 2,6 mil metros de altitude de Ambato, no Equador, pela volta das oitavas da competição continental, sem Neymar e Gabigol. Após o 2 x 1 na Vila Belmiro, um empate garante a vaga brasileira.

NO RIO DE JANEIRO

O Botafogo precisa de uma virada histórica para seguir vivo na Copa Sul-Americana. O time alvinegro recebe o Cienciano, às 21h30, no Engenheiro, pelo jogo de volta das oitavas de final, em busca de uma reação após ser goleado por 6 x 1 no confronto de ida, disputado na altitude peruana. São necessários seis ou mais gols de diferença.

BASQUETE

O jogo da Seleção Brasileira masculina de basquete contra a República Dominicana, no dia 27, às 20h10, no Ginásio Nilson Nelson, pelas Eliminatórias para a Copa do Mundo do Catar em 2027, terá uma homenagem ao ídolo Oscar Schmidt, que cresceu em Brasília e morreu aos 68 anos, em 17 de abril.

MERCADO

O ciclo do francês Paul Pogba chegou ao fim no Monaco. A equipe comandada por Filipe Luís, anunciou a rescisão de contrato com o atleta, que terminaria em junho do ano que vem. Na internet, o clube estampou uma imagem do jogador em ação com a camisa 8 e adicionou a inscrição "Obrigado, Paul Pogba".

ESPORTES

GAMA Artilheiro do Periquito na Série D do Brasileirão fecha com o Goiás. Acordo por empréstimo vale até o fim da temporada

Clemente troca o tom do alviverde

DANILO QUEIROZ

Um dos principais jogadores da campanha positiva da Gama na Série D do Campeonato Brasileiro, com direito a acesso para a terceira divisão nacional, não terminará o torneio vestindo as cores do clube do Distrito Federal. Diante do desempenho técnico positivo em 2026, o atacante Felipe Clemente chamou a atenção do mercado nacional e aceitou, ontem, o projeto apresentado pelo Goiás. O jogador chega ao Esmeraldino por empréstimo até o fim da temporada. Contratado pelo Gama no segundo semestre de 2025, Clemente não demorou para cair nas graças da torcida alviverde. As boas

atuações na conquista do Campeonato Candango credenciaram o camisa 11 como xodó do elenco. Na Série D do Brasileiro, o atleta manteve o nível de desempenho, marcou gols decisivos e se consolidou como peça de referência do técnico Luís Carlos Souza. Em 32 apresentações na temporada, Felipe marcou 21 gols. Mesmo com contrato em vigor com o Gama até o fim de 2029 — a renovação ocorreu ainda durante o Campeonato Candango — Felipe Clemente seguiu bem cotado no mercado da bola. Segundo informações do portal Esmeraldino confirmadas pelo **Correio**, o atacante gamense recebeu propostas do Goiás, do Náutico e do Sport. O jogador, no entanto, optou pelo



Atacante se destacou ao marcar 21 gols com a camisa do Gama em 2026

projeto do time goiano e desembarcará em Goiânia para seguir a temporada 2026. Técnico do Timbu, Hélio dos Anjos falou sobre o atacante do Gama publicamente após a vitória diante do Ceará, na última terça-feira, indicando a concorrência do mercado da bola pelo jogador. “Não é só a gente que enxerga jogador bom. Jogador bom todo mundo está vendo. Jogador como o Clemente, que é o atacante do Gama, todo mundo está vendo. Belíssimo jogador, com base no América-MG, forte, agressivo. Nós perdemos o jogador. Para nós para o Sport e Goiás, que estão oferecendo valores para pagar o empréstimo”, afirmou. **Ramon** Quem também está próximo de trocar de casa é o atacante Ramon. Outra peça importante do elenco gamense, o jogador está em negociação para defender o Cuiabá. Os moldes da negociação são os mesmos adotados pelo Goiás por Felipe Clemente: empréstimo até o fim do ano. Ontem, o Gama registrou a extensão do vínculo do jogador, com alteração salarial, no Boletim Informativo Diário (BID) da

Confederação Brasileira de Futebol (CBF). O movimento garante o vínculo do atleta com o Periquito e possível lucro com a venda definitiva dos direitos econômicos após o período inicial. Aos 26 anos, Ramon fez temporada consistente com a camisa do Gama. Durante as campanhas do título do Campeonato Candango e do acesso à Série C do Brasileirão, o atacante marcou 13 gols. Ele figura na lista dos cinco principais goleadores da quarta divisão nacional. A importância dele para o esquema do técnico Luís Carlos Souza está traduzida nos números: o camisa sete começou todos os 18 jogos do clube no torneio como titular. Somada ainda as Copas do Brasil e Centro-Oeste, ele atuou 34 vezes. Com isso, Clemente e Ramon não serão opção do Gama na sequência da Série D do Brasileirão. Com o acesso à terceira divisão nacional garantido, o clube alviverde disputará as semifinais diante do ASA de Arapiraca. O primeiro jogo será no domingo, às 17h, no Estádio Coaracy Fonseca. Donos da melhor campanha geral da competição, os gamenses definem a classificação à decisão como mandantes, no Bezerão, uma semana depois, às 16h.

SUL-AMERICANA

Em jejum de gol, Vasco busca vitória contra o Olimpia

O Vasco não sabe o que é estar entre os oito melhores de um torneio continental desde a queda para o Corinthians, na Libertadores de 2012. O torcedor sente falta não apenas de uma presença nas quartas de final de uma competição internacional, mas também de um ataque capaz de alimentar esse sonho, como aquele time de Cristóvão Borges, com Diego Souza e Alessandro. Gol virou artigo raro para

o cruzmaltino: não balança as redes há três jogos. Hoje, porém, marcar é questão de sobrevivência para avançar às quartas da Copa Sul-Americana. O desafio é o Olimpia, às 19h, no Estádio Defensores del Chaco, com transmissão do Paramount+. O jejum contrasta com os números do Vasco na Copa Sul-Americana. O Cruzmaltino é o segundo time que mais acumula grandes chances na competição,

com 31 — atrás apenas do Botafogo, que soma 33. O problema está na hora de transformar volume em gol. Desde as saídas de Rayan e Pablo Vegetti, ninguém assumiu o protagonismo ofensivo. Spinel, Nuno Moreira, Brenner, Andrés Gómez, Adson e Loide Augusto vivem fase de pouca inspiração. O resultado é a liderança em oportunidades desperdiçadas: são 23. A gestão de Pedrinho investiu quase R\$ 200 milhões em 12 jogadores

para o setor ofensivo nos últimos dois anos. O novato é o argentino Facundo Colidio, que estreou contra o Santos, mas ainda não encontrou as redes. Brenner foi o investimento mais alto, por 5 milhões de euros, seguido por Andrés Gómez e Hinestroza. Se avançar, o Vasco reencontrará o River Plate. O último duelo entre as equipes foi na semifinal da Copa Mercosul de 2000. Haverá um Brasil x Argentina com São Paulo x Boca Juniors.



O atacante Claudio Spinelli tem 30 jogos e seis gols pelo Vasco em 2026

Marotinha 2026

Vem aí a Marotinha 2026!

Diversão, esporte e muita energia esperam os nossos pequenos corredores.

INSCRIÇÕES ABERTAS!

Percursos adaptados para cada faixa etária e **um dia especial para toda a família.**

Inscrição e maiores informações

12/10

a partir das 7h

Local:

em frente ao Centro Ibero-Americano, ao lado da Torre de TV

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Lua cresce em Sagitário. Uma aventura não mereceria ser chamada de aventura se fosse desprovida da riqueza caótica das emoções envolvidas nessa experiência, portanto, é inconveniente que, em nome de manter tua vida controlada e ordenada, tu trates tuas emoções como um objeto estranho que deveria ser extirpado para que tua vida procedesse da melhor maneira possível. A única maneira de um ser humano viver sem emoção é a varrer para baixo do tapete da consciência, com todos os efeitos colaterais nocivos e patológicos que isso implica, portanto, não apenas é melhor não fazer isso como também é auspicioso que vivamos as emoções e lhes devolvamos o status de realidade humana que merecem. Os filósofos e pensadores nunca souberam tratar as emoções do jeito que elas merecem, procura não repetir esse equívoco.

 ÁRIES
21/03 a 20/04

Ainda que pareça que a melhor parte ficou com outrem, não se estenda demais nessa ideiação, porque muito provavelmente a outra parte pensa o mesmo de você. No fim, muito do que acontece é fruto de falha de comunicação.

 TOURO
21/04 a 20/05

Pareceria que a liberdade seria ter margem de manobra para você fazer o que bem ou mal desejar, mas na prática a encantadora sensação de liberdade decorre única e exclusivamente de você cumprir com as tarefas.

 GÊMEOS
21/05 a 20/06

O amadurecimento ocorre como resultado da maneira, sábia ou intempestiva, com que você resolva o básico dilema em que a consciência se encontra, querendo ser livre e ao mesmo tempo estar amarrada a muitos compromissos.

 CÂNCER
21/06 a 21/07

A liberdade é um anseio legítimo, de difícil prática porque o mundo, que é feito de pessoas, se convenceu de que esse objetivo seria apenas uma ilusão. Você continue batendo na tecla de conquistar liberdade.

 LEÃO
22/07 a 22/08

Se fosse para todo mundo dizer o que lhe passa na cabeça, o silêncio não existiria nos relacionamentos humanos. A invisibilidade dos pensamentos não é uma casualidade aleatória, é uma necessidade básica dos humanos.

 VIRGEM
23/08 a 22/09

Aparentemente, só o dinheiro liberaria sua alma para fazer o que quiser, mas na prática isso não aconteceria, porque o dinheiro traria consigo novas complicações. A liberdade é um patrimônio abstrato, um estado de ser.

 LIBRA
23/09 a 22/10

Para você ser livre é imprescindível que você ofereça liberdade a todas as pessoas com que se relaciona, porque a cada restrição que você impõe nos relacionamentos, você agrega um grilhão à sua alma. É assim.

 ESCORPIÃO
23/10 a 21/11

Se você não pode abrir o jogo e revelar seus anseios mais íntimos sem se sentir em perigo, então provavelmente não anda com as pessoas certas e, agora, seria o momento certo para buscar as companhias adequadas.

 SAGITÁRIO
22/11 a 21/12

As distrações são tentadoras e legítimas inclusive, desde que elas não ocupem o tempo em que você finalizaria as obrigações assumidas. A liberdade de se distrair é legítima, mas não pode ser o fundamento da procrastinação.

 CAPRICÓRNIO
22/12 a 20/01

Aquilo que você deixou para depois há de ser feito agora, porque agora é o depois daquele momento. Para você não se distrair e deixar tudo para depois novamente, aposte na boa sensação de ter tudo bem organizado.

 AQUÁRIO
21/01 a 19/02

Às vezes é preciso colocar limites bem definidos a algumas pessoas, mesmo que ao fazer isso você crie um ânimo nada agradável. Porém, é melhor desagradar do que você levar desaforo para casa, não é mesmo?

 PEIXES
20/02 a 20/03

Nada como sentir-se seguro e confortável, porque assim o coração fica sereno e a alma consegue enxergar as reais oportunidades que a vida oferece. Não é muito difícil chegar a esse estado de ânimo. Difícil é sustentá-lo.

LITERATURA

Nos labirintos borgeanos

» EDUARDA BRANDÃO*

Após mais de uma década de trabalho, o escritor Renato Fino lança *O último bisão e o primeiro*, o sexto livro. Ele autobrafa a obra, hoje, às 19h, na CLN 408, bloco E, loja 42. Editado pela COCITO, o livro reúne 51 poemas construídos a partir de uma imersão na obra do argentino Jorge Luis Borges.

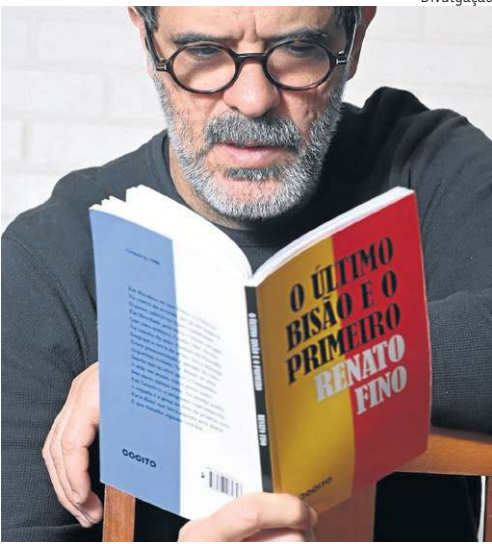
O processo de construção da obra passou por diferentes versões até chegar na atual, composta por 51 poemas em alusão a uma ideia atribuída a Borges sobre *As mil e uma noites*, segundo a qual o número um representaria o infinito. O título do livro também é uma referência direta ao verso final de um poema do escritor argentino, O bisão. A ideia de último e primeiro dialoga com uma concepção recorrente na obra borgeana, de que tudo pode ser, em alguma medida, uma coisa só.

A influência de Borges aparece tanto nos temas quanto na forma dos poemas. Labirintos, espelhos, tigres, batalhas, infinitude, imortalidade e a ideia de que todas as coisas podem ser parte de uma mesma unidade estão entre os assuntos revisitados por Fino. O escritor também procurou reproduzir aspectos da construção poética de Borges, utilizando versos decassílabos, alexandrinos, heptassílabos e redondilhas menores.

“Além de ter essa relação temática com a obra do Borges, tem também essa relação com o metro que ele usava nos poemas”, explica. Segundo Fino, a estrutura métrica contribui para a musicalidade característica dos versos do argentino, ainda que o leitor nem sempre perceba o trabalho técnico por trás da composição.

A homenagem se estende ao projeto gráfico. As cores azul-celeste e branco das capas remetem à bandeira da Argentina, país natal de Borges. Já o amarelo e o vermelho fazem referência à bandeira de Genebra, cidade suíça onde o escritor morreu e está enterrado.

Embora Borges seja o eixo central da publicação, o escritor também incorpora referências de outras obras e autores que fazem parte de sua formação como leitor. Dante, Homero, James Joyce e Albert



Divulgação

O sexto livro de Renato Fino reúne 51 poemas inspirados em Jorge Luis Borges

Camus aparecem em diferentes momentos da coletânea, em poemas que partem de obras conhecidas para propor novas perspectivas e interpretações.

Em vez de exigir do leitor o conhecimento prévio de todas essas referências, Fino defende uma leitura aberta ao mistério. Para ele, a poesia deve ser experimentada antes de ser completamente decifrada. “A pessoa tem que se jogar com ingenuidade dentro do livro”, afirma. O escritor define essa “ingenuidade” não como falta de conhecimento, mas como uma disposição para entrar no texto sem a necessidade de pesquisar imediatamente cada personagem, batalha ou lugar mencionado. É também dessa forma que ele próprio procura ler Borges.

O lançamento de *O último bisão e o primeiro* ocorre em agosto, mês do aniversário de nascimento de Borges, e em 2026, ano que marca os 40 anos da morte do escritor argentino.

LANÇAMENTO DE
O ÚLTIMO BISÃO
E O PRIMEIRO,
DE RENATO FINO

Hoje (20), a partir das 19h, na CLN 408, bloco E, loja 42, Brasília.

*Estagiária sob a supervisão de Severino Francisco

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

calcanhares cerrados
(neutralizando Homero)

no passo, no tempo
entre asas, âncoras e calcanhares
o receio mitológico circula neutralizado

a desestrutura encontra
via livre e aberta
então...
a Esplanada finalmente é minha
recorto o azul na noite seca

Sylvia Cyntrão

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

		9				2	7	
7		1						4
	8							1
6							3	
		2		6	7		9	
					1			
		8	5					7
			8		9		4	5

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

CRUZADAS

Caráter do grupo terrorista Hamas		Gás usado para propulsão de foguetes	Regresso de uma consulta médica		Valor máximo de uma remuneração salarial		Um dos grandes músicos do choro brasileiro		
					Função da grua		Entrelacei os fios		
Sem desvio		(?)-shirt, modelo de camiseta		Ponto (?): o de Aquiles era o calcanhar (Mit.)					
Força proporcional à gravidade									
Exaltado									
Que exerce cargo elevado								Sereia dos rios brasileiros	

BANCO. 3/hot. 4/foot — poor — side. 7/cabítuna — limalinha. 10/corretagem. 21

© Ediouro Publicações — Licenciado ao **Correio Braziliense** para esta edição

DIRETAS DE ONTEM

S	P	N	E	C	
H	I	P	O	C	R
A	L	A	G	O	A
V	I	R	M	U	A
N	I	R	V	A	N
O	A	J			
F	V	S	A	A	P
A	E	M	A	T	O
U	N	I	V	E	R
T	G	N	E	R	O
M	O	N	I	T	O
S	I	N	O		
C	A	E	L	B	R
O	A	E	L	I	E
O	P	O	R	T	U
N					
S	M	O			

SUDOKU DE ONTEM

8	4	1	2	5	7	3	9	6
6	3	7	9	8	4	2	5	1
2	9	5	1	3	6	8	4	7
7	1	9	3	6	8	5	2	4
4	5	6	7	9	2	1	8	3
3	2	8	5	4	1	7	6	9
9	8	2	6	1	3	4	7	5
1	6	4	8	7	5	9	3	2
5	7	3	4	2	9	6	1	8

ASSINE COQUETEL
E SE DIVIRTA ONDE ESTIVER!

Receba suas revistas favoritas no conforto da sua casa.



>>> WWW.ASSINECOQUETEL.COM.BR

Assine aqui e receba grátis
Coquetel e Editora Coquetel

» JÚLIA COSTA

A *quebra da paisagem*, coletânea de fotos de Hugo Mader organizada por Evandro Salles e João Lanari Bo, e *Mulheres contam*, de Maria Lúcia Verdi, abordam, de maneiras diferentes, a memória. No primeiro, mais de cinco mil fotos de Mader, que morreu em 2023, foram analisadas pelo curador Evandro Salles para chegar ao projeto final que divide o trabalho do fotógrafo em cinco blocos; no segundo, Maria Lúcia Verdi materializa um projeto que começou há mais de 30 anos — levar ao papel as histórias de vida das mulheres que a rodeiam.

Neste sábado, às 17h, a livraria Platô recebe o lançamento conjunto das duas obras. No evento, com direção de João Antônio, quatro atrizes brasileiras interpretam textos de *Mulheres contam*. Bidô Galvão retrata uma mulher que priorizou a carreira durante a vida adulta e, aos 90 anos, enfrenta a solidão; Carmen Moretzsohn, uma personagem que se vê sozinha em casa com a mudança de filhos e netos para longe; Adriana Mariz, uma ativista ambiental ribeirinha; e Kuka Escosteguy, uma adolescente que é violentada pelo namorado.

Mulheres contam apresenta 18 textos escritos em formato de crônica, conto e relatos das personagens em primeira pessoa, ou seja, explica Verdi, um “livro híbrido”. “Ele se ocupa de temas muito universais. São mulheres

PLATÔ LIVRARIA RECEBE LANÇAMENTO CONJUNTO DE *MULHERES CONTAM*, DE MARIA LÚCIA VERDI, E *A QUEBRA DA PAISAGEM*, COLETÂNEA ORGANIZADA

POR JOÃO LANARI BO E EVANDRO SALLES

O OLHAR



Bidô Galvão, Carmen Moretzsohn, João Antônio, Elizabeth Maia, Maria Lúcia Verdi, Kuka Escosteguy e Adriana Mariz participam de lançamento de ‘Mulheres contam’

de todas as origens, credos e idades e, em maioria absoluta, com quem eu convivi, como minha mãe e tia. Nasce da escuta e da observação das questões e vários e desafios que elas vivem”, diz.

Verdi relembra, no livro, uma amiga chinesa que, na época da escrita, enfrentava um câncer; uma mulher trans do Norte que veio a Brasília em busca de melhores condições de vida; o dia de uma mãe, moradora da Rocinha, que foi abandonada pelo marido depois de descobrir um câncer de vida e tentava levar a filha e a mãe para um lugar melhor.

São histórias de mulheres próximas a ela, casos que que escutou de terceiros e detalhes da própria vida misturados em um só livro. “Foi difícil, mas importante. Há um distanciamento na hora que se consegue escrever, coloca longe num papel, um alívio. Coisas que coloquei da minha vida e consegui tratá-las literariamente”, conta a autora.

A escritora considera *Mulheres contam* um exercício importante de escrita. “Percebi que tinha temas, a questão de querer fazer ouvir a voz das mulheres, que não são escutadas, só pela amiga mais próxima, e não o marido ou namorado”, afirma. “Acho que é importante a questão da solidão, raça, idade, e que ficaram próximas a mim.”

FEMININO E O FIM DOS TEMPOS



Fotos de Hugo Mader, extraídas do livro *A quebra da paisagem*

VISÃO APOCALÍPTICA DA NATUREZA

O curador Evandro Salles foi apresentado ao trabalho de Hugo Mader pelo professor do Departamento de Audiovisuais e Publicidade da Universidade de Brasília (DAP/UnB) João Lanari Bo. O fotógrafo paulista, que morreu em outubro de 2023, deixou cerca de cinco mil fotos. “Ele deixou material bruto, sem nenhuma seleção específica, conjuntos brutos de imagens que ele fotografava há muitos anos”, conta Salles.

Depois de aceitar o convite de Lanari para trabalhar em um livro de fotos de Mader, Salles passou meses debruçado sobre o material. Estruturou as fotografias em cinco capítulos, que funcionam como um guia de leitura: Paisagens em fuga, Geometrias inaturais, Um canto ao quadrado, Mundo em demolição e Sombras de mim. “Seria possível fazer outros conjuntos

de curadoria, essa foi a que achei mais interessante e particular, porque tinha de fotografias de outros tipos. Eu me debrucei no que achei mais significativo e interessante, fotos que tinham um caráter pessoal, particular, um olhar muito dele”, explica o curador.

Para ele, as fotos escolhidas revelam uma visão pessoal de Mader que traz, de certa forma, “uma poética do fim dos tempos”. “Refletem, na realidade, uma visão interior sobre o mundo, sobre tragédias do mundo e estar no mundo nesse momento no qual a natureza está sendo destruída”, diz. “É, de alguma maneira, dramático e trágico e ele traz esse olhar de tragédia e destruição da natureza, de espanto com essa configuração tão dramática e contemporânea.”

O livro, explica João Lanari, tem por essência o projeto de construção e desconstrução do

olhar. “As paisagens, lugares e objetos ermos que nos rodeiam são captadas pelas lentes de modo a salientar aspectos que provocam, sutilmente, uma espécie de ruído nas paisagens focadas”, afirma. “A imagem constrói a paisagem e, ao mesmo tempo, desconstrói.”

A *quebra da paisagem*, sublinha Salles, é revelador de um estado de natureza interior de Mader para um universo muito grande de pessoas. Os dois chegaram a se conhecer anos atrás, mas, como descreve o curador, “Hugo foi discreto em vida e, como fotógrafo, não mostrou muito o trabalho dele. “Um artista muito sensível, um fotógrafo de natureza obsessiva. Há um capítulo sobre formas quadradas, Um canto ao quadrado. Para mim, foi surpreendente como ele buscava formas geométricas,

quase obsessivamente, ia atrás dessas formas”, exemplifica.

Salles analisou milhares de fotos em torno dos mesmos temas. “Nessa seleção, busquei esses sentidos que o motivaram, que deram as linhas pelas quais ele ia atrás”, conta. “É muito interessante e revela a natureza profunda do artista, porque, para ser um grande artista, é necessário ser obsessivo e ir atrás de sua verdade.”

*Estagiária sob a supervisão de Severino Francisco

MULHERES CONTAM E A QUEBRA DA PAISAGEM

Sábado (22/8), a partir de 17h, na Platô Livraria (405 Sul)



TST mapeia perfil do assédio eleitoral no trabalho

Maria Eduarda Lavocat

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) divulgou, nesta semana, a pesquisa *Assédio eleitoral nas relações de trabalho: diagnóstico empírico dos processos judiciais e das práticas institucionais na Justiça do Trabalho*. Desenvolvido pelo Centro de Pesquisas Judiciárias do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), o estudo tem como objetivo subsidiar iniciativas de qualificação da Justiça do Trabalho sobre o tema.

O levantamento foi realizado a partir de duas abordagens. A primeira consistiu em uma análise quantitativa dos processos cadastrados no Processo Judicial Eletrônico (PJe) sob o assunto “Assédio Eleitoral”, código 15236 da Tabela Processual Unificada. A segunda foi uma análise qualitativa, com o exame de uma amostra de processos de primeiro grau, para identificar as formas concretas de assédio, os meios utilizados para a prática e as estratégias de produção de provas.

O período analisado vai de maio de 2023 a dezembro de 2025, após a implementação da Resolução CSJT nº 355/2023, que regulamenta os procedimentos administrativos a serem adotados em relação a ações judiciais que tenham como objeto o assédio eleitoral nas relações de trabalho.

De acordo com o advogado trabalhista, sócio da Ferraz dos Passos Advocacia e Consultoria e presidente da Comissão de Direito do Trabalho do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ronaldo Ferreira Tolentino, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho define o assédio eleitoral como toda forma de distinção, exclusão ou preferência fundada em convicção ou opinião política no âmbito das relações de trabalho. A prática pode envolver coação, intimidação, ameaça, humilhação ou constrangimento com o objetivo de influenciar ou manipular o voto, o apoio, a orientação ou a manifestação política de trabalhadores e trabalhadoras no local de trabalho.

O especialista ressalta que o assédio eleitoral não está, necessariamente, relacionado à relação de subordinação entre empregado e empregador. Embora a hierarquia seja um elemento relevante para a caracterização da prática, o assédio também pode ocorrer entre

maurenilson



peças de nível hierárquico semelhante ou ser cometido por terceiros que frequentam o ambiente de trabalho.

Segundo Tolentino, as consequências do assédio eleitoral no ambiente de trabalho são diversas. A prática pode violar direitos constitucionais, como a proteção à intimidade, à liberdade de convicção política e a liberdade de voto. Além disso, pode contribuir para a criação de um ambiente de trabalho tóxico e desconfortável para os empregados, especialmente de acordo com o nível e a intensidade do assédio praticado.

Para Hugo Luiz Schiavo, advogado trabalhista, sócio do escritório A. C. Burlamaqui Advogados, gestores hierárquicos devem

preservar a imparcialidade necessária para conduzir equipes formadas por pessoas com diferentes convicções. Por isso, não devem utilizar sua posição para manifestar opiniões políticas pessoais, endossar conteúdos de cunho político.

“Questões políticas são, em regra, contrárias às atividades e aos objetivos da empresa e, quando introduzidas de forma inadequada no ambiente profissional, podem gerar constrangimentos, conflitos e comprometer as relações de trabalho”, declara.

Resultados

Na análise quantitativa, foram identificados 745 processos, dos quais 695 tinham

informações acessíveis e 50 estavam sob sigilo de justiça. Na etapa qualitativa, foi selecionada uma amostra de 164 processos. Após a exclusão dos chamados “falsos positivos”, 138 casos foram efetivamente analisados.

O dado mais expressivo é que o ano de 2024 concentrou 358 processos, o equivalente a 57,9% da base analisada. Os ajuizamentos cresceram nos meses que antecederam as eleições municipais e permaneceram elevados após o pleito. O comportamento indica que o assédio eleitoral apresenta um padrão cíclico e previsível, associado ao calendário eleitoral.

Leia mais na página 2



O fenômeno foi identificado em todo o país, mas de forma desigual entre os Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs). São Paulo lidera, com cerca de 17,5% das ações, seguido por Paraná (14,6%), Rio Grande do Sul (10,5%), Rio de Janeiro (7%) e Santa Catarina (6,3%).

A pesquisa também identificou casos tanto no setor privado quanto na Administração Pública. Predominam, porém, ações ajuizadas por pessoas físicas, o que indica que o assédio eleitoral chega à Justiça do Trabalho principalmente por meio de trabalhadores que buscam reparação por danos já ocorridos. Ao todo, foram identificadas 618 pessoas físicas no polo ativo, contra 58 ações propostas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e oito por entidades sindicais.

Com a análise qualitativa buscou-se identificar as diferentes formas que o assédio eleitoral assume no cotidiano profissional. Em 92% dos processos avaliados, foram identificadas características de assédio institucional. São situações em que a própria organização permite, estimula ou legitima práticas de assédio eleitoral, seja pelo envolvimento da alta cúpula, pelo uso de ferramentas de comunicação interna para fins político-partidários ou pela instrumentalização da jornada de trabalho para atividades eleitorais.

Em 81,9% dos casos, também foram identificadas narrativas catastróficas sobre os resultados das eleições, como a associação da vitória de determinado candidato à possibilidade de caos econômico e social. Já em 61,7%, houve ameaças ou oferta de vantagens relacionadas às condições de trabalho, como redução salarial, perda de função, prêmios e outros benefícios.

Os meios virtuais apareceram em 67,4% das situações, com as redes sociais, especialmente o WhatsApp, sendo usadas para coação e monitoramento dos trabalhadores. Segundo Tolentino, essas ferramentas facilitaram o assédio eleitoral, permitindo o envio de mensagens, vídeos, correntes de apoio, criação de grupos e convocação para manifestações sem a necessidade de contato presencial.

“Antigamente, era necessário que o empregador fosse até o local de trabalho ou enviasse um intermediário. Atualmente, basta um vídeo ou uma mensagem de texto”, afirma.

O advogado ressalta, porém, que uma mensagem manifestando apoio a determinado candidato não configura, por si só, assédio eleitoral. Para caracterizar a prática, é necessário haver coação, ameaça ou pressão capaz de constranger o trabalhador ou fazê-lo se sentir obrigado a votar no candidato defendido pelo empregador.

Outro termo destacado pela pesquisa é o assédio eleitoral permanente. O estudo identificou não apenas práticas diretamente relacionadas às eleições, mas também situações que se prolongam para além do período eleitoral. Na amostra qualitativa, 22 casos, o equivalente a 15,9%, foram classificados nessa categoria.

Segundo Tolentino, o assédio eleitoral permanente está relacionado à polarização e à disputa política no país, e não se restringe aos candidatos ou ao período oficial de uma eleição. Nesses casos, a prática se desvincula do calendário eleitoral e envolve o monitoramento

Formas de execução

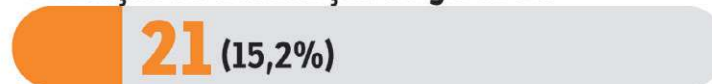
Assédio Eleitoral de Ordem Econômica



Ameaças de demissão



Ameaças de destituição de gerência

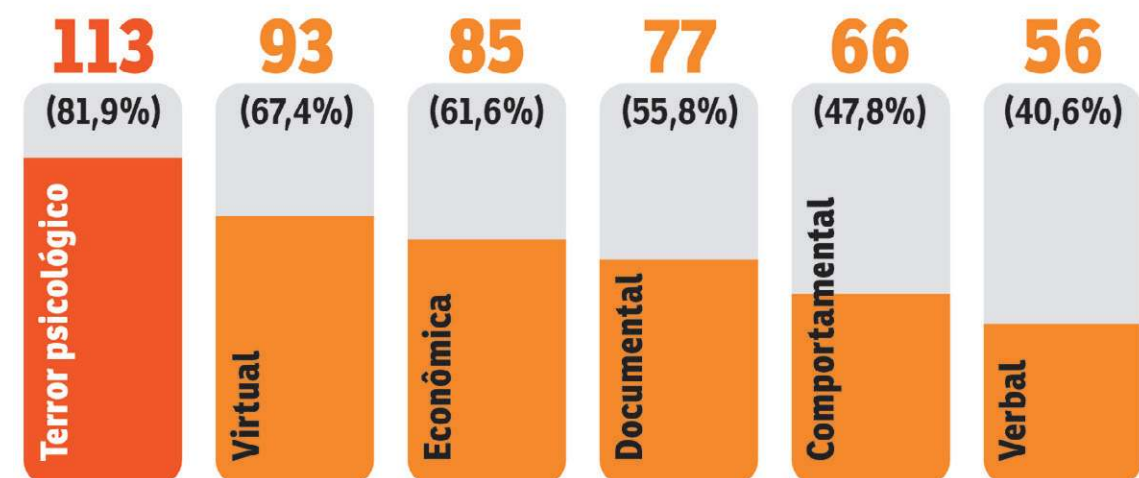


Demissões efetivas (consequência política)



Formas de assédio eleitoral no trabalho

Quantidade de processos por meios de execução



Total da amostra: 138 processos (100%)

Fonte: elaborado pela CPJ/TST a partir dos dados referentes à pesquisa Assédio Eleitoral nas relações de trabalho. Período de abrangência: maio/2023 a dez/2025.

contínuo dos empregados e de suas posições políticas, mesmo fora dos períodos de votação. O assédio passa, assim, a integrar a cultura da empresa, contribuindo para um ambiente de trabalho hostil e de vigilância constante.

Andamentos e decisões

De acordo com Hugo Luiz Schiavo, uma vez configurado o assédio eleitoral ou qualquer pressão que condicione a livre escolha de candidatos ou até mesmo o direito de se candidatar, pode surgir o direito à indenização por danos morais. “Em casos de dispensa discriminatória motivada por ideologia ou tendência política, também é possível pedir a nulidade da demissão e a reintegração ao emprego ou o pagamento, em dobro, dos salários correspondentes ao período entre a dispensa e a sentença que reconhecer a nulidade”, declara.

A fragilidade das provas é um dos principais desafios para o reconhecimento do assédio eleitoral. Tolentino ressalta que, nessas situações, o trabalhador pode recorrer a gravações de conversas das quais seja um dos interlocutores. Segundo ele, a jurisprudência tem reconhecido a validade desse tipo de prova quando a pessoa que realizou a gravação participa da conversa.

Em caso de assédio, Tolentino orienta que o trabalhador tente reunir provas, como documentos, mensagens, gravações, outras mídias ou testemunhos. Com esses elementos, é possível denunciar a prática às autoridades competentes, como a Justiça Eleitoral, o Ministério Público do Trabalho (MPT), o sindicato e a Superintendência Regional do Trabalho (SRT).

Schiavo, por sua vez, recomenda que os empregadores orientem líderes e demais

funcionários de que os canais oficiais e os contatos da empresa devem ser utilizados exclusivamente para assuntos relacionados à gestão do trabalho. Segundo ele, a veiculação de opiniões políticas nesses espaços pode representar desvio de finalidade e, eventualmente, configurar assédio eleitoral. A orientação pode ser incluída no código de ética da empresa ou em uma circular específica.

Entre os processos com desfecho conhecido, 188 terminaram em acordos homologados (31,4%) e 199 em sentenças de procedência parcial (33,2%). Nos processos submetidos a julgamento de mérito, 68,1% tiveram procedência total ou parcial. O estudo ressalva, porém, que esse percentual considera o conjunto dos pedidos formulados nas ações, e não necessariamente apenas aqueles relacionados ao assédio eleitoral.

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com



Minervino Júnior/CB/D.A. Press

Os desafios de Salomão

O novo presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Luis Felipe Salomão, assume num momento de transformação. Será em sua gestão — no biênio 2026-2028 — a aplicação da lei, sancionada pelo presidente Lula, que cria o filtro de relevância da Corte. Com a mudança, serão implementadas novas regras de admissão de recursos, que pretendem transformar o STJ em uma Corte de uniformização da jurisprudência infraconstitucional, vocação para a qual foi criado em 1988, mas nunca assumiu totalmente. Salomão também chega num momento de questionamentos éticos na tribunal, com a recente condenação do ministro Marco Buzzi, por importunação sexual, e investigações envolvendo magistrados em suspeitas de venda de decisões judiciais. Para completar, o novo presidente chega num momento em que a Inteligência Artificial (IA) é aliada, mas também desafio para o Judiciário.

Conduta de destaque na elaboração da legislação brasileira

O ministro Luis Felipe Salomão acumula o olhar do Judiciário de quem já foi advogado, promotor de Justiça em São Paulo e juiz de direito, posteriormente desembargador, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ). Foi um dos responsáveis pela criação dos juizados especiais no estado e se destacou na condução de alguns processos de grande repercussão, como a execução das indenizações decorrentes do desabamento do Edifício Palace 2, quando assegurou a prioridade dos direitos das vítimas em relação aos créditos da Fazenda Pública. Salomão tem também papel destacado no aperfeiçoamento da legislação brasileira. Atuou na elaboração do projeto de lei que modernizou o sistema de insolvência brasileiro, liderou a comissão criada pelo Senado para atualizar o Código Civil. O presidente do STJ para o biênio 2026-2028 presidiu a comissão de juristas instituída pelo Senado para propor mudanças que resultaram na ampliação da arbitragem e na criação de um marco legal para a mediação. Na gestão nos próximos dois anos, Luis Felipe Salomão terá a seu lado o ministro Mauro Campbell que assumiu a vice-presidência do STJ.

Inteligência brasileira

O Brasil será representado pelo advogado Matheus Puppe e por seu escritório, M.Puppe & Associados, em publicação internacional de referência no mercado jurídico: o Legal 500 - Country Comparative Guides 2026. Convidado para assinar o capítulo brasileiro dedicado à Inteligência Artificial, Puppe será responsável por dois textos: um sobre o cenário regulatório da IA no país e outro sobre as normas que já alcançam o uso da tecnologia. A publicação reúne especialistas de vários países para traçar um panorama comparado da legislação em diversas áreas do direito.



Arquivo pessoal



Mais espaço feminino

Uma plataforma digital de coleta de assinaturas para o Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP) Mais Mulheres na Política foi lançada na semana passada, em São Paulo. A proposta estabelece a reserva obrigatória de 50% das cadeiras dos Poderes Legislativos municipais, estaduais e federal no Brasil para representantes femininas, com 25% destinado especificamente a negras. Segundo o Movimento Mais Mulheres na Política, a ideia é reunir 1,7 milhão de assinaturas do Brasil e do exterior — número necessário para que a matéria seja protocolada e apreciada no Congresso Nacional.



Antonio Augusto/STF

Experiência mistura direito e teatro

O Teatro Nacional de Brasília vai se tornar palco de uma experiência judicial. Em 28 de agosto, quem estiver na plateia vai se tornar jurado de um crime, ouvir diferentes versões de uma mesma história, analisar provas, colocar certezas em dúvida e, ao final, tomar uma decisão. O destino do réu estará, literalmente, nas mãos do público. Essa é a proposta do *Palco do Júri*, experiência que mistura direito e teatro para mostrar, por dentro, o que acontece em um Tribunal do Júri. Ao longo de um dia inteiro, o espetáculo reúne especialistas sobre estratégias de acusação e defesa, e bastidores de casos reais. Depois, a teoria dá lugar ao palco e a plateia passa a fazer parte do julgamento.

Palco da tragédia

Idealizado pelo advogado criminalista Valdivino Clarindo Lima (**foto**), com mais de 30 anos de carreira e centenas de atuações em julgamentos, o espetáculo teatral nasceu da ideia de levar para além dos livros uma dimensão que só o plenário revela: a tensão, a imprevisibilidade e o peso de uma decisão capaz de mudar a vida de alguém. “O Tribunal do Júri é o palco da tragédia onde ninguém sai ganhando”, resume Valdivino. O *Palco do Júri* é voltado para estudantes, advogados, concurseiros e profissionais da área jurídica. Também foca pessoas que se interessam por Justiça, comportamento humano ou acompanha histórias de true crime. Mais informações no site <https://palcodojurivendas.com/>



Divulgação



Divulgação/Mackenzie/Nilson Camargo

Prestigiado na Academia Mackenzista de Letras

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), tomou posse na Academia Mackenzista de Letras. Na presença de autoridades, representantes do Instituto Presbiteriano Mackenzie (IPM) e da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), professores e acadêmicos, o ministro foi saudado pelo jurista, professor e acadêmico Ives Gandra da Silva Martins. Mendonça ocupará a Cadeira nº 10, que tem como patrono o Professor Antonio Bandeira Trajano. A cerimônia foi realizada no Campus Higienópolis da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo.

“Não há relação de afeto que leve à violência, espancando, matando, mutilando”

Ministra Cármen Lúcia, do STF, durante julgamento que decidiu que as medidas protetivas da Lei Maria da Penha devem ser aplicadas a toda forma de violência contra a mulher baseada no gênero, inclusive quando ocorrer fora dos contextos doméstico, familiar ou afetivo

ENTREVISTA — LEO ROSENBAUM, advogado especialista em direito do consumidor

Golpes digitais: quando bancos devem ressarcir vítimas?

Ana Maria Campos

O estelionato já é o principal crime patrimonial do Brasil, com mais de 2,2 milhões de registros em 2025 e média de 258 golpes por hora. Dados do Anuário de Segurança Pública mostram um salto de 429,8% desde 2018, impulsionado pela migração da criminalidade para o ambiente digital. Assim, essas fraudes tornaram-se um dos principais desafios para os consumidores brasileiros. O avanço dessas

fraudes virtuais expõe não apenas a sofisticação dos criminosos, mas também as dificuldades das vítimas para recuperar o dinheiro perdido e responsabilizar os envolvidos. Nesta entrevista, o advogado especialista em direito do consumidor Leo Rosenbaum explica quais são os direitos de quem sofre um golpe, o papel dos bancos e das plataformas digitais e quais medidas devem ser tomadas imediatamente após a fraude. O especialista também analisa como a Justiça tem decidido esses casos e aponta caminhos para fortalecer a proteção dos consumidores.

Divulgação



Quais são os principais direitos da vítima de estelionato virtual e quais medidas ela deve tomar imediatamente após perceber que foi enganada?

A vítima tem direito à proteção do seu patrimônio e à reparação dos danos quando houver falha na prestação do serviço, conforme os arts. 6º, VI, e 14 do Código de Defesa do Consumidor. Na prática, o tempo é o fator mais importante. Ao perceber o golpe, ela deve comunicar imediatamente o banco (pelo app ou pela central oficial, nunca por número recebido do golpista), pedir o bloqueio da operação e, no caso do Pix, o acionamento do Mecanismo Especial de Devolução (MED), criado pelo Banco Central pela Resolução BCB 103/2021. Em seguida: registrar boletim de ocorrência (pode ser feito on-line), comunicar as plataformas envolvidas e preservar todas as provas. Quanto mais rápida e documentada a reação, maiores as chances de recuperar o valor e, se for preciso, de demonstrar em juízo que o banco foi avisado a tempo.

Em casos de transferências via Pix ou outros meios eletrônicos, em quais situações a vítima pode tentar recuperar o dinheiro? Qual a responsabilidade dos bancos e instituições financeiras?

No Pix, a vítima pode solicitar o MED quando houver fraude, golpe ou crime, possibilitando o bloqueio cautelar e a devolução dos valores que ainda estiverem na conta de destino. O limite prático é esse: o mecanismo só alcança o dinheiro que não foi pulverizado. Quando o MED não resolve, entra a responsabilidade da instituição. Os bancos respondem objetivamente, nos termos do art. 14 do CDC e da Súmula 479 do STJ, quando houver falha de segurança ou ausência de mecanismos adequados para identificar operações suspeitas. Nosso Observatório mostra o peso disso na prática: quando a transação não foi

feita nem autorizada pelo cliente (conta invadida, cartão clonado, saque não reconhecido), 93,3% das decisões do TJSP determinam o ressarcimento total ou parcial. Quando a vítima foi induzida a transferir ela mesma o dinheiro (golpe do Pix, falsa central), o índice cai para 57,3%. A responsabilidade, portanto, depende das circunstâncias concretas — e especialmente de quem executou a operação.

A vítima pode ser responsabilizada por ter fornecido dados, senhas ou códigos ao golpista?

O fornecimento de dados ou senhas não elimina automaticamente a responsabilidade da instituição financeira. É necessário verificar como o golpe ocorreu e se houve falha de segurança do fornecedor. A culpa exclusiva do consumidor pode afastar a responsabilidade, conforme o art. 14, § 3º, II, do CDC — e essa é, de longe, a defesa mais usada pelos bancos nesses casos. Mas a Justiça também reconhece situações em que a vítima foi enganada por técnicas sofisticadas de engenharia social e o banco deixou de adotar medidas de segurança adequadas: transferências fora do padrão do cliente, vários Pix em sequência, valores altos de madrugada, empréstimo contratado e sacado em minutos. Nesses casos, o tribunal costuma entender que o golpe só se consumou porque o sistema de monitoramento falhou — e o banco responde.

Como a Justiça costuma avaliar esse tipo de situação?

A análise é feita caso a caso. Os tribunais consideram o comportamento da vítima, o método utilizado pelo fraudador, o perfil das transações, a existência de movimentações atípicas, a rapidez da comunicação ao banco e as providências adotadas pela instituição. O STJ entende que bancos devem possuir mecanismos capazes de detectar operações incompatíveis com o perfil do cliente. Nos dados do TJSP, a lógica aparece

tipo a tipo: conta ou aplicativo invadidos (94,8% de ressarcimento), saque ou compra não reconhecida (90,5%), cartão clonado (90%), falso funcionário ou motoboy (83,7%), empréstimo fraudulento (79,1%) e falsa central de segurança (74,1%). Os golpes em que a própria vítima transfere são os mais disputados: clonagem de WhatsApp (52,3%), boleto falso (50,3%) e Pix induzido (50,2%). Quando há condenação por dano moral, o valor mediano em São Paulo fica em R\$ 5 mil, geralmente somado à devolução integral do que foi desviado.

Quais provas a vítima deve preservar para aumentar as chances de identificar os responsáveis e recuperar os prejuízos?

É fundamental preservar conversas, e-mails, prints, gravações, números de telefone, perfis utilizados pelos golpistas, links, anúncios, comprovantes de Pix ou transferências, chaves Pix, dados das contas destinatárias e documentos enviados pelos criminosos. Também devem ser guardados os protocolos de atendimento, o horário exato de cada contato com o banco e todas as comunicações feitas com bancos e plataformas. Esse registro cumpre duas funções: demonstra a fraude e prova a rapidez da reação da vítima — que é um dos critérios que os tribunais mais levam em conta. Um detalhe que faz diferença: pedir ao banco o extrato com horário e canal de cada operação e a gravação ou protocolo da ligação em que o golpe foi comunicado.

Em que situações plataformas digitais, bancos, operadoras de telefonia e empresas de tecnologia são responsabilizadas por esses golpes?

A responsabilidade depende da existência de falha atribuível ao fornecedor. Bancos podem responder por falhas de segurança, falta de monitoramento de transações suspeitas ou demora em agir após a comunicação da fraude.

A responsabilidade também pode atingir o banco que recebeu o dinheiro, quando a conta foi aberta com documentos falsos ou usada de forma evidentemente irregular. Operadoras de telefonia podem responder por trocas de chip (SIM swap) sem a devida conferência da identidade do titular. Já plataformas e empresas de tecnologia podem ser responsabilizadas por falhas em suas próprias obrigações de segurança ou quando integram a cadeia do serviço e contribuem para o dano, como um marketplace que intermedia o pagamento. Não há, porém, responsabilidade automática pelo simples fato de a fraude ocorrer em determinado ambiente.

A legislação brasileira está preparada para enfrentar a evolução dos golpes digitais, ou são necessárias novos mecanismos?

O Brasil possui instrumentos importantes para combater golpes digitais, como o Código de Defesa do Consumidor, a LGPD, o Marco Civil da Internet, a Lei 14.155/2021, que agravou as penas do estelionato eletrônico, e a regulamentação do Banco Central, com limites noturnos do Pix, MED e exigências de monitoramento de fraudes. O problema, porém, não é a falta de leis, mas a velocidade: os golpes evoluem em semanas, enquanto a resposta institucional leva anos. Três avanços fariam diferença: ampliar o MED para rastrear e bloquear o dinheiro ao longo da cadeia de contas; padronizar o dever de monitoramento das instituições, com critérios objetivos para operações atípicas; e integrar bancos, operadoras e plataformas na troca de informações sobre contas e números usados em golpes. Enquanto isso, a proteção das vítimas depende principalmente da rapidez na reação e da análise de cada caso pelo Judiciário.

Quais medidas o poder público deveria adotar para aumentar a proteção do consumidor?

O poder público deve priorizar a integração entre Banco Central, autoridades policiais, Ministério Público, órgãos de defesa do consumidor, instituições financeiras e plataformas digitais para permitir respostas rápidas aos golpes. Hoje, cada elo reage isoladamente, enquanto o dinheiro é pulverizado em minutos. Três frentes são urgentes: aprimorar os mecanismos de bloqueio e recuperação de valores, ampliando o MED para rastrear o dinheiro ao longo da cadeia de contas; fortalecer a identificação e o fechamento das chamadas “contas laranja” e a investigação dos crimes digitais; e estabelecer critérios mais claros e rigorosos de monitoramento e resposta dos fornecedores aos avisos dos clientes. A necessidade de regras claras fica evidente na divisão da Justiça. O Observatório, que analisou 19.504 decisões do TJSP entre junho de 2025 e agosto de 2026, mostra que, quando a operação não foi feita nem autorizada pelo cliente, 9 em cada 10 decisões determinam o ressarcimento. Quando a vítima é induzida a transferir o dinheiro, o índice cai para 57%, e o caso passa a depender da comprovação de falha do banco. Para o consumidor, a prevenção deve ser acompanhada de mecanismos simples e ágeis de contestação e reparação, evitando que todo o prejuízo recaia sobre a vítima.

Visão do Direito



Paula Lima Hyppolito Oliveira
Presidente da Associação dos Advogados (AASP)



Antonio Carlos de Oliveira Freitas
Vice-presidente da Associação dos Advogados (AASP)

Quando a confiança se rompe: o alerta por trás da crise no Supremo

A democracia depende de instituições fortes e, sobretudo, confiáveis. Causa inquietação quando temas de evidente impacto corporativo, como a discussão sobre verbas indenizatórias, avançam rapidamente com desfechos capazes de preservar interesses internos. No sentido oposto, agendas estruturantes para o país, como a adoção de um código de ética, regras mais claras de impedimento e limites objetivos para conflitos de interesse em casos de ampla repercussão, não encontram a mesma força institucional, nem o mesmo senso de urgência.

O problema não está apenas na legalidade formal de uma decisão, mas na mensagem pública que ela comunica. Quando a Suprema Corte ocupa o noticiário não por decisões jurídicas de alta densidade constitucional, mas por suspeitas de conflitos de interesse, relações empresariais de familiares, falhas de governança ou benefícios que alimentam a percepção de privilégios, a questão transcende reputações individuais. O que está em jogo é a própria legitimidade institucional.

Pela primeira vez desde 2022, pesquisas apontam que a maioria dos brasileiros afirma não confiar no Supremo Tribunal Federal. Não se trata de um dado isolado, mas de um marco simbólico que consolida uma tendência de desgaste. Nos últimos meses, reportagens de veículos de grande credibilidade trouxeram à tona episódios que

tensionam a percepção pública sobre padrões éticos e conformidade na Suprema Corte. Independentemente da responsabilidade individual, que deve sempre ser apurada sob o devido processo legal, a sucessão desses questionamentos produz efeito cumulativo: fragiliza a confiança social na instituição encarregada de guardar a Constituição.

Esse movimento transcende divergências ideológicas. Em democracias constitucionais, a autoridade das Cortes não decorre da força, mas da crença coletiva em sua imparcialidade e independência técnica. Ao contrário dos Poderes Executivo e Legislativo, que se legitimam pelo voto, os tribunais sustentam seu poder na confiança que inspiram. Quando essa confiança se deteriora, há um desequilíbrio silencioso entre os Poderes da República.

Quanto maior o protagonismo das Cortes em temas estruturais, como eleições, políticas públicas, investigações sensíveis e conflitos de grande repercussão nacional, maior deve ser o rigor nos padrões de integridade e governança. Aqui, o Supremo Tribunal Federal vive seu paradoxo: ao mesmo tempo em que amplia sua centralidade na vida institucional do país, vê crescer (e se manter!) a exigência social por transparência.

Dúvidas sobre potenciais laços econômicos com partes sob sua jurisdição ou relações indiretas capazes de afetar a percepção de imparcialidade corroem a credibilidade e abrem espaço

para dois riscos igualmente graves: o descrédito generalizado e a instrumentalização política das decisões. Nenhum desses rumos serve à Democracia.

Instituições maduras não ignoram crises de confiança. Elas as enfrentam com transparência, governança e prestação de contas. Não como concessão, mas como estratégia de fortalecimento institucional. Nesse contexto, impõe-se reconhecer uma camada adicional de complexidade que desafia os modelos tradicionais de controle: a chamada influência cruzada.

Não se trata, aqui, das hipóteses clássicas em que magistrados julgam diretamente causas envolvendo parentes ou pessoas próximas — situações já endereçadas pelo ordenamento. O ponto crítico, sob a ótica da integridade institucional, está na utilização indireta de capital relacional, quando terceiros se valem de vínculos pessoais com membros da magistratura para acessar, aproximar-se ou exercer influência, ainda que difusa, sobre gabinetes de outros julgadores.

É um risco de difícil rastreabilidade, mas de elevado impacto reputacional, pois tensiona a percepção de imparcialidade e isonomia que sustenta a legitimidade do sistema de Justiça. Em tempos de hipertransparência, não basta decidir com independência. É preciso demonstrar, de forma inequívoca, que a independência está preservada.

Assim, seria possível delinear uma agenda mínima de reconstrução da confiança: adoção de código de ética, com regras claras de impedimento; ampliação da transparência patrimonial de magistrados e familiares, em bases periódicas e acessíveis; criação de instâncias independentes de conformidade ética; e fortalecimento da comunicação institucional.

A esse modelo, contudo, devem ser agregados mecanismos específicos de mitigação da influência cruzada, com diretrizes que alcancem não apenas conflitos de interesse diretos, mas também situações de potencial influência indireta. Isso inclui protocolos objetivos de interação institucional, maior transparência de agendas e critérios claros para interlocuções com partes, advogados, familiares, agentes econômicos e terceiros interessados.

Em termos de governança, a evolução do modelo passa por expandir o escopo de responsabilização, alinhando-o às melhores práticas de gestão de riscos. O objetivo não é fragilizar a magistratura, mas proteger aquilo que lhe confere autoridade: a independência decisória e sua demonstrabilidade perante a sociedade.

Defender a legitimidade do guardião das liberdades individuais, do devido processo legal e da Constituição não é uma pauta corporativa. É um compromisso com o Estado Democrático de Direito e com a sociedade brasileira.

Visão do Direito



Igor Montalvão
Sócio da MSL Advocacia de Negócios, advogado e professor, formado pela PUC-MG. Possui especialização em direito empresarial pela PUC-RS e em direito societário pelo EBRADI

Planejamento para 2027 ajudará empresas a enfrentarem a reforma tributária

A reforma tributária em implementação no Brasil está em fase de transição, com a cobrança integral dos novos tributos (CBS e IBS) prevista apenas para 2027. No entanto, especialistas alertam que empresas que começarem o planejamento agora tendem a enfrentar menos custos e riscos no futuro, enquanto aquelas que adiarem a adaptação podem pagar um preço mais alto.

O ano de 2026 é considerado de transição e testes. Ninguém vai pagar imposto novo ainda, desde que siga as regras formais para emissão dos documentos fiscais. Mas esse período é crucial para que as empresas realizem ajustes em sistemas, processos, contratos e estrutura de governança corporativa.

Para empresas do lucro presumido, 2026

será o último ano sob o regime cumulativo de PIS e COFINS. Em 2027, com a reforma tributária já em vigor, essa distinção desaparece e as regras do jogo se igualam, pois as duas modalidades de apuração (lucro presumido e lucro real) estarão sujeitas à mesma alíquota de CBS e às mesmas regras de creditamento amplo e irrestrito.

Além disso, empresas do lucro presumido com faturamento acima de R\$ 5 milhões já enfrentam em 2026 um acréscimo de 10% na base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Isso significa que o planejamento para migração de regime ou ajuste de estratégia tributária precisa ser feito agora, não em 2027.

Empresas que usarem 2026 para testar processos, ajustar sistemas e preparar a documentação fiscal necessária estarão em posição

de vantagem competitiva em 2027. Quem esperar o último momento pode enfrentar custos de adaptação emergenciais, multas por erros de conformidade e perda de oportunidades de aproveitamento de créditos.

A adaptação à reforma tributária exige uma revisão estruturada das principais áreas do negócio. Entre os pontos que devem ser revisados estão: análise de regime tributário (lucro presumido versus lucro real), revisão de contratos com fornecedores e clientes, parametrização de sistemas de emissão de documentos fiscais, gestão de créditos fiscais, fluxo de caixa e obrigações acessórias.

Um bom planejamento tributário não se limita a reduzir a carga tributária. Ele contribui para a previsibilidade financeira, reduz riscos

fiscais, fortalece a governança corporativa e aumenta a segurança das decisões empresariais. Mais do que economizar tributos, um planejamento adequado sustenta previsibilidade e competitividade.

O planejamento tributário deixou de ser apenas uma questão contábil. É uma decisão estratégica de negócio que envolve toda a cadeia de valor da empresa, desde fornecedores até clientes finais. Quem entender isso agora estará à frente da concorrência em 2027.

Para empresas que ainda não revisaram os impactos da reforma tributária, este é o momento. O período de transição de 2026 oferece uma janela de oportunidade para fazer ajustes sem a pressão da cobrança imediata dos novos tributos.

Visão do Direito



Leticya Simões

Advogada, sócia do Furtado, Simões e Sant'Anna, formada pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP)



Eduardo Sant'Anna

Sócio do Furtado, Simões e Sant'Anna, graduado pela USP, especialista em direito digital, eleitoral e proteção de dados (LGPD)

Na mira do STF: até onde vai o poder da Receita para rastrear doações de campanha?

O Supremo Tribunal Federal retoma, em 19 de agosto, o julgamento do RE 1.296.829, Tema 1.121 da repercussão geral, que definirá se a Receita Federal pode compartilhar com o Ministério Público Eleitoral, sem autorização judicial prévia, dados de doadores identificados como possíveis infratores dos limites eleitorais. A controvérsia nasceu do cruzamento previsto na Portaria Conjunta SRF TSE nº 74 de 2006: a Justiça Eleitoral informa as doações, a Receita confronta os valores com os rendimentos declarados e o resultado subsidia representações por excesso. Após o voto do relator, ministro Cristiano Zanin, o julgamento foi suspenso por pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes.

O TSE, por meio da Súmula 46, admite que o Ministério Público receba a relação dos doadores que excederam os limites legais, mas condiciona o acesso aos respectivos

rendimentos a decisão judicial prévia, fundamentada e individualizada. A distinção separa a notícia de possível irregularidade, necessária à abertura da apuração, da revelação da situação econômica do contribuinte, protegida pelo artigo 5º, inciso X, da Constituição e pelo artigo 198 do Código Tributário Nacional.

No processo paradigma, o TSE considerou ilícita a prova porque o acesso às informações fiscais ocorreu antes da autorização judicial. Para o relator, é ilícita a prova obtida pelo compartilhamento de dados fiscais entre Receita e Ministério Público Eleitoral sem autorização judicial prévia e fundamentada. A exceção do artigo 198, parágrafo 1º, do Código Tributário Nacional não alcançaria essa hipótese, e uma portaria conjunta seria insuficiente para instituir restrição ao sigilo fiscal, sob pena de ofensa à reserva legal.

O voto enfatiza que eficiência administrativa e cooperação institucional não criam, por si, competência para circular dados protegidos.

A posição contrária encontra apoio no Tema 990, pelo qual o STF admitiu que a Receita compartilhe com órgãos de persecução penal a íntegra de procedimento fiscal que tenha culminado no lançamento tributário, sem ordem judicial prévia, desde que haja procedimento formal, preservação do sigilo e controle jurisdicional posterior. Também pesa a exigência de transparência do financiamento eleitoral, reconhecida pela Corte na ADI 5.394.

A analogia, contudo, não é automática: no Tema 990 há atividade fiscal concluída e finalidade penal; o Tema 1.121 discute se o cruzamento de declarações pode produzir informação destinada, desde o início, à responsabilização eleitoral.

A solução constitucionalmente mais consistente está na qualidade, na extensão e na finalidade da informação compartilhada. A Receita pode comunicar, em fluxo legalmente previsto, a existência de indícios objetivos de excesso, sem revelar rendimentos, declarações, patrimônio ou dados estranhos à apuração.

O acesso ao conteúdo fiscal necessário para provar a infração deve depender de decisão judicial individualizada. Esse modelo preserva a capacidade de fiscalização, evita requisições genéricas e concretiza os princípios da necessidade, da finalidade e da minimização de dados.

O resultado do julgamento deverá ter alcance superior às doações de campanha. O STF fixará parâmetros para a circulação de informações sigilosas entre órgãos estatais e para a validade das provas obtidas por cooperação administrativa.

Visão do Direito



Paulo Klein

Advogado criminalista

Quando o agressor mata para ferir: os desafios do combate ao vicaricídio

Os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2026 mostram que o feminicídio, na maioria dos casos, está relacionado a relações íntimas: em 2025, companheiros e ex-companheiros foram identificados como autores em 79,8% dos casos. Isso desmonta a ideia de que esse crime é, em regra, um ato impulsivo praticado por um desconhecido.

O feminicídio costuma ser precedido por um processo de violência que envolve ameaças, perseguição, controle, violência psicológica e descumprimento de medidas protetivas.

É nesse contexto que surge uma forma ainda mais perversa de violência: o vicaricídio, quando o agressor utiliza filhos ou outras pessoas próximas da mulher para puni-la, controlá-la ou provocar sofrimento.

O Brasil deu um passo importante em 2026 ao reconhecer expressamente a

violência vicária na Lei Maria da Penha e criar o vicaricídio como crime autônomo no Código Penal, com pena de 20 a 40 anos de reclusão. A mudança é necessária porque dá nome e tratamento jurídico específico a uma dinâmica criminosa que durante muito tempo ficou diluída em outras figuras penais. Mas criar uma lei não basta.

O principal desafio continua sendo identificar os sinais de risco antes que a violência chegue ao extremo. Ameaças envolvendo os filhos, perseguição após a separação, controle da convivência, descumprimento de ordens judiciais e histórico de agressões precisam ser analisados como partes de um mesmo contexto.

Na prática, um dos maiores problemas ainda é a falta de integração entre os diferentes órgãos do sistema de Justiça. Uma mulher pode ter uma medida protetiva contra o ex-companheiro e, ao mesmo tempo,

existir uma decisão de convivência com os filhos que permita o contato entre ambos sem mecanismos adequados de segurança. É fundamental que Justiça Criminal, Varas de Família, Ministério Público, polícias e rede de assistência compartilhem informações e façam uma avaliação conjunta do risco. A criança não pode se transformar em uma brecha no sistema de proteção.

Outro ponto que precisa ser levado a sério é a perseguição, especialmente após o fim do relacionamento. O comportamento insistente de um ex-companheiro, muitas vezes, é tratado como simples inconformismo com a separação, quando pode representar um importante sinal de escalada da violência. O combate ao vicaricídio passa justamente pela capacidade de reconhecer esses sinais e agir rapidamente, com medidas protetivas efetivas, restrição ou suspensão da convivência quando houver

risco concreto, monitoramento eletrônico e fiscalização das decisões judiciais.

A nova legislação representa um avanço, mas o verdadeiro desafio está na prevenção. O Direito Penal é indispensável para responsabilizar quem comete um crime tão grave, mas sua atuação acontece depois que a tragédia já ocorreu. Precisamos transformar informações sobre ameaças, perseguição, violência psicológica e descumprimento de medidas protetivas em instrumentos de prevenção.

Quando o agressor ameaça atingir os filhos para ferir a mulher, não estamos diante de uma simples disputa familiar: estamos diante de um possível sinal de perigo. A melhor resposta ao vicaricídio não é apenas punir quem matou, mas impedir que a criança seja transformada em instrumento de vingança e que a ameaça chegue a se concretizar.

Visão do Direito



Rafael Teixeira Martins

Advogado criminalista, sócio do Teixeira Martins Advocacia e Consultoria

O sigilo tem dois regimes

Em maio deste ano, o Supremo Tribunal Federal autorizou uma nova fase da Operação Compliance Zero com objetivo bem definido: descobrir quem estava vazando informações sigilosas da investigação. A Polícia Federal cumpriu mandados contra um perito criminal federal suspeito de repassar material extraído do celular do banqueiro Daniel Vorcaro, entre ele dados relativos ao ministro Alexandre de Moraes. O servidor foi afastado de suas funções. A Corte não hesitou, não alegou dificuldade de prova e não tratou o assunto como questão menor diante da complexidade do caso principal.

Guarde o dado e observe o contraste. Na mesma operação, informações sigilosas a respeito dos investigados circulam na imprensa com regularidade quase editorial. Não se tem notícia de uma única diligência destinada a descobrir de onde elas saem.

Há um segundo episódio que ajuda a medir o parâmetro. Em março, o ministro Alexandre de Moraes autorizou busca e apreensão contra um jornalista maranhense que havia publicado reportagens sobre o uso de veículo do Tribunal de Justiça do Maranhão

por familiares do ministro Flávio Dino. Os aparelhos foram periciados e, em agosto, a partir do material extraído, o mesmo ministro determinou nova busca contra o ex-secretário de Segurança apontado na decisão como a fonte das reportagens e contra o advogado do próprio jornalista. Quando o sigilo violado pertence a um ministro, portanto, admite-se ir ao limite — e, para boa parte da comunidade jurídica, bastante além dele.

Convém separar o joio do trigo. O jornalista que publica documento sob segredo de justiça não comete crime: ele não tem dever de guarda sobre aquele documento, e sua conduta não é punível. Quem comete crime é o agente público que entrega o material. O Código Penal chama isso de violação de sigilo funcional. O vazamento é, por definição, um crime praticado dentro do Estado — e apurável pelo Estado.

Dai nasce uma tentação compreensível: se é possível periciar o telefone de um repórter para chegar à fonte, os investigados da Compliance Zero poderiam reivindicar o mesmo tratamento. Essa saída precisa ser recusada, e não por delicadeza. Primeiro, porque é desnecessária: a própria operação

demonstrou que se chega à fonte por dentro, com registros de acesso e cadeia de custódia. Segundo, porque transformar em rotina a devassa de aparelhos de jornalistas é entregar ao Estado uma arma que será usada, sobretudo, contra quem fiscaliza o Estado. O sigilo da fonte deve ser respeitado já que é garantia constitucional. Nenhuma vantagem em processo individual paga esse preço.

O que se deve cobrar não é simetria no excesso, e sim coerência no rigor. É possível saber quem acessou cada peça do processo e em que momento. É possível comparar o que foi publicado com o que está nos autos e identificar o documento de origem, reduzindo o universo de suspeitos a um punhado de nomes. É possível marcar eletronicamente cada arquivo, de modo que o próximo vazamento se denuncie sozinho. Nada disso toca um único jornalista. E tudo isso já foi feito quando a vítima do vazamento tinha assento no tribunal.

O vazamento seletivo não é acaso: é método. Ele antecipa a condenação antes mesmo da acusação formal, e quem escolhe o que vaza escolhe também a direção. Ao acusado sobra a nota de esclarecimento;

ao Estado, a perda de credibilidade de suas instituições.

Há, ainda, um prejuízo que deveria preocupar sobretudo a acusação. A Compliance Zero é apresentada como a apuração da maior fraude já registrada contra o sistema financeiro nacional. Uma investigação dessa dimensão não sobrevive bem à suspeita permanente de que suas peças circulam antes de serem julgadas. Sigilo íntegro não é favor à defesa: é condição de credibilidade da condenação, se ela vier.

A cobrança tem uma virtude particular: não admite resposta silenciosa. Se atendida, corrige uma distorção e reforça a autoridade da investigação. Se recusada, alguém terá de explicar por que o sigilo de um ministro do Supremo justifica operação policial, busca domiciliar e afastamento de servidor, enquanto o sigilo de um investigado não justifica sequer a consulta a um registro de acesso. Essa explicação não existe no direito.

O sigilo processual não comporta dois regimes, um para quem julga e outro para quem é julgado. Ou vale para todos, ou já não é garantia — é privilégio.

Visão do Direito



Marcel Zangiácomo

Sócio do escritório Galvão Villani, Navarro, Zangiácomo e Bardella Advogados, especialista em direito processual e material do trabalho pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Fim da escala 6x1: estamos discutindo a solução ou apenas mudando a lei?

O debate sobre o fim da escala 6x1 é legítimo e necessário. É difícil defender que trabalhar seis dias consecutivos para descansar apenas um represente o modelo ideal de qualidade de vida. Ampliar o descanso semanal é uma aspiração compatível com uma sociedade que busca melhores condições de trabalho, mais convivência familiar e maior bem-estar.

A questão, contudo, talvez não seja se devemos caminhar nessa direção, mas quando e, principalmente, como.

Tenho a impressão de que o Brasil, mais uma vez, tenta utilizar a legislação como ponto de partida para uma transformação que, na verdade, deveria ser consequência de uma evolução social mais ampla.

Os países que hoje adotam jornadas menores não chegaram a esse modelo simplesmente porque aprovaram uma lei. Antes, construíram ambientes econômicos capazes de sustentá-lo. Investiram em educação,

produtividade, inovação, infraestrutura, qualificação profissional e redes eficientes de proteção social. A legislação trabalhista veio depois, consolidando uma realidade que já havia amadurecido.

No Brasil, muitas vezes seguimos o caminho inverso. Esperamos que uma alteração legislativa seja capaz de produzir, por si só, uma transformação estrutural na sociedade.

Mas a legislação trabalhista, por mais importante que seja, não tem essa vocação. Ela disciplina as relações entre empregados e empregadores, não substitui políticas públicas, não melhora a educação, não aumenta a produtividade, não reduz o custo de produzir nem corrige as deficiências históricas da saúde, da infraestrutura e da mobilidade urbana.

Quando se atribui ao Direito do Trabalho a missão de resolver problemas que pertençam a toda a estrutura econômica e social do país, cria-se uma expectativa que dificilmente será correspondida.

É claro que, se aprovada, a nova regra deverá ser cumprida. Isso não está em discussão. A reflexão está nos efeitos da transição.

Em setores como comércio, saúde, logística, hotelaria, segurança e transporte, a atividade depende da presença física dos trabalhadores. Garantir dois dias de descanso semanais exigirá a contratação de mais pessoas ou o aumento dos custos operacionais. Grandes empresas talvez consigam absorver parte desse impacto. Para muitas pequenas e médias empresas, porém, essa adaptação poderá representar perda de competitividade, redução de postos de trabalho ou incentivo à informalidade.

Há ainda uma reflexão que considero essencial. O verdadeiro avanço social não está apenas na redução da jornada de trabalho. Está em criar condições para que o trabalhador evolua ao longo da vida, tenha acesso à educação de qualidade, qualificação profissional, melhores oportunidades e consiga ascender socialmente. É essa mobilidade que transforma

famílias, reduz desigualdades e gera prosperidade de forma duradoura. A legislação trabalhista pode proteger essa evolução, mas dificilmente será capaz de produzi-la sozinha.

O fim da escala 6x1 pode representar um avanço. Pessoalmente, acredito que seja um horizonte desejável. Mas horizontes não costumam ser pontos de partida. Eles são o destino de uma caminhada.

O Direito do Trabalho exerce uma função essencial de proteção e equilíbrio das relações entre capital e trabalho. Mas produz seus melhores resultados quando acompanha uma realidade econômica e social já amadurecida. Quando tenta substituí-la, corre o risco de transferir para empresas e trabalhadores o peso de uma transformação que depende de toda a sociedade.

Talvez essa seja a principal reflexão: conquistas trabalhistas duradouras não criam, sozinhas, uma evolução social. Elas a consolidam.

Visão do Direito



Rafael Carneiro

Advogado especialista em direito público, com ênfase em direito constitucional, regulatório, eleitoral, penal e improbidade administrativa e sócio-fundador do Carneiros Advogados

Eleições 2026 e a nova disputa pelo controle da percepção pública

As eleições de 2026 tendem a expor, com intensidade inédita, uma tensão que já vinha se desenhando nos últimos ciclos eleitorais: a disputa democrática deixou de se concentrar apenas na conquista do voto e passou a envolver a própria formação da vontade do eleitor.

Essa mudança resulta da combinação entre o uso estratégico de instituições públicas, a lógica algorítmica das plataformas digitais, a consolidação de influenciadores como estruturas permanentes de audiência e o avanço da inteligência artificial generativa. Esses elementos formam uma nova arquitetura de influência política, na qual a percepção pública pode ser moldada antes mesmo de o eleitor chegar ao momento formal da escolha.

Nesse cenário, o Estado, por meio do sistema de Justiça, ao mesmo tempo em que deve garantir a paridade de armas e coibir práticas abusivas por parte dos candidatos, não pode ser convertido em agente indireto de desestabilização eleitoral. Medidas cautelares, buscas, prisões, afastamentos ou bloqueios financeiros adotados no ápice da disputa produzem efeitos que o processo eleitoral raramente consegue reparar. O chamado labelling social, próprio do processo penal, transforma a suspeita em condenação pública antes mesmo do contraditório, sobretudo quando amplificado pela espetacularização midiática.

O problema não está apenas na existência da medida, mas sim no timing. Investigações que permanecem por anos sem urgência concreta e eclodem às vésperas do pleito acabam produzindo um fato político. Ainda que juridicamente reversível, o dano eleitoral pode ser definitivo. Por isso, a autocontenção judicial, especialmente em períodos sensíveis da campanha, deve ser compreendida como garantia da soberania popular, e não como blindagem pessoal de candidatos.

A ADPF 1017 consolidou essa leitura ao afirmar que a atividade persecutória estatal deve observar limites reforçados durante o período eleitoral, para impedir que o aparato público comprometa a paridade de armas. A lógica é institucional: a disputa deve ser decidida pelo eleitor, e não por intervenções estatais capazes de alterar artificialmente a percepção sobre a viabilidade, a idoneidade ou a competitividade de uma candidatura.

Essa mesma preocupação se projeta sobre o ambiente digital. A ascensão de candidatos que chegam à campanha com audiência própria, linguagem consolidada, alta frequência de publicação e capacidade permanente de mobilização desafia os critérios tradicionais de igualdade eleitoral. Diferentemente de profissionais de rádio e televisão, submetidos a prazos e restrições específicas, os influenciadores digitais operam em

uma zona regulatória mais complexa, com alcance superior ao de veículos locais de comunicação.

A paridade de armas, nesse contexto, não pode mais ser analisada apenas pela distribuição formal de tempo de propaganda ou de recursos de campanha. Ela exige atenção ao tripé da influência: alcance, ressonância e relevância. Um candidato que controla uma estrutura permanente de audiência não parte do mesmo ponto de quem depende exclusivamente dos instrumentos eleitorais tradicionais. A digitalização das campanhas deslocou o centro da disputa para espaços em que a comunicação é contínua, personalizada e algorítmica.

Já a inteligência artificial adiciona uma camada ainda mais sensível a esse quadro. O maior risco é a criação de fatos políticos artificiais: imagens, áudios, vídeos, narrativas e associações fabricadas ou distorcidas, capazes de interferir na convicção livre do eleitor antes que haja tempo institucional de correção. A IA generativa permite produzir simulacros de realidade com aparência de autenticidade e velocidade incompatível com os mecanismos clássicos de resposta.

Por isso, reduzir o debate eleitoral de 2026 a uma discussão sobre fake news seria insuficiente. O desafio é mais amplo: envolve a preservação das condições materiais, institucionais e informacionais para que a vontade popular se forme de maneira livre.

A democracia não depende apenas da lisura da votação, mas da integridade do ambiente em que o eleitor constrói sua percepção sobre candidatos, fatos e alternativas políticas.

A Justiça Eleitoral terá de atuar com precisão. De um lado, deve evitar que a máquina pública, inclusive a judicial, seja utilizada para interferir no equilíbrio da disputa. De outro, precisa responder a práticas digitais capazes de fraudar a percepção pública, sem transformar o controle da higidez eleitoral em intervenção excessiva no debate político. Essa é a dificuldade central: proteger a soberania popular sem substituir o eleitor.

As eleições de 2026, portanto, não serão apenas um teste para candidatos, partidos e plataformas. Serão, também, um teste para as instituições. A neutralidade estatal, a autocontenção judicial e a paridade de armas precisarão ser reinterpretadas à luz de um ambiente em que influência, audiência e a realidade fabricada se tornaram ativos eleitorais decisivos.

Preservar a democracia, nesse estágio, significa garantir que a vontade do eleitor não seja capturada por intervenções estatais oportunistas, por assimetrias digitais invisíveis ou por fatos políticos artificiais. A legitimidade do resultado dependerá, cada vez mais, da capacidade institucional de proteger o processo de formação dessa vontade antes que ela se transforme em voto.

Visão do Direito



Amanda Paoleli

Advogada do Calcini Advogados

20 anos da Lei Maria da Penha: segurança, emprego e renda precisam caminhar juntos

Conhecida como Lei Maria da Penha, a norma, que completou 20 anos em 7 de agosto de 2026, leva o nome da mulher cuja luta por justiça se tornou símbolo do enfrentamento à violência doméstica no Brasil.

Embora a história seja bem conhecida, um aspecto crucial da proteção legal ainda é negligenciado: a preservação do trabalho e da renda da mulher que precisa se afastar para sua segurança. O artigo 9º, § 2º, II, da Lei nº 11.340/2006, permite ao juiz garantir a manutenção do vínculo trabalhista por até seis meses, caso o afastamento do trabalho seja necessário para proteger a integridade física ou psicológica da vítima. Isso não apenas mantém formalmente o nome da trabalhadora na empresa, mas assegura a

continuidade de sua renda e dos direitos trabalhistas durante a interrupção contratual.

A medida depende de decisão judicial e da análise dos riscos de cada caso, pois a prisão do agressor ou a concessão de outras medidas protetivas não gera, por si só, o afastamento remunerado. O STF reforçou essa proteção no julgamento do Tema 1.370 (RE nº 1.520.468/PR), ao estabelecer que, para a empregada segurada do RGPS, os primeiros 15 dias cabem ao empregador e o período seguinte ao INSS, sem carência, enquanto, para a segurada sem vínculo de emprego, o INSS arca com todo o período e, para a mulher não segurada, a prestação assistencial cabe ao Poder Público, tendo o Plenário esclarecido, em 2026, que as prestações do INSS

não sofrem contribuições previdenciárias, mas o tempo conta para a aposentadoria.

Para além do afastamento, conforme as circunstâncias, a trabalhadora também pode buscar judicialmente ou negociar com a empresa a alteração do turno, do local de trabalho ou da modalidade de prestação dos serviços, a fim de impedir que o agressor continue tendo acesso à vítima.

A violência doméstica também pode repercutir na forma como determinadas ausências ou dificuldades profissionais são avaliadas, razão pela qual a Justiça do Trabalho, em casos concretos, já anulou demissões por justa causa, como desídia ou abandono de emprego, e reintegrou trabalhadoras que se

ausentaram devido a perseguições e agressões de (ex)companheiros ou familiares – o que não significa, contudo, que a Lei Maria da Penha crie estabilidade automática ou garanta reintegração em toda hipótese de dispensa, de modo que cada decisão é única e depende das evidências apresentadas.

Passados 20 anos, o desconhecimento ainda limita o alcance da Lei Maria da Penha, sobretudo diante dos 1.568 feminicídios registrados em 2025, número 4,7% superior ao de 2024, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, realidade que reforça a importância de compreender que segurança sem renda pode aprisionar, enquanto renda sem segurança pode colocar vidas em risco.

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira, 20 de agosto de 2026

Para anunciar ► **3342-1000**

1 IMÓVEIS COMPRA & VENDA

2 IMÓVEIS ALUGUEL

3 VEÍCULOS

4 CASA & SERVIÇOS

5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

6 TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1

IMÓVEIS COMPRA E VENDA

- 1.1 Apart Hotel
- 1.2 Apartamentos
- 1.3 Casas
- 1.4 Lojas e Salas
- 1.5 Lotes, Áreas e Galpões
- 1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
- 1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.1 APARTHOTEL

INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Exporess and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI !
ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

ADELSON IMÓVEIS
R MACAUBA 1 qto sala cozinha banheiro nascente quit R\$ 250mil à Tr.99857115 c1533

MEU IMÓVEL IMOB
LUGAR CERTO! Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ÁGUAS CLARAS



VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços com relatos, despachante, Departamento jurídico. Atendimento com qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Aqui cuidamos do seu imóvel. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF

R 03 Lux Home Boulevard 2 e 3qts coberturas 99557-8243 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF

R 36 Ouro Branco VI 2 e 3qts pronto p/morar. Alto padrão 99557-8243

ACHEI IMÓVEIS DF

R 36 Ouro Branco VI 2 e 3qts pronto p/morar. Alto padrão 99557-8243

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB

QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF

R 24 Sul Unite 3 stes alto padrão de acabto 99557-8243 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO! Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

ACHEI IMÓVEIS DF

R 24 Sul Unite 3 stes alto padrão de acabto 99557-8243 c/19540

1.2 ASA NORTE

ASA NORTE

QUITINETES

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI !
ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

PLANO EMPREEND.
IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui: lugarcerto.com.br



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
404 BLOCO I Apto 78m2 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

ASA SUL

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS

216 SUL 5 andar, vaza-do 167m2, c/ 3qts sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
112 COBERTURA de luxo 411m2 4 qtos (3 suítes) 3 vgs cj5211 3322-3443

1.2 ASA SUL

****PARTICULAR****
SQS 312, 4 qtos, 4 suítes, DCE, reformado, mobiliado, ár. priv. 339,53 m², 2gar, 6199985-8313

CRUZEIRO

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

GUARÁ

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
QE 40 3q lazer compl sinal 50mil 99557-8243

TRATO FEITO IMÓV
LUGAR CERTO! Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

NOROESTE

4 OU MAIS QUARTOS

SQNW 110 canto 171m privativo 4garagens desocupado phimoveis.com.br T.99275-8882 Cj6210

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

RITA LANDIM
LUGAR CERTO! Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 SAMAMBAIA

SAMAMBAIA

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

SUDOESTE

2 QUARTOS

INVEST FLAT VENDE
105 APTO 6 and., localização privilegiada, garagem Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

TAGUATINGA

3 QUARTOS



VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços com relatos, despachante, Departamento jurídico. Atendimento com qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Aqui cuidamos do seu imóvel. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

1.3 CASAS

CRUZEIRO

4 OU MAIS QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV

QD 12 vdo cs 5 stes quintal c/churrasq. e banh. avaga p/ 4 carros. 99418-8477 cj21694

GAMA

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
PONTE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área lazer, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

1.3 LAGO NORTE

LAGO NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
QL 16 706m2, terreno 2.000m2, 3 suítes 2 c/ closet cj5211 33223443

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

CLASSIFICADOS
GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI !
ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

RITA LANDIM VENDE

3ª AV Casa 245m² 3qts 1suíte 2 vagas 2 banhs 99673-2538

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
QD 01 MSPW (5 stes) 4 gar lt 2.500m2 504m2 const. Ac. Apt Guará 3q 99985-7115 c11533

RITA LANDIM VENDE

QD 01 casa c/ 4 qtos 400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179

SOBRADINHO

4 OU MAIS QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

1.3 TAGUATINGA

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVEIS VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002



VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços com relatos, despachante, Departamento jurídico. Atendimento com qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Aqui cuidamos do seu imóvel. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

CONVICTA IMÓVEIS VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

SUDOESTE

TRATO FEITO IMÓV

CCSW 02 Loja de esquina. Alugada. > tima localização. Exc Oportunidade 99418-8477 cj21694

REGINA NEVES
CONSULTORA IMOBILIÁRIA
CRECI 19395

OS MELHORES
IMOVEIS DE GOIÂNIA

**QUER MORAR OU
INVESTIR EM
GOIÂNIA?
TENHO AS MELHORES
OPÇÕES PRA VOCÊ!**



(62) 98280-1111

1.4 VICENTE PIRES

VICENTE PIRES

MEU IMÓVEL IMOB
R 08 chác. 332 loja St Habitação al V.Pires, localiz. privilegiada 30m2. 99562-4472 cj25698

SALAS

ÁGUAS CLARAS

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

ASA NORTE

SMHN Ed Crispim Nova 34m² Nascente andar alto phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

GUARÁ

QI 31 Consei sala 40m2 próximo QE 19, nascente, canto R\$ 250 mil fianciao Tr: 98135-1919

SUDOESTE

INVEST FLAT
LUGAR CERTO! Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as Ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

PARA CADA MOMENTO DA VIDA, EXISTE UM LUGAR CERTO.

Acesse e encontre o seu.

Busca rápida e descomplicada

Informações completas

Fotos e vídeos

Experiência personalizada

+ de 200 mil ofertas

LUGARCERTO.COM.BR

O portal de imóveis para quem quer comprar ou alugar.



CORREIO BRAZILIENSE

Você à frente de tudo

CONFIRA TAMBÉM OFERTAS NO JORNAL CORREIO BRAZILIENSE.

1.5 ASA NORTE

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

ASA NORTE

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m² área 99418-8477 cj21694

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m², quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

VENDO OU TROCO
Sítio 20 hectares Agro-vila BR 251 Cavas / Baixo c/água, casa, cercada, etc... doc Ok. (61) 98202-7591 ou 99514-7645

VENDO EXCELENTE FAZENDINHA Município de Goianésia-GO são 22 alqueires c/ 2 casas. Represa, tanque de peixe, córrego nos fundos, água por gravidade na porta da sede, somente 28Km de Goianésia, sentido a Pirinópolis na GO 338, somente 6Km de estrada de chão. Ótima propriedade para criação de gado e lazer. (62) 99104-1161 zap

2

IMÓVEIS ALUGUEL

- 2.1 Apart Hotel**
- 2.2 Apartamentos**
- 2.3 Casas**
- 2.4 Lojas e Salas**
- 2.5 Lotes, Áreas e Galpões**
- 2.6 Quartos e Pensões**
- 2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas**

2.2 APARTAMENTOS

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2.2 ASA SUL

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

202 SUL 3qts sendo 01 suite, dce, cozinha, sala, reformadíssimo, 160 metros, 3 andar, garagem Tr. 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

308 SUL 158m², vg garagem, 6 andar. R\$ 8.300. Tr 99982-4174

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m² 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m² 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.3 CASAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m². 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCLRN 713 BI A Loja de frente W3 com térreo e subsolo, 120 metros. Tratar: 3042-9200 ou 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCRN 704 Norte c/3 pavimentos subsolo térreo e primeiro andar c/ 200m² de área de frente para W3 Tr. 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

2.4 ASA SUL

ASA SUL

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCRS 513 Loja c/ 200 metros, sendo 100 metros de terreno e 100 de subsolo, de frente W3 Sul Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QOF conj G loja 40m² para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m² no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

3

VEÍCULOS

3.1 Automóveis

3.2 Caminhonetes e Utilitários

3.3 Caminhões

3.4 Motos

3.5 Outros Veículos

3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

AUDI

AUTOCRED
Q3/20 Prest. 1.4 Tfsi flex S-tronic revisada ún. dono 99288-9231

AUTOCRED
Q3/20 Prest. 1.4 Tfsi flex S-tronic revisada ún. dono 99288-9231

CHERY

AUTOCRED
TIGGO/22 5x Txs 1.5 16V Turbo flex aut 31.200 km 99288-9231

AUTOCRED
TIGGO/22 5x Txs 1.5 16V Turbo flex aut 31.200 km 99288-9231

VOLKS

AUTOCRED
VRUM.COM.BR Acesse nosso site e confira as melhores ofertas disponíveis para você!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SEU ANÚNCIO EM DESTAQUE!

Saiba como entrar em contato com o Classificados do **Correio Brasileiro**.

Pequenos anúncios

(61) 3342-1000 opção 05 ou
(61) 3214-1215

Editais, Avisos e Comunicados

(61) 3342-1000 opção 04 ou (61) 3214-1245

Whatsapp

61 98167-9999

E-mail:

classificados.df@cbnet.com.br

Endereço:

Sig QD 02 BI 02 lote 340
ao lado da Câmara Legislativa



Siga-nos nas redes sociais e acompanhe todas as novidades e promoções



@classificadoscb



@classificadoscb

CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE